



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E
SUSTENTABILIDADE: O CASO DE PIRANGUINHO -
MG**

ELIZABETHE APARECIDA BITENCOUR BERNARDES

Itajubá, Julho de 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

ELIZABETHE APARECIDA BITENCOUR BERNARDES

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E
SUSTENTABILIDADE: O CASO DE PIRANGUINHO -
MG**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Área de Concentração: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

ELIZABETHE APARECIDA BITENCOUR BERNARDES

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E
SUSTENTABILIDADE: O CASO DE PIRANGUINHO -
MG**

Dissertação aprovada por banca examinadora em 29 de maio de 2015, conferindo ao autor o título de *Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta

Prof^a. Dr^a. Monica Franchi Carniello

Prof. Dr. Rogério Rodrigues

Itajubá 2015

DEDICATÓRIA

Àqueles que acreditam nos sonhos e na sua concretização, que acima de tudo compreendem o significado da expressão “Voe, voe o mais alto que puder”! Às minhas filhas Priscila e Carolina e aos meus pais Carlos e Lourdes.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o fruto de muito esforço, um esforço também coletivo quando engloba pessoas queridas, que passaram por momentos difíceis comigo.

Entre essas pessoas, que têm papel essencial nessa produção, pelo apoio, incentivo nos momentos em que o cansaço e o desânimo insistiam em se fazerem presentes, destaco minhas filhas Priscila e Carolina, que suportaram a minha ausência, a falta de tempo para dedicar-lhes mais atenção. Destaco também meus pais, irmãos e Julio, que se fizeram presentes na construção deste texto.

Agradeço também aos meus amigos, principalmente aos meus companheiros do Mestrado, pessoas que entraram em minha vida de uma forma tão marcante, que jamais serão esquecidas pelos momentos de discussão, análise, troca de experiências, que muito contribuíram para meu crescimento pessoal e acadêmico. Entre eles, destaco Nayla, Alberto, Soraya, Elisa, Márcia, Mariza, Diene, Mollica, Otávio, Cássio, Thaís e tantos outros que fizeram desses anos, inesquecíveis.

Sou grata aos professores do Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, pois cada um contribuiu a seu modo para o amadurecimento de meu trabalho. Sobretudo aos avaliadores, professores Rogério Rodrigues e Mônica Carniello pela leitura crítica, análise e direcionamento apontados, que foram essenciais na conclusão deste trabalho.

Agradeço especialmente à professora Helena Mendonça e ao professor Thiago Gambi por suas contribuições na construção teórica deste texto, fazendo as intervenções necessárias, que levaram-me à reflexão e enriquecimento de ideias.

Ao meu orientador Professor Carlos Alberto Máximo Pimenta, que com inteligência, capacidade de análise e crítica foi capaz de auxiliar-me no processo de produção e pesquisa. Sua paciência e amizade foram essenciais nesses anos de estudo.

À CAPES pela ajuda de custo a mim dispensada, através da bolsa disponibilizada. À FAPEMIG pelo incentivo na participação em diversos eventos acadêmicos.

Enfim, agradeço ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá, pela oportunidade de ampliação de minha formação não só acadêmica, como pessoal e pela acolhida nesse meio.

"Você mora onde mora,
faz o seu trabalho,
você fala o que você fala,
come o que você come,
veste as roupas que veste,
olha para as imagens que vê.
Você vive como pode viver.
Você é quem você é.

"Identidade" ...
de uma pessoa, de uma coisa, de um lugar.
"Identidade". Só a palavra já me dá calafrios.
Ela lembra calma, conforto, satisfação.
O que é identidade?
Conhecer o seu lugar?
Conhecer o seu valor?
Saber quem você é?
Como reconhecer a identidade?

Criamos uma imagem de nós mesmos e estamos tentando nos parecer com essa imagem.
É isso que chamamos de identidade? A reconciliação entre a imagem que criamos de nós
mesmos e nós mesmos? Mas quem seria esse "nós mesmos"?

Nós moramos nas cidades,
as cidades moram em nós,
o tempo passa.
Mudamos de uma cidade para outra,
de um país para outro,
trocamos de idioma,
trocamos de hábito,
trocamos de opinião,
trocamos de roupa,
trocamos de tudo.
Tudo muda, e rápido.
Sobretudo as imagens.

Texto de abertura do filme "Identidade de nós mesmos" de Wim Wenders (1989).

RESUMO

Este trabalho circunscreve-se sobre o tema do desenvolvimento local sustentável, especificamente no que diz respeito aos discursos e à prática da administração municipal de Piranguinho, município de pequeno porte, no sul de Minas Gerais. Proposta desenvolvida a partir de entrevistas, semiestruturadas, realizadas com gestores públicos e autoridades municipais que trabalham o tema desenvolvimento e sustentabilidade, com recorte temporário de 2005 a 2013. Objetiva-se compreender as concepções de desenvolvimento na visão dos administradores públicos, enquanto constituição de ações e de possibilidades de desenvolvimento local, com sustentabilidade. Estas ações estão atreladas às condições econômicas, espaciais e políticas do município, o que pressupõe, enquanto objetivo específico, compreender as articulações entre o poder local, as noções de desenvolvimento, de sustentabilidade e de participação popular. Desse universo de preocupação é que se propõe a reflexão das posturas adotadas que incidem diretamente nas ações em torno do que se denomina desenvolvimento local no mundo contemporâneo. A hipótese, baseada no conceito de qualidade de vida, relaciona-se às propostas de desenvolvimento, tendo a realidade local como pilar de sustentação, mesmo que isso se contraponha à lógica imposta pela sociedade contemporânea, advinda das práticas neoliberais, que a levaram à internacionalização da economia e à padronização dos modelos de desenvolvimento, movimento intensificado no fim da década de 1980. Em síntese, aponta-se que as perspectivas de incorporação de políticas públicas sustentáveis, além de não envolverem atores sociais no processo, demonstram incapacidade de apresentar aspecto integrador da transformação na organização urbanística.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Sustentável; Políticas Públicas de Desenvolvimento.

ABSTRACT

This dissertation circumscribes about the local sustainable development, specifically with regard to the speeches and the practice of Piranguinho's municipal administration, a small city in the south of Minas Gerais. Proposal developed by interviews, semi-structured, conducted with public officials and local authorities whose work with the theme development and sustainability, in the period from 2005 to 2013. The objective is to understand the development concepts in the view of public officials, while actions constitution and local development opportunities, whit sustainability. These actions are linked to economic conditions, spatial and municipal policies, which presupposes, as a specific objective, understand the links between local authorities, the concept of development, sustainability and community participation. This concern is that universe proposes reflection of the adopted positions that have a direct impact on the actions around what is called local development in the contemporary world. The hypothesis, based on the concept of quality of life, is related to the proposals for development with the local reality as a pillar of support, even if it opposes the logic imposed by contemporary society, arising from neoliberal practices that led to the internationalization of the economy and the standardization of development models, intensified movement in the late 1980. In summary, says that the prospects for incorporating sustainable public policies, and do not involve stakeholders in the process, demonstrate inability to show respect integrator transformation in the urban organization.

Keywords: Development; Local Development; Sustainable Development; Public Development Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa – Seera da Mantiqueira	20
Figura 2 – Imagem de satélite da Serra da Mantiqueira e o contorno da APA.	21
Figura 3 – Imagem de satélite da Serra da Mantiqueira em perspectiva.	21
Figura 4 – Mapa do Município de Piranguinho, MG.	22

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Perspectivas Multidisciplinares: episteme e caminhos	17
Pesquisa: caminhos percorridos	20
Elucidando o tema: Entrevistas semiestruturadas.....	22
Capítulo 1	12
Em questão, o município de Piranguinho	12
1.1. Piranguinho: Uma visão histórica.....	15
1.2. Piranguinho na Serra da Mantiqueira – Confinamento, proteção e desenvolvimento	17
Capítulo 2	23
Pequenos municípios – entre a percepção do espaço urbano e as nuances da urbanização	23
2.1. Pequenos municípios – Entre teias de inter-relações – Conceituação e percepção.....	23
2.2. Pequenas cidades: Entre conceitos e identidades	25
2.3. Espaço Urbano	30
Capítulo 3	34
Desenvolvimento local e suas (im)possibilidades.....	34
3.1. Desenvolvimento Local e Poder	34
3.2. Refletindo... Relações humanas e desenvolvimento das cidades.....	41
3.3. Desenvolvimento versus Crescimento Econômico	43
A) Desenvolvimento	46
B) Sustentabilidade	50
Capítulo 4	53
Piranguinho: Desenvolvimento, sustentabilidade e participação popular	53
4.1. Piranguinho e a visão de desenvolvimento	53
4.1.1. Desenvolvimento e sustentabilidade em Piranguinho: Qualidade de vida, cultura e busca por identidade.....	53

4.1.2. Desenvolvimento e ampliação de loteamentos: O crescimento urbano em foco.....	63
4.3. Democracia: A participação popular em questão	65
Considerações Finais	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
BIBLIOGRAFIA.....	85
Anexo A	87
Termo de Consentimento	87
Anexo B	88
Entrevista (gestores públicos em exercício e ex-gestores públicos).....	88
Anexo C	90
TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS.....	90
A. Transcrição de entrevista.....	90
B. Transcrição de entrevista.....	104
C. Transcrição de entrevista.....	118

INTRODUÇÃO¹

Este trabalho circunscreve-se sobre o tema do desenvolvimento local sustentável, especificamente no que diz respeito aos discursos e à prática da administração municipal de Piranguinho, município situado no sul de Minas Gerais, tendo como objeto a proposta de desenvolvimento em município de pequeno porte.

Vincula-se à Linha de Pesquisa *Desenvolvimento e Sociedade*, já que se propõe a entender essa relação a partir da concepção de Desenvolvimento que não se concentra exclusivamente ligada à premissa do crescimento econômico, uma vez que o próprio processo de industrialização trouxe consigo consequências sociais e ambientais, visivelmente demarcadas pela institucionalização de determinado modelo de economia, trazendo inúmeras facetas (econômicas, ambientais e sociais), para as quais se deve considerar o papel do Estado, do mercado, da sociedade civil e dos movimentos sociais

Especificamente, dialoga com o projeto *Indicativos de Desenvolvimento do Município de Itajubá, MG: Investimentos Públicos e Privados* que envolve diversos professores e alunos do PPG DTecS, sobre leitura do desenvolvimento local levando-se em conta os investimentos públicos e privados, enquanto processos de desenvolvimento no âmbito local e regional.

Enquanto quadro localizador da proposição, a pergunta que norteia a pesquisa é: Quais as possibilidades e limites de se criar formas endógenas de desenvolvimento, apesar de todo o processo globalizador que atinge a sociedade contemporânea?

A pergunta de pesquisa pode ser respondida de outras maneiras, porém esse trabalho pretende apresentar uma contribuição nesse sentido, não como resposta única, mas como mais uma alternativa possível para que os questionamentos sejam pontos de partida para outras reflexões possíveis.

Os desdobramentos de tal pergunta estão diretamente ligados à compreensão das características que envolvem as concepções de desenvolvimento dos administradores públicos responsáveis pelo município estudado: as nuances do poder local e suas implicações reais no cotidiano político; social e econômico do lugar; o entendimento sobre as articulações políticas

¹ Pesquisa financiada com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

que se dão nesse processo; e, seu alcance a partir dos instrumentos disponibilizados pela administração pública que possam favorecer a participação popular nas discussões em conselhos populares e no orçamento participativo, também a criação de identidade municipal e que acaba por integrar-se ao imaginário da população, efetivando os vínculos que os ligam.

Para que esse processo seja efetivado é necessário um olhar criterioso para esses aspectos e a pesquisa assume um caráter investigativo para elucidar tais questões, de modo a compreendê-las.

Os questionamentos feitos aos administradores públicos giram em torno várias questões como: formação, papel desempenhado no cargo em que atuam ou atuaram; concepção de desenvolvimento que há por parte de gestores públicos em um município de pequeno porte e qual a ligação desse desenvolvimento à ideia de sustentabilidade; ações dispensadas no sentido de se alcançar tal concepção; questionar a respeito das (im)possibilidades de um modelo de desenvolvimento diferenciado, endógeno, frente à realidade capitalista; ideia de poder local que perpassa as concepções de quem está na administração pública; como se dá ou é garantida a participação popular no processo; qual é a “qualidade” dessa participação; se há a intenção de se criar uma identidade para o município e como ela vai sendo construída; se o município estudado tem algum papel ou característica de destaque se comparado a outros de mesmo porte, na região em que se situa; quais as ideias de qualidade de vida que estão implícitas nas ações do poder público local; importância da formação das pessoas que fazem parte do quadro efetivo da prefeitura, como forma de se perpetuar as transformações implementadas; formação cidadã para a participação popular.

Sabendo-se que essas questões são muito amplas, pretende-se avaliar alguns desses aspectos e até mesmo outros que aparecem nos discursos dos gestores públicos municipais. Reafirma-se a impossibilidade de se esgotar todos os temas propostos, tendo em vista a amplitude de seus desdobramentos, porém esse trabalho apresenta-se como uma possibilidade de apontamentos reflexivos a esse respeito, colaborando para discussões posteriores, sob outros pontos de vista ou o aprofundamento das reflexões aqui apontadas.

Cidades de pequeno porte podem, se isso representar uma vontade política e social, apresentar novos paradigmas de desenvolvimento, aliados à possibilidade de uma vida sustentável.

A hipótese principal deste trabalho é que no município estudado não há um planejamento específico visando ao desenvolvimento sustentável, que se contraponha à lógica

do mercado. Há, à primeira vista, pequenas iniciativas que adaptam-se à legislação vigente de proteção ambiental, uma adaptação às políticas públicas destinadas a esse fim, porém não parece haver um plano endógeno, bem articulado que eleve Piranguinho a um patamar de destaque frente aos outros municípios brasileiros, no quesito desenvolvimento sustentável.

Há a iniciativa de promoção da identidade do lugar enquanto “Capital Nacional do Pé de Moleque”, que está sendo construída no campo da mentalidade da população que, aos poucos, vai se apropriando dela. Não havia por parte dos produtores de pés de moleque a intenção inicial de construção dessa identidade, mas o processo foi se naturalizando aos poucos, devido à fama e à qualidade dos doces. Houve por parte de alguns administradores anteriores ao ano de 2005, a intenção de fortalecer essa imagem, mas não de forma sistemática. Já a partir de 2005 houve um trabalho com intuito de formar a ideia de grupo entre os produtores, troca de experiências e a difusão da intencionalidade da promoção da identidade do município, tendo a produção de pés de moleque, como pano de fundo. Esse processo será elucidado no decorrer do trabalho.

A partir dessa realidade, algumas ideias precisam ser repensadas, quais sejam:

A primeira é sustentada pela inexistência de um planejamento bem estruturado, com vistas à sustentabilidade e à qualidade de vida dos munícipes. Não se observa aqui que a mentalidade do poder instituído não tenha interesse em promovê-las, ou não reflita sobre tais questões, ao contrário disso, há uma preocupação quanto à constituição identitária do município, assim como na promoção do desenvolvimento, contrário à ideia de mero crescimento econômico. Essa ideia de desenvolvimento será retomada no decorrer do trabalho quando há a conceituação do termo e a ampliação dos vários significados ou concepções a ele atrelados.

A segunda é pautada na participação da população nos processos decisórios através do Orçamento Participativo, constituindo assim uma nova concepção de cidadão em um município que até pouco tempo, era marcado pelo predomínio de uma pequena elite que se mantinha no poder, relegando ao povo, o papel de espectador do processo.

O modelo de participação democrática se deu no Brasil a partir de marcos legais fortalecidos com a redemocratização do país em meados da década de 1980, que teve como base o retorno das eleições diretas em 1985, a luta pela Reforma Urbana e a Constituição de 1988. Esse processo favoreceu a integração dos conceitos como participação e cidadania, que

se vincularam e permeiam discursos e práticas, através da elaboração de leis e políticas públicas que visam o bem estar social.

Nunes (2006, p. 14) afirma que “num país onde o poder de decisão foi historicamente monopolizado pelos representantes de uma elite econômica muito restrita, a participação da população significa uma democratização desse poder”.

A Constituição Federal é o marco legal da redemocratização, avanços significativos para a modificação na gestão das cidades são aí apresentados. As questões urbanas ganham novos contornos tendo como pano de fundo o contexto sócio-político e econômico, assim como foco principal, as questões sociais.

A terceira apoia-se na concepção que se tem de desenvolvimento, muitas vezes confundido com crescimento econômico. Esse pensamento paira na mentalidade de parte da população e muitas vezes também, na mentalidade dos administradores, ao se desejar seguir caminhos já trilhados por outros municípios, sem se levar em consideração as particularidades locais e através de investimentos industriais sem o devido planejamento para recebê-los.

A quarta baseia-se na premissa de que é possível inovar no processo de desenvolvimento, atentando-se às particularidades locais e tendo como objetivo a garantia da sustentabilidade e conseqüentemente, melhor qualidade de vida, definindo-a no âmbito local, se possível. Qualidade de vida é um conceito subjetivo, o que a determina varia nas diversas sociedades, portanto, a sua delimitação constitui-se enquanto processo a ser construído, a partir da ampliação de pesquisas, com esse intuito. Também seria necessário refletir o paralelo entre Qualidade de Vida X Sustentabilidade, se se tomar como exemplo sociedades que proporcionam qualidade de vida às pessoas, porém exploram e levam insustentabilidade para outros povos. Num município de pequeno porte, situado ao Sul de Minas Gerais, o que poderia ser considerado componente de situações ou atos promotores de qualidade na vida da sociedade aí composta? Para isso, a mudança de paradigmas torna-se essencial para que haja o engajamento dos cidadãos no processo.

Se tomarmos como premissa que é na cidade que as relações políticas, sociais e econômicas são mais estreitas, que no âmbito local pode haver uma modificação na práxis, no processo decisório e na definição de caminhos para uma sociedade mais coerente dentro dos ideais democráticos, a pesquisa ganha relevância ao buscar compreender as continuidades e permanências na construção desse processo e as transformações ocorridas.

Ao estudar a cidade, seus administradores e a relação com a população, o pesquisador envolve-se enquanto observador e estudioso do fenômeno, porém também é parte da realidade estudada. Torna-se assim a expressão da indagação a partir da observação e experiência vivida dos acontecimentos. O impulso para a obtenção de respostas leva à compreensão das relações e práticas experimentadas e suas transformações.

A relevância da pesquisa, portanto, baseia-se no processo de desenvolvimento dos municípios contemporâneos, principalmente os de pequeno porte. Processo nem sempre visto sob o olhar crítico e que tem influência direta ou indiretamente nos âmbitos sociais, econômicos, políticos e espaciais deles.

O estudo do desenvolvimento aliado à ideia de sustentabilidade em municípios pequenos é ainda discreto se o compararmos aos estudos relativos a grandes centros ou os de médio porte. Justifica-se, portanto, a busca pelo entendimento desse processo, visto que os pequenos municípios compõem a maioria do total no Brasil, apesar de nossa população ser majoritariamente urbana e residente em grandes centros ou nas metrópoles. Destaca-se a importância de entender como o desenvolvimento é pensado em um município de pequeno porte, se há essa preocupação por parte dos gestores públicos municipais, tendo em vista a possibilidade de se criar estratégias para o desenvolvimento endógeno, que tenha como foco a qualidade de vida.

De acordo com o Censo 2010 do IBGE, apenas 15, 65% da população (29.852.986 pessoas) viviam em situação rural, contra 84,35% em situação urbana (160.879.708 pessoas)². No Brasil, os processos de urbanização e a concentração da população nas grandes cidades foram simultâneos, ou seja, ao mesmo tempo em que o país foi se tornando cada vez mais urbano, houve também um aumento da população em metrópoles ou cidades com mais de cem mil habitantes. Fenômenos observados entre as décadas de 1960 e 1980 (com a maior industrialização e migração da população).

O perfil da população urbana foi modificado devido à redistribuição ocorrida nesse período. Mais da metade da população urbana residia em cidades com mais de cem mil habitantes em 1970, e um terço nas cidades acima de quinhentos mil habitantes.

Em 2000, 60% da população urbana residia em cidades com mais de cem mil habitantes.

² Os dados do IBGE utilizados nesta pesquisa foram extraídos do site <http://www.ibge.gov.br/home/>. Todas as vezes que forem citados dados do IBGE referem-se às informações coletadas em 15/08/2013.

O Brasil possui um total de 5.570 municípios e desses, apenas 38 possuem mais de 500.000 habitantes, somam um total de 55.838.476 pessoas, ou seja, 29% da população brasileira.

Piranguinho foi a cidade escolhida como objeto empírico por ser de porte pequeno (possui 8.016 habitantes, numa área de 124.803 km², segundo o censo de 2010, do IBGE), por estar localizada no Sul de Minas Gerais, entre duas cidades consideradas polos tecnológicos e industriais (Santa Rita do Sapucaí e Itajubá) e por apresentar nos últimos anos um expressivo desenvolvimento não só urbano, mas também nos âmbitos políticos, sociais, identitários.

Dentro desse quadro de preocupações, teve-se como objetivo geral a intenção de compreender as concepções de desenvolvimento na visão dos administradores públicos, enquanto constituição de ações e de possibilidades de desenvolvimento local, com sustentabilidade.

Este objetivo se desdobra em: averiguar a existência de projetos institucionais para o desenvolvimento sustentável no município, com potencial de formar um conjunto articulado de práticas integradoras da transformação na organização urbanística; identificar a existência de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento sustentável no município, tendo em vista as suas especificidades; descrever as nuances do poder local, identificando a participação popular nas decisões políticas enquanto possibilidade de transformação urbanística e social, no recorte temporário entre 2005 e 2013.

Pretende-se verificar se há projetos institucionais para o desenvolvimento sustentável no município estudado ou se há apenas iniciativas que não formam um conjunto bem articulado, capaz de se apresentar como um aspecto integrador da transformação na organização urbanística.

Perspectivas Multidisciplinares: episteme e caminhos

Se propõe aqui a leitura das contradições existentes entre as práticas de desenvolvimento e as visões dos gestores públicos, com a finalidade de cotejar com o universo teórico estudado para, *a posteriori*, consolidar um universo de informações que possam subsidiar políticas sociais e públicas de desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista prático, a proposta da pesquisa está fundamentada nos campos antropológico, histórico e sociológico. Antropológico, já que o estudo da cidade está intrinsecamente ligado à organização da sociedade e com isso, ao pensamento humano, sua relação com o meio em que vive e as suas especificidades culturais. Histórico, porque a relação com o tempo, as origens do lugar, bem como o desenrolar da vida estão presentes no cotidiano da cidade e de sua população. Sociológico, pois não há a possibilidade de se falar em cidade e desenvolvimento sem que se tenha clareza de que todos os aspectos que compõem essa narrativa estão diretamente ligados à humanidade e às diversas relações que aí se estabelecem.

Assumiu-se uma abordagem qualitativa, que os processos quantificáveis não dariam conta de responder aos questionamentos específicos nela expostos. Há uma concordância com Goldenberg (2004), quando ela afirma que “os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza”, já que as ciências sociais possuem metodologia própria.

Para a compreensão das perspectivas de desenvolvimento sustentável a partir de políticas públicas implementadas por municípios de pequeno porte, a pesquisa se utilizará do método de estudo de caso, extremamente pertinente para se alcançar os objetivos propostos. Yin (2010, p. 49) deduz que “O método de estudo de caso é, provavelmente, mais apropriado para as questões ‘como’ e ‘por que’. Sendo assim sua tarefa inicial é esclarecer, precisamente, a natureza de suas questões de estudo a esse respeito”.

Foram realizadas visitas à prefeitura de Piranguinho para a realização de entrevistas com os principais atores envolvidos na elaboração e concretização de políticas públicas municipais, bem como a análise de documentos e dados disponíveis, leis, projetos específicos que visem o desenvolvimento sustentável, no período de novembro de 2013 a março de 2014.

Também foram realizadas entrevistas com o ex-prefeito da cidade e a ex-secretária de Educação, que estiveram à frente da administração de 2005 a 2012, pois o propósito de sua administração era a de um governo colegiado, ou seja, com um grupo que pensava e tomava decisões de forma democrática, após discussões sobre os caminhos a serem trilhados. Essas entrevistas foram feitas simultaneamente, na casa do ex-prefeito, através de uma conversa em que os entrevistados iam relatando de uma forma bem livre, as suas experiências à frente da

administração municipal, bem como as dificuldades encontradas e as formas de se tentar alcançar a prática diferente do que era comum ao lugar.

Os questionamentos feitos nas entrevistas são vistos como uma forma de condução ao alcance dos objetivos da pesquisa proposta, dão margem à fala mais solta e ao mesmo tempo, mais densa, pois contemplam particularidades, que uma entrevista estruturada, por muitas vezes não consegue alcançar, porque engessa ou induz às respostas que se quer receber. Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Goldenberg (2004, p. 28; 32) reforça o caráter empírico da pesquisa qualitativa através da “exploração de diversas fontes documentais e o desenvolvimento do trabalho de campo sistemático na cidade”. Destaca também a importância de “tentar ver o mundo através dos olhos dos atores sociais e dos sentidos que eles atribuem aos objetos e às ações sociais que desenvolvem”.

No trabalho de análise documental, bem como na observação das situações pesquisadas, o pesquisador precisa desenvolver a habilidade de ouvir, com capacidade de interpretar as informações coletadas, para além do registro mecânico de dados.

Na revisão dos documentos, ouvir toma a forma de se preocupar se existe qualquer mensagem importante *entre* as linhas; qualquer inferência precisaria naturalmente, ser corroborada com outras fontes de informação, mas *insights* importantes podem ser obtidos dessa maneira (YIN, 2010, p. 96).

Portanto, as entrevistas, bem como a observação participante e a análise documental são ferramentas indispensáveis nesse tipo de coleta de dados, até para que seja evitada a generalização ou a conclusão equivocada (GOLDENBERG, 2004; YIN, 2010).

O trabalho de campo exige que todas as observações sejam anotadas, através de descrições densas, preservando as características culturais próprias locais, que formam uma teia de sentidos a ser entrelaçada à realidade pesquisada. Há aí uma interação pesquisador e pesquisado. Goldenberg (2004, p. 24) destaca isso e “propõe que o resultado da pesquisa não seja fruto da observação pura e simples, mas de um diálogo e de uma negociação de pontos de vista, do pesquisador e pesquisados”.

As entrevistas foram gravadas e transcritas no caderno de campo. O período de entrevistas variou entre os meses de novembro de 2013 a maio de 2014, porque houve um primeiro contato em novembro, um reajuste no texto da pesquisa, à busca de melhor teorização e somente nos meses de abril e maio de 2014, houve a possibilidade da realização das entrevistas. Também foram feitas, no período de abril a maio de 2014, análises documentais em registros escritos através de atas encontradas na prefeitura, bem como em livros publicados a respeito da história do município, para complementação das ideias propostas no trabalho. A leitura dos livros estendeu-se pelos meses de outubro e novembro de 2013 e janeiro de 2014.

É primordial que o investigador seja capaz de avaliar as informações obtidas, por meio de uma análise profunda, sistematizando as ideias e segundo Becker (1998, p. 66), “tratar as discrepâncias inevitáveis entre o que era esperado e o que foi encontrado, repensando as possibilidades de obter mais dados e assim por diante”.

O transcorrer da pesquisa levará à análise dos dados coletados, para que se elabore uma síntese conclusiva, não definitiva, devido às especificidades históricas, que determinam as continuidades, rupturas e permanências de todo o processo relacionado ao desenvolvimento de municípios de pequeno porte, independente da região em que estão inseridos. Mesmo havendo pontos comuns entre os pequenos municípios, a realidade social e até mesmo a natural interferem nesse processo, por isso cada um deles apresenta-se de maneira única.

Tal síntese conclusiva e não definitiva comporá a dissertação de Mestrado que ora se propõe. Concordando com Goldenberg (2004, p. 53): “Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los”.

Pesquisa: caminhos percorridos

A construção teórica para elucidar os conceitos pertinentes na elaboração do texto dissertativo circunscreve-se dentro de algumas etapas definidas na sequência abaixo.

A primeira delas tem o caráter de compreensão de conceitos essenciais à pesquisa. Para isso uma revisão bibliográfica a partir de autores clássicos a respeito de alguns temas trabalhados se faz essencial. Através deles busca-se a elucidação de conceitos tais como:

Desenvolvimento; Sustentabilidade; Cidade e/ou Cidade Pequena; Poder Local, Urbanismo Espaço Urbano e Urbanização. Também a contextualização do município, objeto de estudo, através de uma revisitação à sua História, que traz a origem e a formação política que vai se constituindo no decorrer do tempo.

Também foram utilizados diversos artigos publicados em periódicos, dissertações de mestrado ou teses de doutorado, para que fosse possível uma visão atualizada a respeito de pesquisas que trabalham os temas aqui discutidos. Essas leituras possibilitaram a ampliação de conceitos e facilitaram a elaboração do texto dissertativo.

Em seguida foi realizado o estudo de caso, a partir da pesquisa de campo, envolvendo os atores ligados à administração do município na atualidade e na gestão entre 2005 e 2012. Através de entrevistas semiestruturadas foram levantadas as seguintes informações: Visão de Desenvolvimento e Desenvolvimento aliado à Sustentabilidade; Noção de Poder Local e suas perspectivas; Administração Colegiada; Orçamento Participativo enquanto promotor de participação popular; Construção da identidade do Município.

O estudo de caso é desafiador e deve buscar ultrapassar os limites que lhe são impostos quando não é visto como portador de um rigor científico, Yin (2010) salienta que esse tipo de pesquisa é “um dos empreendimentos mais desafiadores das ciências sociais”. Ainda segundo Yin (2010, p. 95), o investigador nesse caso, deve saber formular boas questões e ter “uma mente questionadora *durante* a coleta de dados, não apenas antes ou depois da atividade”.

As entrevistas foram agendadas pessoalmente, combinando assim, o melhor dia, horário e local para os entrevistados. O Prefeito Municipal e o Secretário de Governo e Desenvolvimento foram entrevistados na Prefeitura Municipal; o Ex-prefeito e a Ex-Secretária Municipal de Educação (gestão 2005 - 2012) foram entrevistados na casa do Ex-Prefeito.

Com o objetivo de compreender a visão dos administradores públicos atuais e os que já estiveram nessa situação em tempos anteriores, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, com perguntas pertinentes aos temas propostos pela pesquisa.

As entrevistas transcorreram em clima de tranquilidade, os entrevistados mostraram-se seguros e despreocupados com o conteúdo das mesmas, dispostos a colaborar com a pesquisadora e os questionamentos não seguiram um rigor técnico, no sentido de se ter perguntas engessadas, ao contrário disso, muitas foram reformuladas no decorrer do processo

ou aglutinadas, quando era percebido que o entrevistado já iniciava a resposta de uma que viria posteriormente, sem mesmo ter tido acesso a ela. As entrevistas desenrolaram-se a partir de um caráter dialogal, em clima amigável. Cabe ao pesquisador pois,

avaliar as possibilidades obtidas da profunda familiaridade com algum aspecto do mundo, sistematizar essas ideias em relação aos tipos de informação que podem ser reunidas, verificar as ideias à luz dessa informação, tratar as discrepâncias inevitáveis entre o que era esperado e o que foi encontrado repensando as possibilidades de obter mais dados e assim por diante (BECKER, 1998, p. 66).

Todas as entrevistas foram filmadas, posteriormente gravadas em DVDs e transcritas em sua totalidade pela pesquisadora, o que garante a fidelidade às palavras utilizadas pelos entrevistados e a veracidade na análise dos dados coletados. O tempo de duração em cada uma foi de: 00:40:19h (entrevistado 1); 00:48:30h (entrevistado 2) e 01:22:35h (entrevistados 3 e 4, que fizeram a entrevista juntos).

A análise de conteúdo em um estudo de caso exige o pesquisador a capacidade de ler as entrelinhas, o não-dito, as subjetividades que podem aparecer nas respostas obtidas a partir das entrevistas. Yin (2010, p. 159) defende a ideia de que as proposições teóricas auxiliam na organização do estudo e na definição das explicações alternativas a serem analisadas. Para ele, “as proposições teóricas derivadas das questões ‘como’ e por que’ podem ser extremamente úteis na orientação da análise do estudo de caso desta maneira”.

Elucidando o tema: Entrevistas semiestruturadas

O enfoque que aqui se destaca é o das entrevistas semiestruturadas aplicadas a pessoas ligadas à atual administração municipal e à gestão anterior, entre 2005 e 2013. Foram entrevistados os atuais Prefeito e Secretário Municipal de Governo e Desenvolvimento, o Ex-prefeito e a Ex-secretária Municipal de Educação, que fez parte do grupo organizado para discutir, planejar e avaliar as questões políticas do grupo que fez parte da disputa eleitoral em 2004, mesmo antes desse período. Posteriormente assumiu o cargo de secretária e tinha um papel essencial enquanto liderança. Foi escolhida para fazer parte das entrevistas pois no momento, o ex-secretário de desenvolvimento, não reside mais no município.

A pretensão das entrevistas foi a de elucidar as visões dos entrevistados em relação à ideia de desenvolvimento em uma cidade de pequeno porte, bem como as nuances do poder local, a participação popular e a identidade do município construída ao longo do tempo.

Os entrevistados foram escolhidos porque fazem ou fizeram parte da administração pública do município de Piranguinho.

Entrevistado: Secretário Municipal de Governo e Agricultura, é formado em um curso Técnico em Eletrônica. Está na administração pública desde 2009, na gestão do prefeito anterior. Em 2010 assumiu a Secretaria Municipal de Governo e Desenvolvimento (renomeada em 2013).

Entrevistado: Prefeito Municipal de Piranguinho, está na vida política desde o ano de 2000, quando foi eleito vereador, reeleito em 2004; a partir de 2008 passou a ser Secretário de Governo e Desenvolvimento e a partir de 2010, Secretário de Promoção Social. Foi eleito prefeito em 2012. É formado em História, com complementação em Geografia. É funcionário efetivo dos Correios.

Entrevistada: Professora de Matemática na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais e na Escola Cultural – Rede Pitágoras. Foi Secretária Municipal de Educação desde 2005 até 2010. No início, a secretaria sob seu comando abrangia Educação, Esportes e Cultura, sendo desmembrada em 2009, quando passou a ser designada apenas como Educação.

Entrevistado: Professor de História, Sociologia e Filosofia na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais e na Escola Cultural – Rede Pitágoras. Ordenou-se padre em 1985, portanto, é formado em Filosofia e Teologia no Seminário. Ao deixar o ofício, formou-se em História e fez especialização em Filosofia. Foi eleito Prefeito de Piranguinho em 2004 e reeleito em 2008.

Após apresentar os apontamentos metodológicos e critérios de análise de dados, cabe consignar que o trabalho está organizado em quatro capítulos, quais sejam:

O primeiro versa sobre a questão do *Município de Piranguinho*, levando-se em consideração aspectos que contextualizem o município estudado, em suas perspectivas histórica e sociológica. Destaca-se a sua localização geográfica regional, apresentando a Serra da Mantiqueira como possibilidade de proteção e confinamento, o que caracteriza singularidade à região estudada.

O segundo capítulo discute a conceituação de pequenos municípios, justificando seu estudo, tendo-se como perspectiva a ideia de que mesmo sendo maioria no cenário brasileiro,

não têm destaque em muitas pesquisas; também a conceituação de espaço urbano e suas implicações no processo de urbanização. Esses itens têm como objetivo delinear o constructo teórico que baseia a pesquisa.

O terceiro capítulo circunscreve-se sobre a temática do Desenvolvimento Local e as imbricações contidas nas relações humanas em contraposição ao desenvolvimento das cidades; há uma volta à História do município em questão, sua formação e organização paralela à História do Brasil, bem como o processo de desumanização ocorrido na produção do espaço urbano e as contradições encontradas no embate entre desenvolvimento e crescimento econômico; conceituação de desenvolvimento e sustentabilidade, numa abordagem sociológica.

O quarto e último capítulo, também sob as perspectivas sociológica e histórica, traz a análise do estudo de caso, sua estrutura e resultados. Aí são discutidas as visões dos administradores públicos em relação ao desenvolvimento sustentável no município, à qualidade de vida, cultura, busca por identidade, crescimento urbano por extensão (loteamentos) e a participação popular.

Capítulo 1

Em questão, o município de Piranguinho

Neste capítulo são abordados elementos contextuais do município de Piranguinho, com a intenção de dar subsídio aos desdobramentos das discussões sobre desenvolvimento e sustentabilidade. A concepção de cidade enquanto convergência de aspectos concretos ou abstratos, permeados por relações de poder que se estabelecem no tempo e no espaço, bem como a visão histórica local e a conceituação de cidade e/ou cidade pequena, aliadas aos seus significados.

O conceito de desenvolvimento, mediante a diversidade de visões, sejam elas positivistas que o aliam à ideia de crescimento econômico ou socialistas que destacam a qualidade de vida, demanda a necessidade de reflexão quando o ligamos ao conceito de sustentabilidade.

Refletir como esses fenômenos ocorrem ou são planejados em uma cidade pequena justificam as intencionalidades da pesquisa que ora se apresenta, objetivando-se verificar a existência de projetos institucionais para o desenvolvimento sustentável com potencial de formar um conjunto articulado de práticas sustentáveis.

Enfatiza-se que as discussões a respeito da temática desenvolvimento sustentável depara-se muitas vezes, segundo Marconatto et al (2013, p. 15) no embate entre os “antropocentros” que creem que a natureza existe para servir ao homem, defendendo a ideia de que crescimento dos mercados e avanços tecnológicos garantem a sustentabilidade e de outro lado, os “biocentros” que divulgam a ideia da necessidade da preservação dos recursos naturais sobre os sistemas econômicos. Eis a tensão que norteia os discursos dos gestores públicos entrevistados.

Parte-se da ideia de que o desenvolvimento sustentável proposto por um município pequeno se faz necessário quando se tem a urgência de tal concepção, pois evidencia a falta de planejamento em relação a esses instrumentos que permeiam políticas sustentáveis, o que caracteriza momentos de crises institucionais, sociais, econômicas e políticas, do ponto de vista do município. A sustentabilidade é uma questão importante que causa preocupação para

a Ciência na atualidade, mas também para a sociedade que é cada vez mais urbana e nesse aspecto, destaca-se que essa importância vai além dos pequenos municípios, alcançando também os grandes e médios centros. Tem sido pauta de inúmeras discussões que buscam caminhos que se adequem à realidade contemporânea e que sejam eficientes em suas propostas.

Para essa tarefa investigativa faz-se imprescindível um percurso teórico a respeito dos conceitos utilizados na pesquisa, dentro das visões históricas, sociológicas e antropológicas, além da compreensão de planejamento urbano, desenvolvimento e sustentabilidade, bem como as repercussões do poder local, em contraposição ou não à lógica globalizadora que se impõe de forma nada dialógica. Essas repercussões têm fundamentação nos campos ideológicos e políticos, campos férteis nas possibilidades de compreensão dos caminhos já trilhados. Levam-se em consideração as possibilidades de cidades pequenas realizarem um percurso próprio, de acordo com a sua realidade e cultura, frente aos desafios do mundo contemporâneo.

Neste trabalho parte-se da ideia de que há a possibilidade de se pensar o desenvolvimento local de uma forma própria, endógena, tendo-se como pressuposto a qualidade de vida. Porém, é necessário compreender a visão da administração municipal, a esse respeito, assim como as atitudes direcionadas a esse fim.

A pesquisa demonstra, porém que, apesar das falas dos entrevistados apontarem para a determinação de que a qualidade de vida é característica primordial para que o desenvolvimento sustentável seja efetivado no município, não há a institucionalização de políticas públicas direcionadas a esse fim. Na prática, essas políticas acontecem quando o município garante à sua população serviços públicos de qualidade sejam eles na área de educação, saúde, obras e a coleta seletiva implantada. Falta ainda a normatização dessas práticas de modo a garantir a sua permanência posteriormente, mesmo que haja a mudança no caráter administrativo.

Espera-se que este trabalho propicie a discussão acerca de como é importante e necessário delimitar claramente os objetivos que os administradores públicos de um município jovem e pequeno pretendem alcançar no quesito *desenvolvimento sustentável*, tendo-se em vista as suas possibilidades e repercussões nos âmbitos sociais, ambientais, políticos e econômicos.

O que se pode perguntar ao Poder Local em Piranguinho? Tantas são as transformações do espaço denominado urbano, as relações que ali se encontram, muitos podem ser os questionamentos. Um deles será destacado na presente pesquisa: Quais as possibilidades de se criar formas endógenas de desenvolvimento, apesar de todo o processo globalizador que atinge a sociedade contemporânea?

Tommasino et al (2005, p. 11) chamam a atenção para o caráter contemporâneo da crise ambiental, ao afirmarem:

Con la generalización de las relaciones capitalistas, que fue posible por la Revolución Industrial, la relación del ser humano con la naturaleza externa sufrió modificaciones significativas em su *ritmo, amplitud, nivel, profundidad* y grado de conciencia.

A pesquisa é caracterizada pelo estudo de concepções ligadas ao desenvolvimento em cidades de pequeno porte, marcadas pela vitória das ideias liberais fortalecidas a partir da década de 1980 do século XX, tendo em vista a realidade que se apresenta. O objeto de estudo é a concepção de desenvolvimento sustentável aplicada, pelo Poder Público Local, a Piranguinho, pequeno município situado na região Sul de Minas Gerais. Sabe-se que a cidade contemporânea ocidental, em sua maioria, é resultado de diversos processos que a modelaram dentro dos ideais capitalistas, desconsiderando a sustentabilidade da vida, tanto nos aspectos ambientais, quanto humanos.

Sabe-se que a cidade contemporânea ocidental é resultado de diversos processos que a modelaram dentro dos ideais capitalistas, desconsiderando a sustentabilidade da vida, tanto nos aspectos ambientais, quanto humanos. Para Monte-Mór (2006, p. 09)

A efetiva passagem da cidade ao urbano foi marcada pela tomada da cidade pela indústria, trazendo a produção – e o proletariado – para o espaço do poder. A cidade, lócus do excedente, do poder e da festa, cenário privilegiado da reprodução social, ficou assim, subordinada à lógica da indústria.

Levando-se em consideração a construção da ideia de cidade, enquanto lugar onde o poder político local se concentra e a sociedade se organiza em atividades econômicas, políticas e sociais, a cidade é, pois, a convergência de vários aspectos, sejam eles concretos (território, construções, habitantes), abstratos (cultura, identidade), permeados por relações de poder (institucional e social), que conforme Castells e Borja (1996), “converte-se num âmbito de respostas possíveis aos propósitos econômicos, políticos e culturais de nossa época”.

O momento histórico é o da globalização/internacionalização da economia, marcado pela ruptura de fronteiras físicas, abertura dos mercados, descentralização política, bem como da remodelagem das relações entre as diversas regiões, assim como das diversas populações. Perante a essa realidade, o poder local ganha destaque, quanto à sua eficiência e/ou legitimidade. Vários são os discursos, que perpassam desde os mais céticos que defendem a impossibilidade de se tornar viável uma forma diferenciada de conceber a política, a administração mais próxima da realidade em que se vive, até os que defendem, que é na instância menor, na cidade, que as relações podem e devem ganhar força, pois a proximidade com a realidade é que permitiria ações mais reflexivas e eficientes, tendo em vista os objetivos a que se propõe.

O interesse perpassa o estudo de como se organiza o poder local, como os diversos atores políticos envolvidos agem e com que propósitos.

1.1. Piranguinho: Uma visão histórica

A história registrada da ocupação do Sul de Minas, por ser fragmentada, nem sempre obedecendo a critérios científicos, baseando-se muitas vezes em relatos, sem uma busca por comprovação documental acaba por produzir lacunas, que só serão preenchidas com os estudos.

Tendo por base os relatos orais, análise de documentos em cartórios, igrejas e publicações em jornais do início do século XX, foi possibilitado registro escrito da história do município de Piranguinho, primeiramente por Joaquim Mota de Almeida, um historiador que tomou como base os relatos orais, principalmente de pessoas mais idosas e também as suas memórias e posteriormente, pelo NEPHIS (Núcleo de Estudos e Pesquisa Histórica). Dois livros foram produzidos tendo como título “Histórias de Piranguinho – Estação do Piranguinho: as origens e outros olhares”, volume I e “Histórias de Piranguinho – Piranguinho: tempos e lugares da cidadania”, volume II. O primeiro lançado em 2008 e o segundo em 2011, ambos com o objetivo, de acordo com o NEPHIS, de “oferecer aos leitores possibilidade de acompanhar o ‘dito e o escrito’, isto é, os resultados de pesquisas realizadas”.

Em 19 de abril de 1892, foi aberta ao tráfego a estação de Piranguinho, situada a 11 km de Itajubá, totalizando 120 km de linha até então. Em 23 de agosto de 1894, foram entregues ao tráfego mais 41 km de linha,

compreendendo também as estações de Olegário Maciel e Afonso Pena. Uma visita aos velhos semanários do município de Brazópolis permite compreender a importância da estrada de ferro na origem de Piranguinho. Menções ao povoado, encontradas em “O Vargem-Grandense”, até maio de 1892, referem-se ao local como ESTAÇÃO DO PIRANGUINHA. A partir daí, define-se o masculino: Estação do Piranguinho (ALMEIDA e RENÓ, 2008, p 135).

Os autores “o ‘do’ indica que a estação ferroviária recebeu o nome do ribeirão que deságua no rio Sapucaí”. Mas a dúvida permanece em relação ao nome “Piranguinha”. Erro de imprensa ou variação em relação ao nome do ribeiro? Entre os antigos moradores era comum a utilização da expressão “Vou na Piranga” (ALMEIDA e RENÓ, 2008).

Os pesquisadores a explicação para o nome de origem através de uma conversa com um senhor, morador de Brazópolis, em torno do ano de 1964. Segundo ele, a construção do engenho de serra datava de 1882, antes da construção da ferrovia. Em 1889, surgira o nome “Piranguinho”, com o significado de “peixe pequeno” em tupi, escolhido pelas pessoas que se encontravam perto da represa do engenho de serra.

Apesar dessa narrativa ser aceita como versão oficial, o significado do nome é discutido. No intuito de esclarecer o sinônimo do nome escolhido, o toponimista, pesquisador e colaborador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Benedito Preziosi (2002) em um mini-curso no município, traz as análises³ de suas pesquisas a respeito do nome do município e apresenta a ideia de “pequeno rio vermelho” ou “riozinho vermelho”.

O povoado formou-se a partir da construção da ferrovia e da estação para embarque dos produtos das localidades vizinhas, o que confirmou a sua importância para a economia local, conforme destaca “O Vargem-Grandense”, nº 37, de 31 de março de 1907:

Piranguinho é uma Estação cuja renda deve impor à Estrada toda a consideração e é preciso primeiro que tudo atender que é essa Estação o único escoadouro de Vargem Grande, Candelária e parte de S. José do Paraíso. O Comercio e a Lavoura desta importante zona, pede inergicas

³ Na minha análise, acredito que **Piranguinho** seria o aportuguesamento da forma tupi **Piranguim**, que nada mais é do que **rio vermelho, o pequeno** (piranga = vermelho + y [rio] + im [mirim] = pequeno). Podemos também traduzir como **riozinho vermelho**, numa oposição a **rio vermelho, o grande**, que na sua forma tupi é **Piranguçu** (piranga + y + uçu [guaçu] = grande). Como existe na região este topônimo, é de se supor que de fato sejam referências a um rio pequeno e um rio grande, com águas vermelhas ou barrentas há vários topônimos no Brasil com a designação de **Rio Vermelho, rio Pardo**. Essa oposição pequeno/grande é igualmente comum no tupi. Temos vários exemplos: **Iguaçu** (rio grande) e **Imirim** (rio pequeno); **Mogi-Guaçu** (rio da cobra, o grande) e **Mogi-mirim** (rio da cobra, o pequeno); **Embu-guaçu** e **Mboi-mirim**, com o mesmo significado, mas numa outra deformação fonética; **Paraguaçu** (o rio caudaloso, o grande, numa evidente redundância).

providencias quem compete dal-as e por nossa vez acreditamos que ellas serão promptamente attendidas como é de direito.

Muitas vezes há a tendência de se contar a história de um município a partir do ano de sua independência política, porém a história anterior, a formação do lugar apresentam características que não podem se perder no tempo, porque trazem importantes informações que ajudam na compreensão de sua formação.

1.2. Piranguinho na Serra da Mantiqueira – Confinamento, proteção e desenvolvimento

Piranguinho é um município de pequeno porte, bastante acessível. O município é cortado pela BR 459 que liga Poços de Caldas a Lorena, passando por Itajubá, e liga duas importantes vias de integração do território do sudeste brasileiro, a Fernão Dias e a rodovia Presidente Dutra, o que facilita a chegada de pessoas que vêm de cidades vizinhas como Santa Rita do Sapucaí ou Itajubá, por exemplo, bem como as que vêm de lugares mais distantes como Belo Horizonte ou São Paulo. Sendo que a chegada de pessoas do estado de São Paulo pode ser feita tanto no sentido Pouso Alegre – Itajubá, quanto de Itajubá a Piranguinho, utilizando-se outro sentido da BR 459, bem como pela rodovia estadual MG 295 que liga Piranguinho a Brazópolis.

Essa facilidade de acesso propicia características diferenciadas a Piranguinho, que apesar de ter tão pequena extensão, acabou adquirindo características diferenciadas de outros municípios de mesmo porte, devido a essa facilidade de passagem e/ou permanência de pessoas.

O município possui uma população de 8.016 habitantes, numa área de 124.803 km², a economia gira em torno da prestação de serviços em primeiro lugar, seguida pela agropecuária e a indústria em terceiro lugar (IBGE, 2010).

O município, local de estudo, tem em comum, com os vizinhos a sua inserção junto à Serra da Mantiqueira que serve como uma barreira que, segundo Faria (2007, p. 142) “confina, separa, e surpreendentemente protege, em alguns pontos, o ambiente natural, por longos anos” (figuras 01, 02 e 03). A história da região é, como também a de outras, única, portanto, precisa ser compreendida dentro de suas especificidades.

Devido às suas particularidades e à história recente, é possível que haja um movimento de reflexão e análise a respeito dos modelos de desenvolvimento implementados no município destacado. Segundo Alves et. al. (2009, p. 8), as “pequenas cidades são bastante diferenciadas entre si”. As autoras destacam a ideia de que a diversidade na formação espacial do país, assim como os processos ocorridos localmente, são responsáveis pelas particularidades encontradas, sejam elas nos aspectos sócio-culturais, localização geográfica, bem como suas condições de acessibilidade e a “maior ou menor inserção dos lugares na economia globalizada”.

A microrregião de Itajubá faz parte da mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Segundo o IBGE (2010), sua população é de 189.193 habitantes e está dividida em treze municípios: “Brasópolis”, Consolação, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis, Piranguçu, Piranguinho, Virgínia e Wenceslau Braz, possuindo uma área total de aproximadamente 2.982 Km². Nota-se a proximidade destes municípios a Piranguinho na figura 04.

Há uma carência de alternativas para o município de Itajubá, que está inserido no rol das cidades de médio porte, e é polo regional e que também não apresenta um modelo de desenvolvimento bem fundamentado, ou seja, o desejo de se tornar polo Tecnológico ainda não se efetivou. Pode ser que essa falta de definição atinja também os municípios situados ao seu entorno, principalmente os de pequeno porte, que dependem em vários aspectos dessa relação com o polo.

A cidade de Itajubá figura como pólo regional econômico para a micro-região a que pertence. Ao mesmo tempo em que apresenta em seu planejamento o objetivo de se tornar um pólo Tecnológico, a atividade industrial não parece ser suficiente para garantir seu desenvolvimento, sendo necessário buscar atividades alternativas (FARIA, 2007, p. 173).

Para que o equilíbrio seja possibilitado, tendo como fundamentação a sustentabilidade da vida, o bem-estar da população aliada aos novos paradigmas sociais contemporâneos, é importante que haja uma retomada de decisões e ações visando à posteridade, aliada à permanência da qualidade de vida e de relações intrínsecas ao desenvolvimento humano e ambiental.

Uma retomada histórica se faz necessária, para que a percepção em relação a esses aspectos seja elucidada, já que a história urbana tem uma ligação profunda com as relações de poder estabelecidas, nos diversos momentos vivenciados pela humanidade.

A apropriação do solo de maneira particularizada, a sua importância para a sobrevivência de sociedades inteiras, seja para a produção de alimentos, garantia de moradia ou também para a proteção de civilizações, vem se mostrando como forma de estratificação social, garantindo a uns a propriedade, e a outros, a falta de possibilidade de uma vida digna. Percebe-se isso estudando a história do urbanismo, tendo-se aqui como referência o trabalho de Goitia (1992) e as implicações políticas do Planejamento Urbano, abordadas na obra de Souza (2008).

Também é posto em discussão o planejamento do desenvolvimento, suas bases de fundamentação e alternativas para novas concepções. Toda essa discussão é permeada pelas relações de poder, intimamente ligadas à concepção de espaço, de sua apropriação, utilização e posse.

Estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, os recursos, os meios de subsistência, o território e suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade etc.; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir e pensar etc. (FOUCAULT, 1979, p. 282).

Tendo em vista a região a ser estudada, há a possibilidade de se afirmar que o local apresenta a possibilidade de uma nova visão em relação ao desenvolvimento. A serra da Mantiqueira impõe magnitude, envolvendo as cidades num clima de aconchego e proteção. Esse clima muitas vezes é interpretado como fator de isolamento. Portanto, pode ser determinante para novas estruturas de desenvolvimento, tendo como foco a sustentabilidade e o bem-estar.

Itajubá é uma cidade considerada polo da microrregião da qual faz parte, entretanto mesmo estando nesse patamar, não apresenta condições suficientes para que o desenvolvimento se efetive de maneira sustentável. Há a necessidade de se optar por novas alternativas, que partam de um processo de políticas públicas com objetivos bem definidos, em uma proposta de desenvolvimento que seja realmente sustentável em todos os aspectos: social, econômico, político, ambiental.

O desenvolvimento planejado de Itajubá certamente influenciará também os municípios de pequeno porte, situados ao seu entorno. Assim, Piranguinho também deve pautar seu processo de desenvolvimento de maneira que seja possível juntar esforços com os outros municípios da região em que se situa.

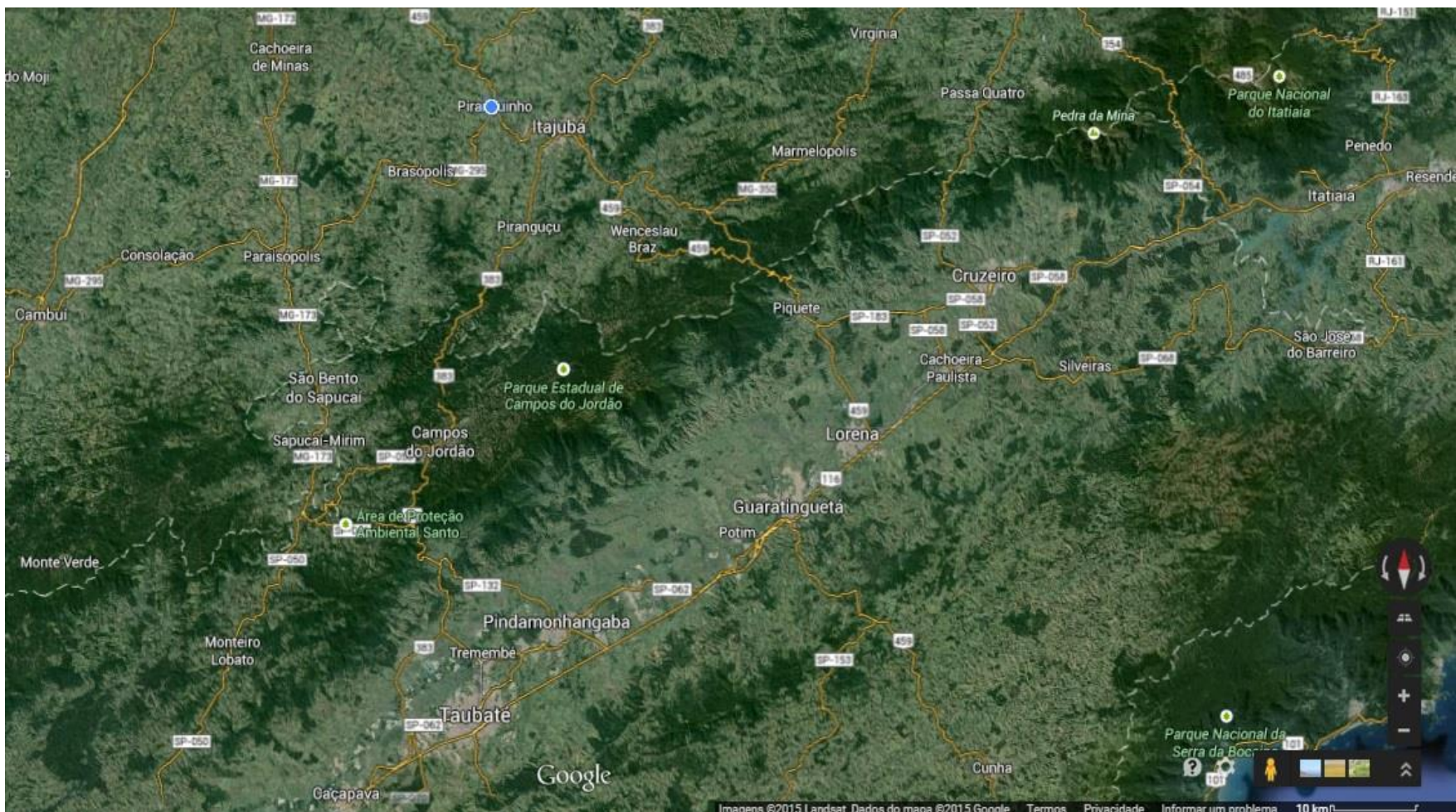


Figura 1 – Mapa – Seera da Mantiqueira

Disponível em <https://www.google.com.br/maps/@-22.6648727,-45.4410929,101174m/data=!3m1!1e3> . Acesso em 10/01/2015.



Figura 2 – Imagem de satélite da Serra da Mantiqueira e o contorno da APA.

Fonte: IBAMA/FNMA, 2003.

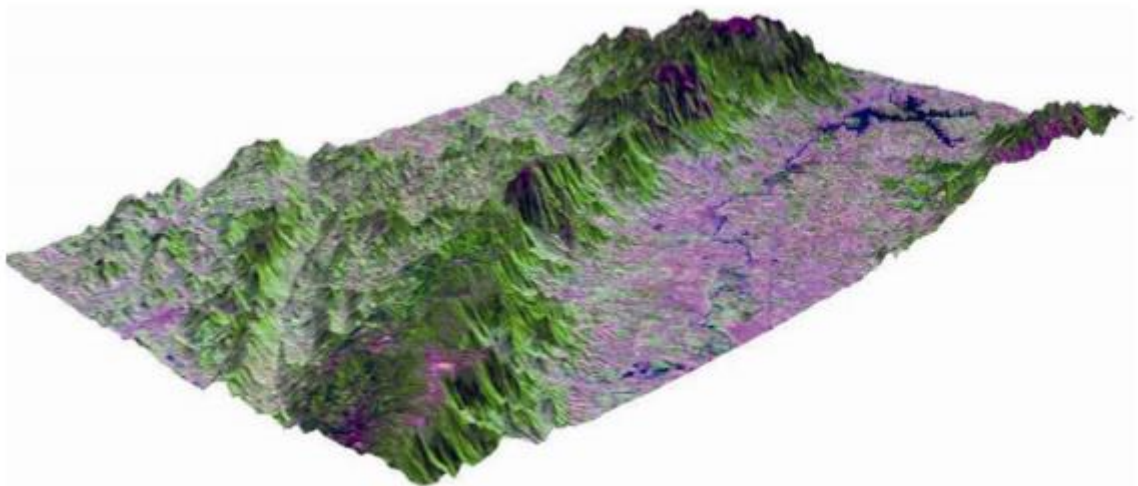
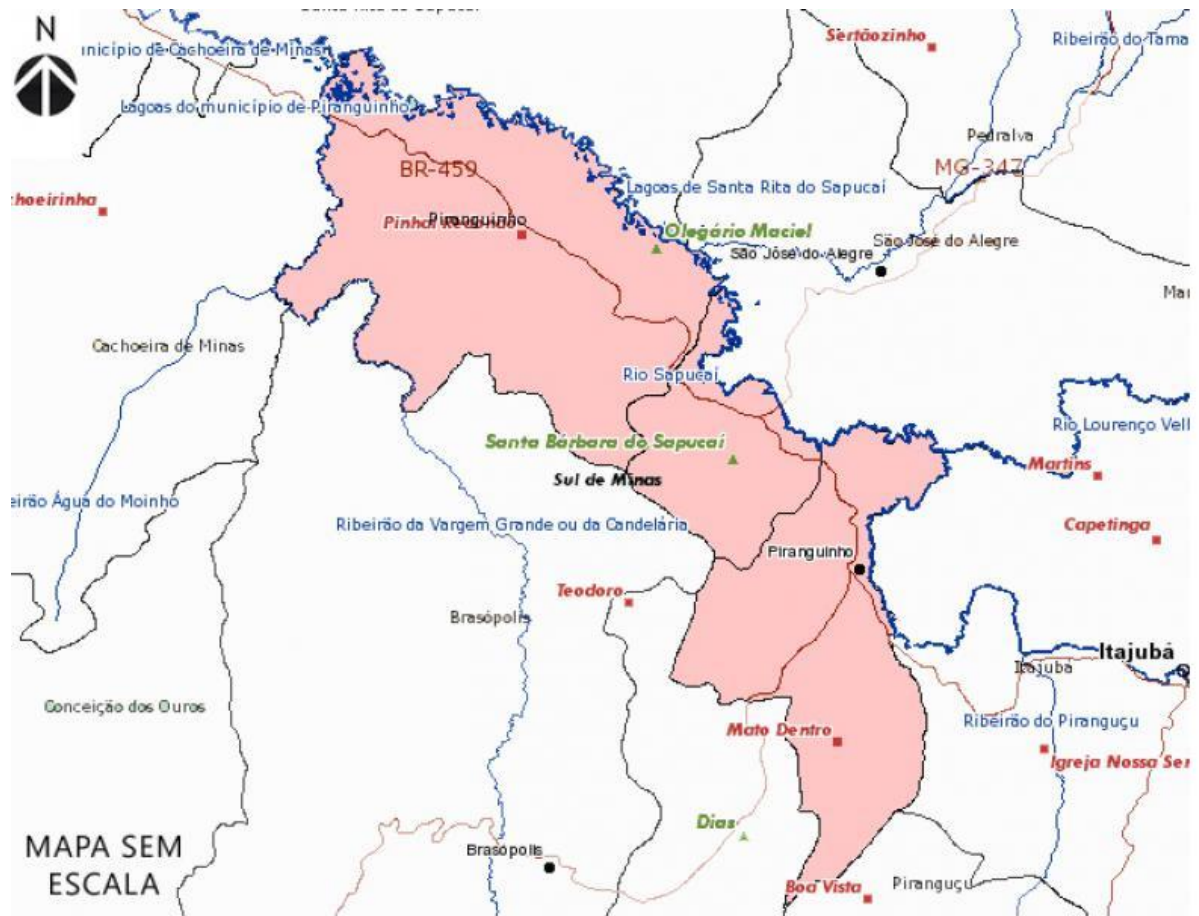


Figura 3 – Imagem de satélite da Serra da Mantiqueira em perspectiva.

Fonte: IBAMA/FNMA, 2003.



Município de Piranguinho/MG.

Posição do Distrito Sede em relação ao limite municipal.

BASE CARTOGRÁFICA: Mapa do Município de Piranguinho/MG. IGA, 2011.

Elaboração (Mar/2011): Manoela Bergamini(estagiária de arquitetura).

Figura 4 – Mapa do Município de Piranguinho, MG.

Elaboração: Manoela Bergamini. Disponível: http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/bensinventariados/detalhe_pi.php?id=239 .

Acesso em 10/01/2015.

Capítulo 2

Pequenos municípios – entre a percepção do espaço urbano e as nuances da urbanização

Este capítulo circunscreve-se através da discussão a respeito da conceituação de pequenos municípios, espaço urbano e urbanização.

Tendo-se como premissa que os pequenos municípios compõem a maioria numérica no Brasil, abrigando um pouco mais de um terço de toda a população brasileira, poderia se imaginar que também comporiam a maior parte das pesquisas que envolvem tal tema, portanto, isso não é o que se vê. A maior parte das pesquisas acabam privilegiando os grandes ou médios centros urbanos. Nesse sentido, a proposta deste trabalho é ampliar esse campo de discussão, trazendo elementos que tentam elucidar tais questionamentos.

Paralelamente, faz-se mister compreender as nuances do planejamento urbano e o ordenamento de seu espaço, tendo como pano de fundo o papel dos diversos atores envolvidos no processo.

2.1. Pequenos municípios – Entre teias de inter-relações – Conceituação e percepção

O estudo de pequenos municípios ganha sentido se se tiver como premissa que eles são maioria no cenário brasileiro e abrigam pouco mais de um terço de sua população. Apesar disso, as pesquisas, na maior parte das vezes, privilegiam os grandes ou médios centros urbanos. A esse respeito Soares e Melo (2005), destacam:

O estudo das pequenas cidades no Brasil tem sido, no âmbito da geografia urbana, ao longo da história, pouco valorizado em detrimento dos estudos das grandes cidades, o que expressa a carência de referências teórico-metodológicas, conceituais e de pesquisas sobre o tema (SOARES e MELO, 2005, p. 1).

As pesquisas que tratam do assunto são bem específicas, ou seja, diretamente relacionadas a determinados lugares ou regiões e discutem também questões bem particulares.

Apesar disso, pode-se verificar, a partir da última década, um crescimento na quantidade de pesquisas que discutem as pequenas cidades e suas problemáticas, devido à valorização cada vez mais ampla da ideia de desenvolvimento local, bem como da autonomia das cidades na condução de sua história, em detrimento ao processo generalizante e globalizador que se impôs a partir das últimas décadas do século XX.

O estudo da pequeno município é essencial para a compreensão da realidade ligada ao planejamento urbano e ao ordenamento de seu espaço, bem como do papel dos atores políticos, econômicos e sociais envolvidos no processo.

Por meio de observações, análises e discussões a respeito do processo de urbanização e produção do espaço tanto no âmbito objetivo, quanto no subjetivo é possível se estabelecer conexões de abstração que permitem a compreensão das complexas dinâmicas desenvolvidas no meio urbano. Mesmo no caso de pequenas cidades é possível observar tal complexidade, pois, apesar de ser visível uma reprodução (imposta historicamente) na lógica do planejamento urbano, a sua sistematização e materialização são particularizadas dentro de cada localidade onde as realidades apresentam-se diferenciadamente.

A caracterização de um município como pequeno deve ultrapassar os limites do número de habitantes, dada a sua distinção entre os demais. No Brasil podem ser encontrados municípios cujas populações urbanas estão em torno de 2.000 habitantes e outras em que esse número chega a 50.000, e, ambas são consideradas pequenas (IPEA, 2000). Bacelar (2009, p. 12) destaca o critério adotado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) 2000, “que categoriza as pequenas cidades em grupos que variam segundo suas respectivas populações o primeiro para cidades até 10.000 habitantes, o segundo vai de 10.000 a 20.000 habitantes e o terceiro de 20.000 a 50.000 habitantes”.

No Brasil, segundo o IBGE (2010), há um total de 5.570 municípios, desses, 4.958 têm população até 50.000 habitantes, ou seja, 89% dos municípios brasileiros são considerados pequenos.

Municípios com até 50 mil moradores têm 33% da população brasileira, segundo dados do Banco Mundial. Assim, pode-se dizer que municípios de pequeno porte abrigam um terço da população brasileira e representam 89 % das unidades administrativas no país. Há assim uma força política e de contingente populacional que deve ser considerada para se atribuir a devida importância aos estudos das cidades com essas características no país.

O censo demográfico 2010 do IBGE mostrou que o número de pessoas que moram em áreas rurais continua diminuindo no país, porém num ritmo menor do que na década anterior. O aumento de quase 23 milhões de pessoas que vivem nas cidades (num total de 160,9 milhões de pessoas) resultou em um grau maior de urbanização, que passou de 81,2% em 2000, para 84,4% em 2010. A região Sudeste continua sendo a mais urbanizada do país (92,9%). As regiões Centro-Oeste e Sul têm, respectivamente, 88,8% e 84,9% de população urbana. No Norte, a concentração de pessoas que vivem nas cidades é de 76,6% e, no Nordeste, o número chega a 73,1%.

Cidades pequenas, enquanto lugares singulares, apresentam a universalidade em si, portanto, vários temas ou temáticas podem ser abordados tendo em vista as suas especificidades. Alves, Melo e Soares (2009) chamam a atenção para a dificuldade que há em se conceituar o que seria uma pequena cidade, pois “se esbarra em questões que se relacionam por um lado, com dificuldades teóricas mais amplas como a própria problemática da definição de cidade, no contexto contemporâneo.” (ALVES et. al., 2009, p. 9).

Até mesmo a discussão a respeito do conceito de cidade, independente de sua extensão, perpassa por várias interpretações, pois tal conceito está atrelado ao tempo histórico, à intencionalidade que leva à construção histórica que lhe dá sentido. Para Souza (2007, p. 4) as cidades são construções humanas, sendo portanto, a negação da natureza, daquilo que é físico. Em contraposição a essa definição, Reis Filho (2007) afirma que a cidade é o aspecto físico.

Portanto, o recorte espacial feito para a pesquisa requer uma compreensão do conceito de cidade pequena, de modo a facilitar a análise da realidade que se apresenta, a busca por projetos de desenvolvimento sustentável, de como são incorporadas as políticas públicas destinadas a esse fim.

2.2. Pequenas cidades: Entre conceitos e identidades

A definição do que é uma cidade depende da ótica adotada, tendo como pressuposto que ela é resultado de uma construção histórica, social e econômica, portanto, não representa uma definição única, tendo em vista a sua identidade, sua concepção, sua particularidade. Geiger (1963, p. 12) afirma que “não existe uma fórmula para definir cidade [...] cidades são

frutos de civilizações distintas, são formadas em condições históricas diversas e pertencem a sistemas econômicos diferentes”.

Devido às suas especificidades que as tornam únicas, há necessidade de que sejam estudadas, como diz Jurado da Silva (2011) “com prudência. Isso para que não se venha proferir generalizações e simplificações propondo uma regra universal e categórica para a definição desses centros”.

A compreensão do que vem a ser uma cidade pequena deve superar o senso comum, o imaginário que povoa as mentes das pessoas, que a relacionam à tranquilidade, à falta de oportunidade ou até mesmo ao saudosismo de épocas passadas. O presente estudo deve ultrapassar esses limites reducionistas trazendo à concepção das cidades de pequeno porte, a sua identidade, bem como a possibilidade de percebê-las enquanto espaços de vivência, frutos de uma construção histórica, que traz em si aspectos sociais, econômicos e políticos. Jurado da Silva traz a discussão desses aspectos quando diz:

Quem nunca ouviu indagações a respeito das cidades pequenas, tais como: cidade pequena pacata, cidade pequena miserável, cidade pequena que vivi, nasci ou que conheci? Contudo, esse movimento não cessa e possui uso muito amplo, reproduzindo-se como recortes espaciais e como uma percepção do espaço, baseada na vivência e no sentido prático da construção social e econômica empregada pelas pessoas corriqueiramente (JURADO DA SILVA, 2011, p. 36).

A conceituação de pequena cidade não é fácil, pois há concepções que levam em consideração valores quantitativos (número de habitantes ou extensão territorial, por exemplo) e outras, os valores qualitativos, que apesar de mais subjetivos, são bem interessantes. Esses levariam em conta, a qualidade de vida, o bem-estar da população.

Endlich (2006) traz a discussão de que

O conceito de pequena cidade é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não-cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam, ainda que com patamares mínimo (ENDLICH, 2006, p. 85).

Se não há como definir uma cidade, adotando apenas um critério, as pequenas cidades também passam por essa mesma sistemática. Também no caso das cidades pequenas, vários critérios devem ser adotados para que a delimitação não seja arbitrária, por isso devem ser

observadas as condições históricas, geográficas e culturais de cada uma, respeitando as suas especificidades e a relação que têm com outras cidades da região.

Um estudo da representação das pequenas cidades “deve necessariamente fazer uma análise das variáveis econômicas e sociais no contexto regional, observando as especificidades da área em que está inserida”, bem como “as particularidades históricas e culturais, avaliar as políticas públicas” implementadas (SOARES e MELO, 2005, p. 3).

Assim sendo, as cidades pequenas podem ser compreendidas como espaços que vão ganhando forma no decorrer do tempo, devido às relações que aí se estabelecem. Toda a reestruturação, inovação ou manutenção de espaços e edificações primam por essa construção que é histórica, social, econômica e também povoa o imaginário, constitui a identidade, formando-as. Tudo se enquadra nessa formação, a reformulação de espaços é constante, pois os interesses também o são, o antigo e novo permeiam as novas relações.

Ademais, as ruas, as quadras, os monumentos, os espaços públicos, a distribuição espacial das edificações, das moradias e dos equipamentos urbanos revelam os meandros do processo de expansão urbana e nos remete a pensar nos constantes processos de refuncionalização dos espaços, onde o novo aparece metamorfoseando o antigo, que se refuncionaliza a fim de atender novos interesses, e cujas novas configurações da forma sobrepostas aos resquícios permanentes ao escoar do tempo nos convidam a pensar os vários caminhos trilhados na formação da identidade das cidades (PEREIRA, 2011, pp. 14 – 15).

A conceituação de pequena cidade não é tarefa simples pelo fato de haver dificuldades teóricas para a fundamentação desse conceito. Não há uma definição muito clara de suas características. Portanto, há que se definir critérios para que essa caracterização seja melhor trabalhada e aprofundada na pesquisa proposta.

O desenvolvimento da noção ou mesmo do conceito de pequena cidade se esbarra em questões que se relacionam por um lado, com dificuldades teóricas mais amplas como a própria problemática da definição de cidade, no contexto contemporâneo. Por outro, diz respeito também ao frágil conhecimento empírico dessas espacialidades (ALVES et al, 2008, p. 9).

Não há no Brasil um conceito de pequena cidade que possa ser considerado mais amplo, porém, ao se utilizar o termo, ele está carregado de significados tanto no âmbito intelectual quanto no âmbito do senso comum, visto que tal conceito está imbricado de diversos sentidos, visões e análises. O termo *pequena cidade* ao ser utilizado, não se reduz ao número de habitantes, como parece ser para a maioria das pessoas um critério de análise, pois não seria o suficiente para tratar de sua dimensão, visto que levaria a uma interpretação

equivocada, pois haveria uma generalização incapaz de esclarecer as diferenças encontradas em sua gênese e dinâmica econômica, social e política.

Santos (1981) ressalta que além do número de habitantes, que segundo ele, é artificial, o que define uma cidade é o seu dinamismo e desenvolvimento.

As estatísticas internacionais estabeleceram um marco de 20.000 habitantes para esse tipo de cidade, mas isso, no entanto, não significa grande coisa, visto como um marco numérico é sempre artificial; os marcos reais são os funcionais; isto porque só a partir de um certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define (SANTOS, 1981, p. 15).

Para Santos (1982) para que uma aglomeração seja considerada cidade, existe uma dimensão mínima que está relacionada à capacidade de satisfazer “[...] as necessidades vitais reais ou criadas de toda uma população, função essa que implica em uma vida de relações [...]” (SANTOS, 1982, p. 71).

Gonçalves (2005, p. 199) endossa essa ideia ao dizer que “compreendemos as cidades pequenas como uma das dimensões socioespaciais, geradas pelo processo histórico de produção do espaço urbano e regional”. Segundo ele, vários são os elementos que caracterizam as pequenas cidades, quais sejam, “as dimensões espaciais, o número de habitantes, a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta”. Porém, mesmo entre as que são definidas como pequenas, há diversidade. A generalização não cabe enquanto critério de caracterização, pois é possível encontrar em meio a cidades consideradas pequenas, aquelas que cumprem um papel mais centralizador, ao fornecer trabalho, acesso a bens e serviços a outras ao seu entorno, assumindo assim, muitas vezes, uma característica que seria mais comum a uma cidade de porte médio ou grande.

É interessante que se faça a análise da cidade pequena a partir dos aspectos qualitativos como um complemento aos dados quantitativos, pois estes geralmente incorrem à generalização e com isso, à rotulação do lugar, na maioria das vezes de forma pejorativa. É comum ao se tratar de cidades pequenas a atribuição de um menor volume populacional, como se essa característica fosse o suficiente para dar conta da amplitude de seu significado. Porém, sabe-se que a funcionalidade local é também outra caracterização que se faz. Cidades próximas a centros industriais consideradas “dormitórios”, cidades sem oportunidades de lazer, cultura ou trabalho podem figurar entre aquelas consideradas cidades pequenas, mas podem ter diferentes características de extensão territorial urbana e mesmo de contingente

populacional. Mesmo que essas características não sejam suficientes para defini-las, são bastante utilizadas. O que se pode destacar é que a generalização é reducionista e não dá conta da teia de relações que se estabelecem em todos os lugares em que há uma concentração humana, seja ela pequena ou grande. Santos (1982) chama a atenção para esses aspectos:

Quando se fala de cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente. Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isso outro problema (SANTOS, 1982, p. 70).

A busca por critérios para a definição do que seriam as pequenas cidades, que é preocupação de vários pesquisadores, precisa superar os dados estatísticos e demográficos, pois além desses, há outras variáveis a serem observadas como as dimensões territoriais, econômicas, funcionais, sociais, políticas, históricas, culturais, ambientais, buscando-se privilegiar, segundo Endlich (2006), essas dimensões, bem como as particularidades de cada espaço, para que a compreensão dessa relação se estabeleça de forma mais abrangente.

Assim, a cidade sendo fruto da realização humana reflete seu tempo e as relações dialéticas que a perpassam, possibilitando um resgate histórico sobre sua constituição, envolvendo também a região da qual faz parte. A partir disso, a análise de transformações, bem como os papéis desempenhados é essencial para a construção conceitual, facilitando a compreensão das especificidades de cada uma, fortalecendo suas particularidades.

As relações que se apresentam na cidade vão além das estatísticas numéricas, elas estão interligadas por vivências, olhares, sentimentos, desejos que trazem à tona, a subjetividade inclusa nessa teia de interconexão. Portanto, faz-se necessário o olhar mais apurado para os fenômenos que estão presentes na vida cotidiana do lugar.

Bacelar (2005, p.10) define a pequena cidade dentro da perspectiva de quem nela vive e se sente incluso em um meio em que é reconhecido, lhe dá segurança e, na maioria das vezes, retrata o sentimento de pertencimento. Ele ressalta que “Nascer e crescer numa pequena cidade sempre foi, para muitos, motivo de alegria. Esta alegria vem do contato direto e explícito com as coisas da natureza e da liberdade de pertencer a um lugar onde as relações interpessoais passam mais pelo campo afetivo que material”.

Os municípios pequenos tendem a ter características que os aproximam da ruralidade. Segundo Veiga (2003), em países com características e importância socioeconômicas iguais ou superiores ao Brasil, a delimitação de urbano e rural utiliza como critérios o tamanho (área do município), a densidade e a localização da população, enquanto que a delimitação brasileira é feita apenas com o uso do critério sede dos municípios como “urbana”, ou seja, apenas o aspecto da organização político-administrativa é levado em consideração. Esse fato faz com que haja imprecisão na verificação da urbanidade ou ruralidade dos municípios brasileiros, que pode e deve ser complementada com o estudo de características regionais.

Fazendo-se uma reflexão sobre os pontos levantados por Veiga (2003), no Brasil o termo cidade pequena, que normalmente diz respeito a uma localidade com características diferentes do que se chama de rural, pode ser considerado sinônimo do município pequeno. Ainda que, a definição do campo do urbanismo, município, de acordo com inúmeros autores, representa a sede administrativa e cidade é - definição dada por Reis Filho e Medrano (2007) - o espaço físico ocupado por uma população com características urbanas. Sendo assim, nesse trabalho, dadas as especificidades brasileiras, cidade pequena e município pequeno podem ser considerados sinônimos. Neste trabalho opta-se por utilizar o termo município, porque as políticas que serão analisadas no final, ou seja, as relacionadas ao desenvolvimento sustentável, incluem também os aspectos rurais.

A discussão sobre a definição do termo cidade pequena aqui realizada é relevante para se verificar as iniciativas locais destinadas ao desenvolvimento sustentável e também à incorporação dessas categorias de cidade, às políticas públicas direcionadas a esse fim.

2.3. Espaço Urbano

Para Lefebvre (2008, p. 82), em qualquer que seja o tempo histórico, há três características marcantes em uma cidade, ou seja, enquanto objeto espacial que ocupa um espaço bem distinto do urbano, onde as relações entre o urbano e o rural dependem das relações de produção, isto é, do modo com que se organizam os processos de produção material do homem; enquanto mediação entre uma ordem próxima e outra ordem distante, sendo que o campo próximo é o campo à sua volta dominado e organizado por ela e a ordem distante é o conjunto da sociedade; lugar onde o espaço é organizado e instituído segundo

exigências éticas, estéticas e ideológicas do momento histórico em que são implantadas, sendo assim uma obra no sentido de uma obra de arte.

Cosgrove (2003, p. 103) destaca que a produção de símbolos que se definem através de códigos onde “tais códigos incluem não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, a pintura, a dança, o ritual, a cerimônia e as construções”, demonstra que o espaço urbano é culturalmente construído pelo homem em sociedade e essa construção evidencia-se através da produção simbólica de tais códigos.

Tendo em vista que o modo de vida urbano acontece inevitavelmente em espaços públicos e que este constitui um estilo de vida que contempla paisagens, arquitetura, modos de circulação humana, que juntos formam uma maneira do homem urbano construir e atuar no mundo. Toda a atividade humana é “ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação” (COSGROVE, 2003, p. 103).

Para Lefebvre (1999, p. 77-81), o espaço urbano é espaço construído e apresenta os níveis e dimensões desse espaço, que estendem do nível global, onde se exerce o poder do Estado, o nível considerado intermediário, onde ocorre o urbano e o nível privado ou do habitar.

O Estado exerce seu poder enquanto vontade e representação no nível global. Isso se dá através de estratégias políticas de que detem o poder, facilitando a intervenção dos especialistas urbanistas e como forma de representatividade, “os homens de Estado têm uma concepção política ideologicamente justificada do espaço” tendo “capacidade de ação, podendo modificar a distribuição dos recursos, dos rendimentos, do valor criado pelo trabalho produtivo”. (LEFEBVRE, 1999, p. 78).

Esse nível global é onde ocorrem as relações mais essenciais e gerais com o mercado de capitais e a política de planificação do espaço, portanto, é mais abstrato. Porém, as práticas projetadas e desenvolvidas interferem diretamente no “prático-sensível e no imediato”, desenvolvendo projetos urbanísticos, projetando edificações e/ou monumentos (LEFEBVRE, 1999, p. 78).

O nível intermediário, de acordo com o pensamento de Lefebvre, localiza-se entre o nível global, onde há a construção de estratégias programadas para a estruturação do espaço, e o nível privado, isto é, o espaço do habitar. O nível intermediário, para ele, está diretamente

relacionado ao espaço urbano, porque ali encontra-se as estruturas para o comércio, os transportes e outros serviços urbanos.

No espaço privado situam-se os imóveis “domínio edificado”, edifícios residenciais, casas, acampamentos e favelas. Para Lefebvre (1999, p. 81), o nível do habitar “deteriorou-se fortemente na prática”, pois na sociedade urbana o homem vive em espaços homogeneizados “obrigando o vivido a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou “máquinas de habitar”.

Para o autor, reencontrar o habitar e seu sentido, para exprimi-los, é preciso utilizar conceitos e categorias capazes de ir além do vivido do habitante, em direção ao não conhecido e ao desconhecido da cotidianidade”. (LEFEBVRE, 1999, p. 81).

Desse modo o habitar será compreendido nas relações cotidianas do espaço urbano, seja “do templo e dos palácios à choupana do lenhador, à cabana do pastor” assim como as “realidades urbanas, com suas diferenças e relações secretas e/ou evidentes” (LEFEBVRE, 1999, p. 81), revelam as singularidades deste espaço culturalmente construído e constantemente modificado.

A construção simbólica do espaço urbano propõe-se na dimensão cultural e na representação social em que os símbolos constituídos a partir dos bens patrimoniais históricos que se encontram concentrados ou dispersos no espaço público das pequenas, médias ou grandes cidades, se configuram e relevam a teia de relações sociais que afloram destes espaços.

As cidades, para Santos (1993, p. 61), têm “um grande papel na criação dos fermentos que conduzem a ampliar o grau de consciência”, pois é um espaço onde a vida em sociedade é facilitado devido às possibilidades que se apresentam nos diversos campos, sejam eles o da troca, da cultura ou da economia. Na cidade, no ambiente urbano essas possibilidades tornam-se mais prementes. Santos (1993, p. 61) ainda ressalta que as cidades são “espaço de revelação”, em que para a maioria dos indivíduos é um espaço que “ ao primeiro contato é impalpável, não se deixando entender apenas com o que apreendemos em suas enormes quantidades, nada mais que uma fração do todo”.

Tendo em vista que a cidade é o espaço onde se concentram “a população, mas também os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, as fruições, logo, tudo o que faz com que uma sociedade seja uma sociedade onde a existência urbana confunde-se com a existência política [...] se a cidade concentra o que faz uma sociedade, reparte-o de maneira relativamente razoável entre organizações e instituições. (LEFEBVRE, 1972, p. 50).

A compreensão consciente e crítica desses processos de produção, possibilita perceber o espaço urbano e suas produções simbólicas e o que ele tem a revelar. “A cidade é palco constante no qual se movimentam as categorias econômicas, o salário e o capital, o sobreproduto e a mais-valia, desempenhando as suas cenas e os seus dramas” (LEFEBVRE, 1972, p. 117).

Neste espaço há inserção do homem de forma particularizada e singular, onde ele produz e consome bens materiais e culturais. Este também é o espaço onde se dão as relações de conflito e integração humanas. A cidade, transformada dentro de um movimento histórico, é produzida dentro de aspectos que a envolvem em dilemas permeados por aspectos demográficos, ambientais e funcionais. O espaço urbano é dinâmico, a vida o envolve em suas diversas nuances trazendo ao seu cotidiano os elementos que constituem a história humana em suas apropriações, suas interrelações políticas e sociais.

Estas revelam a simbologia de suas construções que são ao mesmo tempo concretas e abstratas, envoltas em aspectos culturais que marcam sua historicidade, trazendo à tona modos de ser, viver e organizar-se. Essas construções traduzem a dinâmica vital do espaço urbano, que a partir dessas marcas pode ser melhor compreendido, planejado e provavelmente transformado.

A discussão teórica travada ganha sentido na medida em que o tema do desenvolvimento e sustentabilidade se inscreve nas dimensões e nas dinâmicas do que denominamos espaço. Especificamente, como as pessoas que fazem uso do espaço constroem suas subjetividades e subjetivações, sem perder de horizonte o contexto contemporâneo em que vivem. É dentro deste campo de ideias que este trabalho pensa o desenvolvimento local, o que discutiremos no próximo capítulo.

Capítulo 3

Desenvolvimento local e suas (im)possibilidades

Neste capítulo, guardadas as devidas proporcionalidades vale a reflexão a respeito das possibilidades de se efetivar o desenvolvimento local frente aos apelos massificadores, por sinal muito eficientes, em seu propósito de convencer que não há outros caminhos possíveis e que pensar em desenvolvimento local, de forma endógena, seria algo próximo do impossível.

Para se buscar uma melhor compreensão desses aspectos propõe-se uma análise a respeito de desenvolvimento local e sua articulação com o poder, também as relações humanas frente ao desenvolvimento urbano, o embate entre desenvolvimento e crescimento econômico. Para isso, faz-se necessária a conceituação de desenvolvimento e sustentabilidade.

Aqui também os elementos contextuais estão presentes com a intenção de localizar e compreender as concepções políticas pertinentes ao lugar, de modo a facilitar a interlocução com os temas desenvolvimento e sustentabilidade, tendo em vista, o município pequeno e a sua relação com os aspectos locais de poder.

3.1. Desenvolvimento Local e Poder

Torna-se pertinente a compreensão de como se articula o poder local, tendo em vista os diversos atores políticos envolvidos nas decisões e pensar na possibilidade, segundo Maricato (2002, p.72), de “construir um espaço de participação social, que dê voz aos que nunca a tiveram, que faça emergir os diferentes interesses sociais”, ela acrescenta ainda que “é uma tarefa difícil em um país de tradição autoritária como o Brasil, mas altamente transformadora”.

Dowbor (1994) destaca que “a questão do poder local está rapidamente emergindo para se tornar uma das questões fundamentais da nossa organização como sociedade”. Segundo o autor (1994, p.6), “precisamos de mecanismos muito mais ativos de intervenção organizada para enfrentar os desequilíbrios herdados”, que deve envolver todos os atores sociais (Estado, empresa e sociedade civil) de modo a se alcançar uma sociedade que seja “economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável.”

Dentro das especificidades, necessário se faz devolver às cidades o seu protagonismo nas diversas esferas em que atuam, ou seja, nas várias instituições e também na sociedade civil (Castells e Borja, 1996), criando espaço de debate democrático (MARICATO, 2002).

Também em Piranguinho, o fenômeno do coronelismo⁴ se fez presente em sua história política, apesar de algumas contestações a esse respeito, a partir da ideia de que “antigamente, independentemente de partidos políticos, os moradores de Piranguinho preocupam-se em primeiro lugar com o bem e o progresso de sua localidade” (ALMEIDA, 2008, p.142).

A figura do “coronel” aparece em muitas narrativas a respeito do assunto no período, bem como em jornais e semanários. Essas narrativas destacam-se na exaltação da figura do coronel, bem como tentam estabelecer um elo entre as conquistas do município e as qualidades dele, conforme uma nota do “Jornal de Piranguinho”, nº 6, de 21 de abril de 1963:

Vamos lembrar o coronel Gregório da Motta. Era o maior proprietário da região. Sua fazenda era no Capote e devem existir ainda os restos das benfeitorias e talvez da própria Casa-Grande. O Coronel Gregório era da raça dos mineiros antigos, dos tais que se gabavam de “antes quebrar do que torcer”! Mas em compensação era extremamente bondoso, tinha o culto da amizade, e era profundamente religioso [...] São homens dessa envergadura moral que constroem as novas mentalidades que fazem os povos desejar suas autonomias. O Coronel Gregório da Motta nunca deverá ser esquecido por todos que se regozijam, hoje, com a independência de Piranguinho.

Na história local, essas ações eleitoreiras, calcadas na exaltação da figura do homem de posses, com grande prestígio social e força política eram práticas comuns, como se pode notar na descrição de Joaquim Mota de Almeida, em relação a um dia de eleições em Piranguinho, na década de 1950, que aparece à página 146:

Em Piranguinho, havia três correntes partidárias: UDN, PSD e PR. Uma corrente partidária era formada pelo chefe político, os afiliados e seus cabos eleitorais. A campanha política era feita no boca-a-boca nas casas dos eleitores e através dos

⁴ O coronelismo como instituição surgiu com a formação da Guarda Nacional, criada em 1831, após a renúncia de D. Pedro I. O governo de Regência, a partir de 1831, colocou os postos militares à venda, podendo então os proprietários adquirir títulos militares. Para ser integrante da Guarda, era preciso ter posses e recursos para assumir custos com o uniforme e armas (200 mil nas cidades e 100 mil no campo). Dessa maneira, quem tinha posses podia adquirir títulos e mandar. Tornava-se um “todo-poderoso”, cercado de dependentes e homens fiéis, cooptados com favores ou ameaças. Durante todo o Segundo Reinado (1840 – 1889), a tradição do mandonismo local foi reforçada e a República, proclamada em 1889, ficou conhecida em suas primeiras décadas como “República das oligarquias” ou “República dos Coronéis” ou ainda “República do café-com-leite”. Após dois presidentes militares, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, teve início o governo de Prudente de Morais, primeiro presidente eleito por sufrágio universal que inaugurou o predomínio dos grandes fazendeiros no comando do país.

comícios em palanques montados na praça Cel. Braz. Nos comícios, os candidatos apresentavam suas propostas de governo e atacavam seus adversários políticos. No dia das eleições, os representantes dos partidos enviavam meios de transporte, juntamente com os cabos eleitorais, para trazerem seus eleitores da zona rural. Antes que estes fossem votar, eram conduzidos a um local onde recebiam sanduíches, refrigerantes e cédulas dos candidatos em que deveriam votar. Em seguida, eram acompanhados pelos cabos eleitorais até as urnas de votação. Havia três desses redutos eleitoreiros: um era da UDN e os outros dois eram do PSD. Essa forma de captar votos nas eleições era chamada de “voto de cabresto”.

A História contada por homens sobre homens, sempre é “invadida” pelas ações e lutas das mulheres, bem como de homens que, excluídos do processo, por não serem considerados pertencentes a ele devido à sua classe social, emergem com suas ideias e fazem seus caminhos a partir de reivindicações, de suas lutas.

Homens e mulheres, ricos e pobres, portanto, participam do processo de formação do povoado que virou distrito e do distrito que se tornou cidade. Assim deveria ser apresentado o movimento histórico: ação de uma coletividade que produz seu modo de viver e de pensar, não de maneira coerente e homogênea, mas a partir da dinâmica das contradições que constituem a realidade social. Infelizmente, nos registros que ficaram predominam os feitos dos coronéis, dos padres, dos delegados, dos prefeitos etc (RENÓ et al , 2011, p. 25).

Portanto, o processo de formação da cidade ultrapassa os muros invisíveis da desigualdade social, das distinções entre sexo, etnia, religião e avança a partir da participação coletiva. A teia é tecida a várias mãos, com ideias às vezes divergentes, pois a pluralidade é a marca do humano.

No caso do Brasil, e Piranguinho inclui-se aí, a história dos municípios durante a Primeira República mistura-se à história do coronelismo na política brasileira. “Significa que a participação política, restrita aos homens, sujeitava-se à vontade dos senhores locais que ainda eram chamados de *coronéis*” (RENÓ et al, 2011, p. 27). Mantinha-se o controle da vida política dos municípios pelos presidentes dos estados, garantindo assim a permanência das oligarquias no poder, através de seu revezamento nas várias instâncias da federação. Nesse período, a chamada “política dos governadores” a partir de manobras de apoio ao governo federal, “equilibrava” as relações entre o poder central e o estadual, superando assim, possíveis divergências locais. Essas práticas garantiam a chamada “República do café com leite”, que “legitimava” o revezamento entre São Paulo e Minas Gerais no governo federal.

Várias eram as práticas utilizadas para que fossem garantidos os resultados esperados para as eleições no período citado. Já que o voto não era secreto, a coerção era praticada, as

fraudes eram comuns e até mesmo toleradas. Caracterizavam-se aí os currais eleitorais, o voto de cabresto, as eleições a bico de pena, alterações nas listas eleitorais, computação de eleitores fantasmas e muitas outras práticas ilegais, que confirmavam resultados já previstos e desejados e excluíaam outras possibilidades.

Assim como acontecia em todo o país, o desenrolar da política em Piranguinho também sofreu avanços e recuos, o ato de reconhecer-se enquanto cidadão faz parte do processo, que levou homens e principalmente as mulheres à participação política.

As lideranças políticas locais navegaram conforme as agitações do mar da política brasileira: da República dos Coronéis à ditadura Vargas, do período populista à ditadura militar, desta à redemocratização e ao século vinte e um. Pragmaticamente, alinharam-se aos partidos que lhes permitiram a permanência no governo da coisa pública, até que o processo político das duas últimas décadas começasse a exigir outros olhares sobre a realidade e a elaboração de novas estratégias para a conquista e o exercício do poder. Essa é a história de muitos municípios brasileiros (RENÓ et al, 2011, p. 53 - 54).

A construção do sujeito político passa pela compreensão de si como alguém capaz de criar e transformar as situações, que não se deixe transformar em simples expectador da História da formação da cidade, que afinal é fruto de seu trabalho. Tarefa nada fácil, principalmente quando se leva em conta a análise sobre o processo político para além das ações que repercutem em bem-estar da população, mas que vai além, ao proporcionar-lhe a melhoria na qualidade de sua reflexão política. É o avançar da mentalidade para além do “eu”, chegando a “nós”, sem os meandros da troca de favores ou de interesses particulares sobressaindo aos coletivos.

Nas lacunas deixadas pelos registros históricos convencionais, despontam atores diversos, mesmo não sendo reconhecidos oficialmente, participaram de maneira ativa dos vários processos. Estes são encontrados em jornais da época, semanários, arquivos da paróquia e na história oral.

Como é possível verificar, a história, apesar de ser contada na maioria das vezes, a partir do olhar masculino, dos que detêm o poder, seja no campo político ou religioso, é protagonizada por aqueles que por mais que se tenha tentado excluí-los, insistem em se fazerem presentes, como é o caso das mulheres, dos negros, índios, pobres e demais marginalizados da sociedade excludente.

Em Piranguinho essa realidade não foi diferente, as mulheres aparecem em diversos momentos e situações, como protagonistas de sua história que é a história do lugar. Tanto no

campo da educação, quanto na religião e na política, elas destacam-se. Renó, Lima e Passaro (2011) destacam que no período anterior à emancipação do Distrito:

[...] pode-se acompanhar o protagonismo das mulheres no campo da educação, atividade essa que dependia de ações políticas de convencimento, de apelos ao poder público, de uso da fala e da festa para chamar a atenção sobre as necessidades da escola e do povoado. A religião é percebida como elemento aglutinador e articulador de ações que deram forma à vida social local, pautando condutas, ritmando o tempo do trabalho e das festas, revelando a costumeira sintonia entre a autoridade religiosa e o poder local. O futebol foi a outra força mobilizadora, capaz de quebrar a rotina do pequeno distrito. [...] Diferentes atividades configuraram-se em lugares da prática política em seu sentido de ação para o bem-estar da comunidade (RENÓ et al, 2011, p. 72).

As práticas políticas são, desde o início, permeadas pela participação de pessoas que não concordam com a ideia de que apenas um grupo teria o privilégio de tomar as decisões, assim, nos diversos momentos da história do município é possível verificar a presença de atores, que à primeira vista não teriam a possibilidade de participarem de forma efetiva das diversas decisões.

Em 1993, de acordo com o livro “Histórias de Piranguinho (vol. II)”, o informativo “A Notícia” trazia em sua edição a afirmação que “a nova Constituição abraça espaço para a efetiva participação popular na gestão da cidade e que o exercício dessa prática democrática era obrigação da comunidade” (p. 83). Além disso, na mesma página, destacava a beleza e o bucolismo da cidade, marcados “pelo equilíbrio com a natureza que a circunda”.

Outros aspectos foram ressaltados tendo em vista que Piranguinho tinha uma

base econômica na agricultura, sem surto desenvolvimentista, sem comarca, sem empregos para oferecer a sua juventude. Levantava questões importantes sobre o modelo possível de crescimento, definindo que a tipologia das atividades a serem implantadas no local deveria privilegiar a integração com as peculiaridades locais (RENÓ et al, 2011, p. 83).

Na mesma edição, a equipe responsável pelo informativo dizia que estava articulando discussões em diversos segmentos da população, a fim de levantar questões, formular proposições e, através de outros debates, formular com a população propostas de políticas de ação e projetos, buscando sua viabilidade.

Em 1989, a elaboração da Lei Orgânica do município também parecia ser uma oportunidade de fazer aflorar a participação popular de maneira mais efetiva, porém, apesar das expectativas daqueles que viram nesse episódio, a

oportunidade ideal para convocar a população ao exercício da cidadania através de estudos, esclarecimentos, discussões e definições de prioridades relativas à realidade local. Era um daqueles raros momentos em que a cidade poderia funcionar como uma escola de cidadania, acima dos interesses partidários; dependia apenas da sensibilidade e da grandeza dos legisladores (RENÓ et al, 2011, p. 84).

Porém a realidade não correspondeu ao desejo de que a participação popular fosse possibilitada, a maioria dos vereadores não era favorável a uma abertura completa, portanto, a elaboração da Lei Orgânica Municipal ficou restrita à elaboração e acesso apenas aos componentes da Câmara Municipal, apesar dos esforços de associações populares e/ou religiosas como o SEAMPPO (Serviço de Assessoria aos Movimentos e Pastorais Populares) que organizou um mini-curso, com intuito de oferecer, após os debates populares, subsídios aos vereadores.

De lá para cá, Piranguinho viveu, através de sua população, o amadurecimento político, marcado pela criação de partidos, de disputas eleitorais, altos e baixos, comuns ao processo. A partir de 2005, o povo foi convidado à participação mais efetiva através de conselhos, associações, instituições e assembleias populares, que segundo o prefeito eleito em 2004, empossado em 2005, Adoniran Martins Renó em seu discurso de posse, são os “principais instrumentos para a execução de políticas municipais”.

Em cumprimento ao programa de governo proposto, a Administração adotou o modelo colegiado na relação entre prefeito e secretariado e abriu-se para a prática de convocar – através dos conselhos municipais, associações e grupos afins – os interessados para discussão e deliberação a respeito de eventos, procedimentos e obras. Com esse critério, passaram a ser promovidos o carnaval, o esporte, a festa do maior pé de moleque, eventos cívicos e culturais, ações nos campos da Saúde, da Educação e da preservação da memória local. O mesmo foi aplicado à definição de várias obras urbanas e rurais (RENÓ et al, 2011, p 102).

O Orçamento participativo⁵ passou a ser uma prática comum da nova administração, que via nessa prática,

⁵ Orçamento Participativo é uma forma de participação democrática que já foi aplicada “em vários países e em muitas prefeituras brasileiras como Diadema, Santo André, Guarulhos, Olinda, Blumenau, Aracaju, João Pessoa, Recife, Belo Horizonte e outras. A experiência de Porto Alegre, onde existe desde 1989, projetou nacional e internacionalmente esse modelo de gestão” (RENÓ et al, 2011, p. 102).

“O orçamento participativo permite que os cidadãos participem do processo pela organização social, permitindo às prefeituras estabelecerem limites e critérios para compartilhar o poder de decisão com os moradores das diversas regiões da cidade” (SANTOS JÚNIOR, 2014).

um mecanismo de participação popular direta em que a população decide a aplicação de recursos públicos, livre de entraves burocráticos e dentro dos limites legais, através de assembleias e negociações diretas entre diferentes grupos e com a administração (RENÓ et al, 2011, p. 102).

No início, a tendência da população ao participar do orçamento, era de reivindicar melhorias para sua rua ou bairro, sem se preocupar muito com a questão a nível municipal. Aos poucos, a compreensão de que a realidade das questões públicas tem que ultrapassar interesses particulares e avançar para os interesses coletivos, foi sendo construída e a participação popular tornou-se mais consciente. Renó, Lima e Passaro (2011) afirmam que “criou-se, portanto, um fórum que demandava inúmeras intervenções e proposições, campo fértil para centenas de propostas que apareceram nas várias reuniões realizadas, tanto de interesse local, [...], quanto de interesse geral [...]”.

No decorrer dos anos, o Orçamento Participativo foi ganhando novas características, próprias do amadurecimento político tanto da equipe administrativa, quanto da população em geral, o fato é que, de acordo com os autores acima citados:

O resultado principal do Orçamento Participativo é, portanto, a própria cidadania para além da possibilidade ou não de executar as ações indicadas, o fato é que a voz e a vez do povo prevalecem, suas sugestões se impõem e suas perguntas não ficam sem respostas. Questionar, sugerir e ser ouvido publicamente foi a grande conquista do povo de Piranguinho (RENÓ et al, 2011, p 111).

Cidadania é construção, é “alma da ‘pólis’, que, segundo os gregos antigos, só existe para fazer o homem feliz” (RENÓ et al, 2011, p 112 - 113). Essa construção é lenta e gradual, capaz de garantir a qualidade ao processo de participação nos processos decisórios, bem como à análise crítica da realidade em que os indivíduos estão inseridos, tornando-os coautores na construção histórica da pólis e corresponsáveis pelas conquistas alcançadas.

Dentre os instrumentos considerados fundamentais para o planejamento nas questões de gestão pública, a Constituição Federal de 1988 determina três: O Plano Plurianual⁶, a Lei

⁶ A Constituição Federal, já estabelecia desde a sua promulgação, a elaboração do plano plurianual como o principal instrumento para o planejamento administrativo. Entretanto somente com a publicação da Lei Complementar 101 essa ferramenta teve sua aplicação plena (SANTOS JÚNIOR, 2014).

Gonçalves (2005, p. 32) salienta os detalhes referentes ao Plano Plurianual:

Objetivos: são os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

Diretrizes: representam o conjunto de critérios de ação e de decisão que deve disciplinar e orientar os diversos aspectos envolvidos no processo de planejamento;

Metas: referem-se à especificação e quantificação física dos objetivos estabelecidos.

de Diretrizes Orçamentárias⁷ e a Lei Orçamentária anual. Esses instrumentos estão interligados e dão à gestão pública a possibilidade de um processo orçamentário racional que será estabelecido a curto, médio e longo prazos. Santos Júnior (2014) salienta que “nesse contexto o orçamento participativo passa a ser o instrumento democrático que permite aos cidadãos participarem do processo pela organização social”.

O orçamento participativo é um instrumento de democracia participativa. Norberto Bobbio (2000) salienta que ela é dinâmica e está em constante transformação, é sempre reinventada, o que a torna evolutiva e qualitativa porque ultrapassa a si própria.

Assim, a participação pode ser compreendida, como decorrência da necessidade do homem de conviver em sociedade e como possibilidade de superação das dificuldades que porventura advenham do cotidiano. O exercício da cidadania permite a sensação de sentir-se incluído, de fazer parte do processo, de ter vez e voz, como salienta Maricato (2002). Demo (1999, p. 18) argumenta que a participação é uma conquista, parte de um processo infundável, em constante vir-a-ser, portanto, em contínua construção: “[...] é autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada [...]. A participação não pode ser entendida como dádiva, concessão ou como algo preexistente”.

Nesse sentido, as prefeituras estabelecem limites e critérios nesse processo e decidem até onde compartilharão o poder de decisão com os moradores do município.

3.2. Refletindo... Relações humanas e desenvolvimento das cidades

Cunha (2008, p. 134) faz um alerta quanto ao processo de desumanização na produção do espaço urbano, criticando a incapacidade das pessoas de se manterem humanas, o que seria próprio de sua natureza. Segundo ela: “A cidade, tal como um espelho, apenas reflete-nos e devolve-nos nossas próprias dúvidas”. Ou seja, se somos nós humanos que fazemos a cidade, tal qual é, perdemos a essência da humanidade nessa construção do espaço, quando não criamos oportunidade de ampliação das teias de inter-relações, quando o espaço é objetificado.

⁷ A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) representa uma colaboração positiva no sentido de tornar o processo orçamentário mais transparente para a população. Dessa forma, contribui para a participação mais ampla do Poder Legislativo no disciplinamento das finanças públicas. Prioriza as metas do Plano Plurianual e orienta a elaboração do Orçamento Geral da União (SANTOS JÚNIOR, 2014).

A produção do espaço urbano precisa ser repensada, a partir de objetivos claros, tendo como ponto de vista a ótica humana nessa construção da cidade. Uma cidade assim adquire as características propostas por aqueles que nela vivem, buscando ou não uma melhor qualidade de vida. Transforma-se no reflexo das vontades políticas, sociais e econômicas da população, ou melhor, daqueles que têm o poder de decisão, pois estes, na quase totalidade das vezes, são os que definem os rumos a serem tomados.

A noção de que a parte está agregada ao todo e que, na cidade, todos vivem um entrelaçamento necessário, marcado por características próprias e comuns, é importante para que se tenha a noção do espaço a ser construído, ou seja, tecido dentro do contexto em que se insere.

Beatriz Soares e Nágela Aparecida de Melo (2009) expõem as contribuições de diversos autores sobre os estudos das cidades pequenas no Brasil e concluem:

Em síntese, as pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional em que estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese, bem como no conjunto de sua formação espacial (SOARES e MELO, 2009, p. 36).

A diversidade é inerente ao conceito de formação espacial, não há como conceber a formação de uma cidade que se quer plena, sem a percepção daquilo que a difere das demais, daquilo que a caracteriza, tornando-a única, portanto, essencial. Seria interessante que a formação de toda cidade fosse marcada por essa característica, a do respeito à diversidade e à originalidade. No entanto, o que se percebe, na realidade, é a não preocupação sistematizada em relação a essas questões, resultando num crescimento desordenado, o que traz consequências negativas, tanto para as pessoas, quanto para o meio ambiente.

Mesmo sob a égide da globalização mundial, do rompimento das fronteiras físicas a partir desse processo, é possível que a cidade tenha uma concepção própria, original, podendo ser gerida criada e recriada a partir de pontos de vistas diversos dos que são colocados pela internacionalização provocada pelo fenômeno da globalização que parece, na maior parte das vezes, impor critérios, bem como definir regras de organização e desenvolvimento.

Em sua dissertação de Mestrado Cunha (2008) destaca a ideia de que

A capacidade de invenção e reinvenção da cidade vista a partir da formação e da transformação de seus territórios é, portanto, uma realidade também

para a cidade contemporânea revelando que esta encontra meios de existir mesmo em meio à dissolução de suas fronteiras físicas e à arregimentação de seu espaço (CUNHA, 2008, p. 97).

Mas como definir novos caminhos? Como manter-se na originalidade, sem ficar estagnado no que poderia ser chamado desenvolvimento? Discussão interessante, propícia e necessária se faz presente, o que provocará uma melhor fundamentação para que os objetivos sejam atingidos.

O que se coloca em discussão aqui é a capacidade dos municípios pequenos manterem a sua originalidade, bem como descobrirem a sua identidade, sem se tornarem cópias de outros que já se formaram, se desenvolveram (ou não), garantindo à sua população a identificação do lugar onde vive como garantia de bem estar e plenitude.

3.3. Desenvolvimento versus Crescimento Econômico

Na contemporaneidade, há uma tendência à reprodução de modelos pré-determinados de desenvolvimento, que não levam em consideração as particularidades específicas de cada região ou município. Confundem-se muitas vezes as ideias de desenvolvimento e crescimento econômico que não são sinônimos. A mudança de paradigmas nesse quesito perpassa, segundo Sachs (2008, p. 13), pela necessidade de reaproximação entre economia e ética, incluindo aí também a política.

O desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre esse requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos (SACHS, 2008, p. 13).

Percebe-se então a importância da definição de objetivos claros que visem à transposição dos ideais impostos pelas práticas capitalistas, que não levam em consideração as particularidades e que ampliam as desigualdades sociais, que precisam ser superadas.

A lógica neoliberal, que exalta o desenvolvimento industrial, em detrimento a outro modelo que se possa estabelecer fez com que regiões menos privilegiadas seguissem os mesmos caminhos das regiões mais enriquecidas. Faz-se necessário a mudança estrutural conforme Sachs (2008), para que o desenvolvimento seja efetivado de maneira integral, isto é,

sustentável, ele deve estar fundamentado em cinco pilares: social, ambiental, territorial, econômico e político.

No contexto histórico em que surgiu, a idéia de desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria atrasada e exausta dos trabalhadores pobres. O desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo – a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural (SACHS, 2008, p. 13).

Municípios de pequeno porte têm a oportunidade de repensar as teorias desenvolvimentistas, porque já têm parâmetros de comparação para definirem os melhores caminhos para que haja uma construção autônoma e diferenciada em relação aos grandes centros que vivem o caos da desorganização, dos problemas com a acessibilidade, com a sustentabilidade da vida tanto de pessoas, quanto de todo o ambiente natural.

Sachs (2002) aponta para a valorização das populações locais, defende um desenvolvimento “endógeno”; auto-suficiente, em que as necessidades humanas são levadas em consideração. O desenvolvimento concebido em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais.

De modo geral, o objetivo deveria ser o de estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento (SACHS, 2002, p 52 – 53).

Pato (2012) critica a ideia de o sujeito ser responsabilizado pela garantia do desenvolvimento sustentável. Para ele há aí uma contradição já que a lógica capitalista individualista promoveu o comportamento “auto-interessado e centrado no trabalho”, agora cobra, sob o pretexto de um “dever ético”, o posicionamento do homem enquanto “sujeito, agora o grande único responsável pela construção de um novo mundo”.

A enalacrada na qual se dá a construção do sujeito adequado aos “tempos modernos” não é, portanto, simples. Teremos nele forjadas, ao mesmo tempo, tanto as estruturas de um mundo que dissolve o todo numa névoa contraditória na qual o indivíduo é posto enquanto alicerce do sistema, como a própria dissolução deste mesmo indivíduo na figura do cidadão universal preso ao imperativo categórico deduzido de sua própria condição de humanidade (PATO, 2012, p. 15).

O autor endossa sua discussão a partir da crítica à premissa estabelecida a partir da ideia de que as pessoas, no uso de sua razão, buscam incrementar a sua inserção de forma

positiva no mundo contemporâneo, bem como o fortalecimento de sua função dentro da realidade que se lhe impõe.

[...] tornou-se um truísmo a premissa de que tais análises são acuradas precisamente por partirem da ideia de que os indivíduos, enquanto agentes racionais, são acima de tudo maximizadores, ou seja, movidos pela busca de incremento de sua felicidade, de sua utilidade (PATO, 2012, p. 16).

Este estudo visa discutir novos paradigmas de desenvolvimento à luz de aspectos sociais, econômicos, culturais, tendo como foco a sustentabilidade, e como parâmetro, toda a forma de vida, que estando entrelaçada, é apresentada por meio de uma teia de interdependência. Necessário se faz apontar caminhos para a construção de uma nova concepção de Mundo, de Humanidade e Desenvolvimento. Alguns desses modelos estão no passado, na renascença, por exemplo, e ultrapassam o correr dos séculos influenciando novas mentalidades.

O Sistema Capitalista da atualidade se mostra frágil porque levou à ampliação das desigualdades, privilegiando a aquisição de bens cada vez mais descartáveis, à falta de atitude ética perante as questões sociais ou até mesmo a inércia perante a realidade, conforme afirma Lesbaupin (2011, p. 01):

O capitalismo é suicida porque ele não consegue se manter sem destruir as condições sem as quais a humanidade não pode sobreviver: clima equilibrado, recursos naturais disponíveis a longo prazo e segurança alimentar. É desagregador das sociedades, porque tende a produzir fortes desigualdades. A distância entre os ricos, impondo padrões de consumo inalcançáveis, e os pobres, com suas esperanças cada vez mais frustradas, produz o ambiente propício para a proliferação do crime e da violência. A vida se mercantiliza, tudo vira mercadoria, inclusive as pessoas.

A proposta da pesquisa é detectar perspectivas⁸ de desenvolvimento e sustentabilidade do município de pequeno porte estudado, procurando indícios de diferenciação em relação a modelos pré-concebidos, buscando particularidades ou características que o coloque no mesmo patamar de outros, devido à impossibilidade ou incapacidade de se apresentarem diferentemente.

⁸ Quando cita-se as tendências do desenvolvimento neste trabalho, tem-se como embasamento as reflexões tratadas no artigo “Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade” (PIMENTA, 2014).

Para isso, necessário se faz retomar conceitos que melhor definam: A) Desenvolvimento; B) Sustentabilidade. Isso feito verificar-se-á a possibilidade de estabelecer relações profícuas entre esses dois aspectos da realidade aqui apresentados, quais sejam:

A) Desenvolvimento

A definição do conceito de desenvolvimento ou de desenvolvimento(s), para que se compreenda as intencionalidades que o sustentam é algo a ser esclarecido. Mesmo que o consenso a respeito de tal conceito seja algo de impossível determinação. Não existe clareza a respeito de tal conceituação consensual, porém, determina-se que não há tal necessidade, mas sim, considera-se que o desenvolvimento precisa ser pensado tendo-se como parâmetros aspectos qualitativos como solidariedade, equidade e igualdade. Para Tommasino et al (2005, p. 11)

Al concepto de desarrollo, que pareció ser suficiente hasta la década de los cincuenta, hubo que agregarle el adjetivo *sustentable*, para considerar la necesidad de un *desarrollo sustentable*, o sea, um desarrollo permanente (TOMMASINO et al, 2005, p. 11).

Os autores discutem a ideia de que o adjetivo sustentável foi anexado ao substantivo desenvolvimento de forma a garantir o seu caráter de continuidade. O desenvolvimento ligado ao crescimento econômico apenas, sem a preocupação com outros âmbitos como sociedade, ambiente e qualidade de vida, não conseguiria sua sustentação na sociedade contemporânea.

Os modelos de desenvolvimento que se impõem, difundidos na mídia, relacionados à produção aliada ao consumismo, são modelos essencialmente capitalistas e insustentáveis tendo-se como premissa a qualidade de vida. Nas palavras de Sachs (2008), “O desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras”, por isso, é necessário que se estabeleçam, de maneira clara, os critérios que terão como objetivo a garantia da sustentabilidade nos âmbitos social e ambiental e que apresentem viabilidade econômica.

Só há a possibilidade de se falar em desenvolvimento sustentável, segundo Sachs (2008), buscando soluções que contemplem esses três elementos (social, ambiental e econômico).

Há de se pensar em novas possibilidades do que se denomina desenvolvimento, de modo a garantir o bem-estar, que deveria ser um objetivo a ser alcançado, possibilitado a partir de novas concepções de avanço tecnológico, social e econômico.

De acordo com Lesbaupin (2011) o desenvolvimento se distingue do crescimento econômico. Para ele, “desenvolvimento não é sinônimo de ‘produtivismo-consumismo’”, como fazem crer a grande mídia e a teoria econômica dominante e sim, o “desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que tenham vida e possam viver bem.” A qualidade de vida está aí atrelada à garantia de proteção social às pessoas, para que adquiram segurança frente às possíveis dificuldades que possam atingi-las no decorrer de suas vidas.

Desenvolvimento visto dessa maneira vai além dos limites impostos pelo capital financeiro e industrial, altamente excludentes tornando-se assim, agregador de novas realidades possibilitadas por práticas inovadoras de aproveitamento das riquezas naturais e das capacidades humanas de maneira sustentável.

A partir da década de 1980, a preocupação com a sustentabilidade ganha impulso e apesar de parecer, nos dias atuais, um apelo que está na moda, a tendência de se preocupar com a capacidade de sustentação da vida no Planeta ganhou terreno em vários debates, teorias, leis e pesquisas. Porém, além dos clichês, os discursos e as atitudes devem avançar. Agostini (2008) propõe a reflexão a esse respeito e apresenta a sustentabilidade como um adjetivo para o desenvolvimento, mas também concorda que há várias definições tanto para o desenvolvimento, quanto para a sustentabilidade, que precisam ser conhecidas, discutidas e analisadas.

Mas qual seria a definição de desenvolvimento a ser apresentada dentro dos padrões considerados normais? Não há uma definição única, já que os conceitos são pautados em variadas concepções. Amartya Sen (2010) define desenvolvimento⁹ como a eliminação de

⁹ Sen (2000, p. 18) determina que desenvolvimento só é possível com liberdade: “Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.”

tudo o que priva a liberdade das pessoas, tirando delas o poder de escolha, que ficaria assim limitado e com isso, a sua atuação enquanto agente na sociedade, também seria tolhida. Porém, essa liberdade apontada pelo autor pressupõe a lógica do mercado. Uma liberdade pautada nas possibilidades expostas dentro dos parâmetros liberais. É um pensamento que se diferencia dos ideais socialistas, pois tem como base a concepção capitalista, de que em uma democracia todos teriam as mesmas oportunidades e com isso, as mesmas possibilidades de escolha. Apesar de Sen avançar a reflexão para as questões sociais, seu pensamento não deixa de ser de um economista que defende o mercado, dentro de ideias liberais.

A expansão da liberdade é vista, [...] como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente (SEN, 2010, p. 10).

Sen ainda endossa sua concepção identificando a liberdade como objetivo primeiro e final do desenvolvimento, pois ao garantir liberdades individuais, seriam garantidas também as oportunidades de análises coerentes das políticas públicas, bem como sua aplicação. Ele afirma que:

Se o ponto de partida da abordagem é identificar a liberdade como o principal objetivo do desenvolvimento, o alcance da análise de políticas depende de estabelecer os encadeamentos empíricos que tornam coerente e convincente o ponto de vista da liberdade como a perspectiva norteadora do processo de desenvolvimento (SEN, 2010, p. 10).

Se se toma como referência a definição de desenvolvimento através da visão de Sen (2000), tem-se a percepção de que ele vincula-se ao atendimento às liberdades individuais e coletivas como forma de integração a um mundo predominantemente capitalista. Essas liberdades então instrumentariam as pessoas a vivenciarem de forma integral as oportunidades dadas pelo capitalismo. Portanto, Sen (2000) não aponta caminhos contrários à lógica imposta por esse sistema para o alcance do desenvolvimento, mas para a necessidade de garantir as liberdades individuais e coletivas, diretamente relacionadas à possibilidade de saciar a fome, ter acesso à saúde, saneamento básico e educação como formas de inserção ao mundo contemporâneo capitalista.

Outras concepções de desenvolvimento serão aqui discutidas para que se faça uma análise mais ampla de suas premissas, como também da realidade que se impõe na contemporaneidade, permitindo assim a assimilação delas, na tentativa de uma melhor elucidação do tema e apropriação de um conhecimento adequado que facilite a compreensão das inúmeras abordagens apresentadas.

Morin e Kern (2005, p.83) discutem o caráter subdesenvolvido do desenvolvimento, pois segundo eles, não há possibilidade de se determinar que os indicadores utilizados na análise de seu avanço, demonstram fatores como felicidade ou qualidade de vida dos indivíduos. Para eles a valorização do crescimento econômico, em detrimento de avanços na qualidade de vida e garantia de direitos, bem como da felicidade, traria o que chamam de caráter subdesenvolvido do desenvolvimento. Para esses autores, o crescimento técnico e industrial não garante o desenvolvimento humano.

Muitos autores discutem o desenvolvimento sob a ótica social e por isso atrelam seu significado à ampliação do conceito para além da economia, trazendo implícita a ideia de que o desenvolvimento deve melhorar as condições de vida no planeta. Aí a sustentabilidade vem imbricada de significado e não apenas como um adjetivo vazio, sai de um discurso da moda, que parece se impor em relatos, propagandas, estudos e até mesmo pesquisas. Denota-se assim, a importância de se avançar nas ações, que realmente promovam a transformação da realidade, propiciando novas posturas.

Faz-se necessário diferenciar crescimento econômico de desenvolvimento, visto que durante todo o período de extrema expansão dos ideais econômico-liberais eles tenham sido tratados como sinônimos, destoando da realidade que foi sendo imposta, a partir da ampliação das desigualdades sociais. Sachs (2008) retoma as premissas de igualdade, equidade e solidariedade enquanto promotoras da diferenciação entre desenvolvimento e crescimento econômico, colocando-as como essenciais para a garantia de que o desenvolvimento seja realizado de maneira plena, sem comprometer a vida.

Veiga (2006, p. 165) diz que “o desenvolvimento tem sido exceção histórica e não regra geral”. Essa é uma crítica pertinente quando vem de encontro à certeza de que o desenvolvimento é necessário enquanto garantidor de uma ampliação do acesso às melhores condições de vida dos seres humanos, portanto, deve ultrapassar sua condição de exceção histórica, tornando-se realidade, que possibilitará a mudança de paradigmas, garantindo assim, a continuidade da vida e a diminuição das desigualdades.

B) Sustentabilidade

Pretende-se ampliar a concepção de sustentabilidade, dentro da variedade de conceitos, que, distantes da possibilidade de serem neutros, encontram-se imbricados de ideologia e interesses. Importante aqui é que se perceba os vários conceitos daquilo que se denomina sustentabilidade, para que a sua análise seja mais eficaz. Também esse conceito adquire a conotação de construção teórico-histórica, pois a história da humanidade está envolta nas relações dialéticas que se propõem no decorrer dos anos e por isso mesmo, não são neutras. Para Agostini (2008), tratar da sustentabilidade do desenvolvimento é lidar com aspectos multifacetados e até mesmo contrários.

Sustentabilidade é um conceito amplo e tem muitas variações de acordo com as diversas situações em que necessita ser empregado. Ruscheinsky (2004, p. 15) salienta que “as palavras mágicas no momento referem-se a tudo que diz respeito aos termos sustentável e sustentabilidade”.

Rattner (1994) avança quando afirma que só a incorporação da dimensão ambiental em estratégias, projetos e planejamentos econômicos não garantiriam a sustentabilidade do desenvolvimento.

Não basta apenas o discurso, para que haja um rompimento com padrões já concretizados dentro da visão econômica. Necessária se faz a mudança nas atitudes, pois são as ações que provocam a transformação real, para que também as condições de vida dos que são excluídos do processo, os pobres e deserdados, sejam melhoradas de forma realmente significativa, ultrapassando os limites dos discursos vagos e sem compromisso com a prática.

Ruscheinsky (2004, p. 17) chama a atenção para a ampliação das medidas que tenham como objetivo a sustentabilidade, quando ele afirma que “as ações sustentáveis deveriam ser todas as medidas que visam manter a capacidade de reposição de uma população de uma determinada espécie, animal ou vegetal”. Para esse autor, o desenvolvimento sustentável deve levar em conta seis dimensões relacionadas entre si: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. A sociedade contemporânea não tem como fugir dessa análise conjuntural em que a possibilidade de manutenção da capacidade de se sustentar em todas as dimensões faz-se urgente, o que torna essa preocupação pertinente. Leis (1999, p. 32), salienta que “[...] o meio ambiente, praticamente invisível para a política até pouco tempo nos obriga hoje a pensar (ou repensar) seu lugar dentro de qualquer teorização política contemporânea”.

Como já discutido anteriormente, não há uma só definição de desenvolvimento, como também a sustentabilidade ganha diferentes configurações, pois estão dentro de parâmetros ideológicos, que determinam ações e pensamentos. Se as realidades são variadas, também as concepções, bem como as ações o são. Sendo assim pode-se questionar: O desenvolvimento sustentável seria também único para todas as sociedades ou deveria ser resultado de uma busca independente, atendendo assim, às especificidades na busca de equilíbrio nas condições de vida? Mawhinnye (2002, p. 9) afirma que o “desenvolvimento sustentável tornou-se um complexo tema transdisciplinar que proporciona um estudo interessante das restrições e das armadilhas da vida moderna.” O autor questiona a possibilidade de haver uma definição que seria geral em relação ao desenvolvimento sustentável e se seria “aplicável a todos os casos”. Há que se respeitar as especificidades que determinam as particularidades de cada lugar, para que um planejamento que tenha como objetivo o desenvolvimento sustentável seja organizado e colocado em funcionamento.

Assim retoma-se a ideia de que o desenvolvimento local, devido às suas especificidades, é imprescindível para que seja eficiente, no sentido de garantir à população, melhores condições de vida, bem como a ampliação da noção de pertencimento e com isso, responsabilidade e comprometimento.

O modelo de desenvolvimento de cidades, através das práticas políticas e econômicas neoliberais, é discutível quando se apresenta incapaz de perpetuar situações de sustentabilidade da vida no planeta. É um padrão predatório, pois não apresenta a possibilidade de manutenção de práticas sustentáveis tanto nos aspectos ambientais, quanto econômicos e sociais. A esse respeito Rolnik & Klink (2010, p. 103) afirmam que “essa lógica impôs um padrão predatório que condenou as cidades como um todo a um modelo insustentável do ponto de vista ambiental e econômico”, devido à dificuldade de se promover a recuperação das perdas ambientais, bem como as sociais e econômicas.

Tendo a realidade sul mineira como parâmetro, tanto quanto a particularidade do município estudado, afirma-se que a busca pelo desenvolvimento com sustentabilidade, pode vir a compor uma realidade futura. Porém isso está atrelado a uma série de decisões que não dependem apenas de determinantes locais. As políticas macroeconômicas que englobam todos os municípios, independentemente de sua extensão territorial ou número de habitantes, determinam muitas decisões, bem como as políticas a nível federal ou estadual que os atingem também. Parte-se da premissa de que o município, por ser ente federado, tem uma certa

autonomia na condução de suas próprias políticas decisórias. Afirma-se que há, se for interesse da comunidade como um todo (administradores públicos e população em geral), a possibilidade de se alcançar o desenvolvimento sustentável, devido à sua formação histórica, social e econômica, contrariando a lógica globalizadora. Há a possibilidade dos municípios pequenos retomarem caminhos, traçando objetivos para que seu desenvolvimento ganhe um caráter endógeno, diferente dos padrões já experimentados e condenados ao fracasso, tendo como parâmetro a qualidade de vida de sua população.

Guatarri (1980, p. 7) aponta que

As formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações. Apesar de estarem começando a tomar uma consciência parcial dos perigos mais evidentes que ameaçam o meio ambiente natural de nossas sociedades, elas geralmente se contentam em abordar o campo dos danos industriais e, ainda assim, unicamente numa perspectiva tecnocrática, ao passo que só uma articulação ético-política – a que chamo ecosofia – entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões (GUATARRI, 1980, p. 7).

Nessa linha de raciocínio pode-se refletir a relação das problemáticas ambientais e políticas públicas, que na maioria das vezes, atêm-se no retratamento das consequências diretas, a partir de danos ambientais, causados pelas indústrias, restringindo-se às perspectivas tecnocráticas, sem levar-se em consideração o que Guatarri (1980) denomina ecosofia. Para ele, as questões sobre sustentabilidade estariam ligadas diretamente à articulação entre meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana, tornando-se passíveis de compreensão e busca por soluções.

A sustentabilidade engloba as seis dimensões que relacionam-se entre si, ou seja, as dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. Nesse campo de delimitações conceituais, há a integração das várias dimensões, que inter-ligadas possibilitam a busca por um ambiente sustentável, em suas várias dimensões. Visto que aí, esse conceito ultrapassa os limites do meio ambiente, avançando para os demais âmbitos. Tem-se a sustentabilidade como objetivo amplo e possível, em contrapartida, há a necessidade do avanço no campo das ideias e compreensão de sua amplitude.

Capítulo 4

Piranguinho: Desenvolvimento, sustentabilidade e participação popular

Este capítulo é destinado à análise de resultados obtidos na pesquisa de campo, que teve como objetivo desvendar os discursos e a prática dos gestores públicos e autoridades municipais de Piranguinho, que estão diretamente ligados aos temas desenvolvimento e sustentabilidade, num recorte temporário de 2005 a 2013.

Sem se pretender a construção de verdades absolutas, mas ao mesmo tempo com o interesse de se construir um caminho para a compreensão da realidade que cerca o universo pesquisado, o estudo de caso foi realizado no sentido de compor uma visão a respeito da ideia de desenvolvimento e sustentabilidade, bem como o entendimento e a vivência de poder local, os processos de participação popular nos processos decisórios e construção da identidade de uma cidade pequena, a partir do olhar de atores que estão ou já estiveram à frente da administração pública do município de Piranguinho, Minas Gerais.

4.1. Piranguinho e a visão de desenvolvimento

4.1.1. Desenvolvimento e sustentabilidade em Piranguinho: Qualidade de vida, cultura e busca por identidade

Esta análise pretende descrever a visão de desenvolvimento presente na mentalidade de pessoas ligadas à gestão pública em Piranguinho, na atualidade e na gestão anterior. Para isso foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, que terão aqui, partes reproduzidas, literalmente, sem a alteração de correções gramaticais ou ortográficas, de modo a serem preservadas as intenções nelas contidas. Estas entrevistas foram filmadas e transcritas em sua totalidade, posteriormente.

Para iniciar essa descrição é necessário que se compreenda qual a concepção de desenvolvimento que esses gestores têm e qual o seu entendimento em relação à ideia de sustentabilidade.

Entre as concepções desenvolvidas em meio às pessoas que estiveram ou estão na atualidade, como gestoras da administração pública, pode-se encontrar visões que não são bem delimitadas em relação ao tema desenvolvimento, que geralmente aparece aliado à ideia de crescimento econômico e às formas de se buscar um alinhamento com as visões já pré-estabelecidas do mundo contemporâneo, visões essas que impõem às cidades um patamar ideal, que estaria no âmbito da urbanização, da industrialização, do crescimento comercial.

Essa visão de desenvolvimento é amplamente discutida na literatura tradicional que apresenta um entendimento de crescimento e desenvolvimento econômicos como sinônimos, vinculados a resultados socioeconômicos. Os resultados de análises que levam em consideração a renda *per capita*, produção e consumo de produtos, bem como a análise quantitativa da expectativa de vida da população, acesso aos bens industrializados, são, na maioria das vezes, generalizantes e não levam em consideração o que denominou-se nesse estudo, qualidade de vida. Isto é, a determinação de desenvolvimento sob um olhar qualitativo, que englobe outras características, além das puramente numéricas.

Um dos entrevistados salienta que:

A gente liga desenvolvimento com riqueza, com geração de riqueza [...] Desenvolvimento com geração de riqueza, aí pro município pequeno, igual Piranguinho, hoje Piranguinho não tem um distrito industrial (Entrevistado 2).

Outro entrevistado afirma que

o desenvolvimento [...] A gente tinha a ideia de que havia que preocupar um pouco com o crescimento da cidade, o crescimento econômico, isso seria atrair algum tipo de empresa, enfim, nós chegamos até a fazer um estudo da área urbana do município pra ver se havia a possibilidade de um distrito industrial (Entrevistado 4).

Essas afirmações demonstram a falta de clareza na conceituação do que seria desenvolvimento, ainda mais se o tivermos enquanto substantivo do adjetivo sustentável, porque há um alinhamento das ideias dos gestores aos ideais de desenvolvimento, próprios da sociedade capitalista contemporânea, que foi ganhando força com o passar do tempo e se firmou no século XX. O desenvolvimento caracterizado pelo crescimento econômico, à urbanização das cidades, mesmo que de forma desordenada, a industrialização como promotora de desenvolvimento. O entrevistado 1, por exemplo, afirma que é inviável praticar políticas públicas, pensando na sustentabilidade, se não se pensar também no lado econômico

do município, segundo ele “você não consegue administrar, você também tem que pensar no sistema econômico”.

Tendo-se como premissa que a concepção de desenvolvimento contempla, além do crescimento econômico, as condições sociais da população, tendo-se como objetivo a qualidade de vida dos indivíduos, assim como a utilização dos diversos recursos disponíveis e a criação de políticas públicas que tenham como intuito diminuir os índices de pobreza, desemprego e a desigualdade social, aspectos prementes do mundo contemporâneo.

Os conceitos tradicionais, são utilizados de maneira comparativa entre as diversas economias, em que são considerados o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, IDS – Índice de Desenvolvimento Social e outros indicadores que tentam chegar aos resultados que apontam para, segundo Veiga (2006, p. 23), “uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno e ser capaz de participar na vida da comunidade”. Porém esses resultados tentam quantificar a qualidade das diversas sociedades.

Mesmo que os indicadores sejam utilizados de forma institucionizada mundialmente e aceitos como tais, eles não garantem a melhoria na qualidade de vida de uma determinada população. Por contemplarem condições culturais e sociais diversas, seus critérios variam e concomitantemente a isso, seus resultados também. Os números indicados em alguns lugares preconizariam boas condições de vida, se comparados a outros lugares, poderiam demonstrar um aspecto subdesenvolvido.

Buarque (1993, p. 58) afirma que o objetivo mais desejado do século XX, também plenamente realizado é o sonho de um mundo cada vez mais rico e integrado. Ao mesmo tempo alega que “a integração e a riqueza trouxeram um sentimento de fracasso”, pois, em sua visão, o “Primeiro Mundo global [...] não passa de um imenso Terceiro Mundo”. A Terra seria comparada a um país de Terceiro Mundo, tendo-se em vista as suas condições no final do século XX e início do século XXI.

Voltando à análise da fala dos entrevistados na pesquisa, à primeira vista tem-se a ideia de que desenvolvimento na visão deles, está diretamente ligado à criação de um distrito industrial, uma maneira de proporcionar empregos à população e gerar mais riquezas à cidade. O entrevistado 2 ressalta que:

Nós não temos assim é... Espaço específico pra fazer um, um distrito industrial, pra favorecer a vinda de indústrias pra gerar riqueza e desenvolvimento, nós não temos espaço pra isso. Não temos condições de

comprar e não tem espaço pra ser comprado, porque a nossa geografia não ajuda, não favorece tanto.

Aponta-se aí, o objetivo a ser alcançado, quando se fala de desenvolvimento, intimamente relacionado à integração e riqueza apresentadas como fundamentais ao mundo contemporâneo.

Ao mesmo tempo a preocupação com a qualidade de vida aparece como item essencial para que o desenvolvimento seja considerado pleno. Portanto, apesar de ser uma pequena cidade, ainda muito jovem, Piranguinho não possui especificamente, um planejamento que englobe as noções de desenvolvimento, nem mesmo a determinação de que modelo de desenvolvimento seria o ideal para o local.

As características do município de Piranguinho, não são pro lado da indústria, é mais mesmo, moradia, que você fique aqui, vamos falar assim, dentro dos seus padrões de vida, pra você morar e trabalhar nas outras cidades, que é a realidade nossa, nós como administradores temos que pensar assim, trazer pequenas indústrias, pra que a cidade tenha um padrão de vida legal pra que você more aqui, sem aquela turbulência de uma cidade grande (Entrevistado 1).

A fala aparece de forma confusa, na tentativa de justificar a garantia de um bom padrão de vida, mas ao mesmo tempo, a determinação de que há a necessidade de instalação de indústrias, nem que sejam pequenas, como forma de garantir a permanência da população no município. O entrevistado defende a ideia de que desenvolvimento está diretamente relacionado à industrialização.

A afirmação de que o município não tem características industriais entra em atrito com a convicção de que é necessária a garantia de um bom padrão de vida aos munícipes. O entrevistado titubeia entre aquilo que é real e o que seria ideal, segundo a sua visão, ao afirmar que apesar de Piranguinho possuir características relacionadas à moradia e não à industrialização, por exemplo, os administradores municipais deveriam tentá-la, nem que seja a partir de indústrias pequenas. No imaginário desse administrador, há a necessidade da garantia de empregos, para que o município alcance um patamar considerado bom no padrão de vida e também como forma de garantir a permanência das pessoas no lugar.

Para ele, a falta de opções industriais seria responsável pela mudança de muitas pessoas, que vão para centros maiores à busca de trabalho e moradia. O fato da cidade não ter um distrito industrial é apontada como um entrave nesse sentido.

Também a localização geográfica, caracteriza o município entre dois polos: tecnológico (Santa Rita do Sapucaí) e industrial (Itajubá), isso segundo o entrevistado 1, seria um fator de dificuldade para uma suposta industrialização em Piranguinho, “estamos a dez quilômetros de Itajubá...”, ao mesmo tempo em que ele defende o aumento populacional a partir da criação de políticas que proporcionem esse aumento, promovendo a vinda de mais pessoas para Piranguinho, ele afirma que o crescimento demográfico também aumentaria as demandas necessárias para a garantia de qualidade de vida. Ele ressalta “estamos assim, precisando que o município dê um salto, mas estamos sim, pensando na qualidade de vida, porque [...] Se a população aumentar pra dez mil, os problemas também aumentarão, mais escolas, mais gente nos postos de saúde, tem que melhorar as vias públicas de mobilidade.”

A qualidade de vida aparece aliada à sustentabilidade também na fala do entrevistado 2 que, quando questionado em relação à sustentabilidade, demonstra a intenção de aliar desenvolvimento sustentável à questão social, à “valorização das pessoas”.

Sustentabilidade e qualidade de vida, o “estar bem”, o “sentir-se bem”, são requisitos básicos, na visão do entrevistado 1, que amplia esse olhar quando acrescenta que os serviços públicos oferecidos à população, devem ser de qualidade, de modo a garantir a qualidade de vida.

Eu vejo a sustentabilidade, é um município estar bem, vamos falar assim, bem mesmo, com a população sentindo bem, se você não tem uma população satisfeita com serviço público de saúde, de educação ou de transporte, de mobilidade urbana, tudo isso... Eu acho que o município não é sustentável (Entrevistado 1).

Esse mesmo entrevistado critica a forma como o município foi se desenvolvendo sem planejamento, apontando as enchentes em tempos de cheias, como um dos problemas que atingem a muitas pessoas na atualidade. As construções às margens dos rios, sem a preocupação com suas consequências posteriores, sem a observação da legislação que delimita a área permitida, fez com que várias famílias sofressem com as inundações dos rios. Ele afirma que na atualidade há o cumprimento da legislação, como forma de se evitar mais problemas no futuro. Porém, em relação às construções já feitas, não há como buscar a solução, segundo ele.

Esse entrevistado reafirma que só é possível se pensar em sustentabilidade se houver a garantia de um bom padrão de vida, que garanta o “viver bem” “naquela área em que você está”.

O entrevistado 2 também coloca em destaque a qualidade de vida, que seria um requisito básico ao desenvolvimento sustentável do município. Para ele:

O município não tem assim recursos pra gerar riqueza enquanto crescimento, de riqueza, de geração de riqueza pros munícipes, mas tem ofertado para esses munícipes oportunidades [...] na sua prática, no seu dia a dia estar melhorando a qualidade de vida [...] as pessoas vêm morar em Piranguinho porque sentem o ambiente aqui, o espaço agradável, com facilidade, eu acho que podemos dizer com qualidade de vida [...].

A partir dessas afirmações pode-se pensar em várias questões, entre elas a que está diretamente relacionada ao enriquecimento econômico do município ou de sua população. Para esse entrevistado é impossível, nas atuais circunstâncias, que Piranguinho promova a riqueza de seus munícipes, mas ao mesmo tempo ele afirma que o município oferece oportunidades para a sua população conseguir um ambiente agradável e conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida que está atrelada à cultura, à saúde, à vida e ao desenvolvimento sob o olhar do entrevistado 4, que reforça esse pensamento da seguinte forma:

[...] quando falávamos no crescimento da cidade, a gente já entendia que esse crescimento estava aliado a outras questões que levavam ao desenvolvimento, por exemplo, qualidade de vida, questão da cultura, da saúde, quer dizer, dando aí todo um aparato de qualidade de vida, para um crescimento econômico, o que atraiu e atrai gente vir para Piranguinho [...]

O consenso observado nas falas dos entrevistados demonstra alinhamento nas visões relacionadas à qualidade de vida enquanto item essencial ao desenvolvimento local pleno. A qualidade de vida aqui entendida como extensão de outros requisitos básicos como a valorização cultural, a melhoria na saúde e na educação, que também são atrativos para que novos moradores cheguem e permaneçam no município.

Para o entrevistado 4, o turismo aparece como uma opção ao desenvolvimento local e como forma de valorização do município, além de estar aliado à questão de sustentabilidade, aqui entendida como algo além da preservação da natureza. A sustentabilidade está diretamente ligada à promoção de melhores condições de vida. Para ele era necessário “ir formatando o município, ir preparando [...] pra ser um município que atraísse do ponto de vista turístico [...]”. E acrescenta:

Nós temos o potencial nesse sentido de eventos, de localização e outros aspectos, que falta ainda serem bem mais explorados, mas demos o início, demos o pontapé inicial e avançamos nesse sentido [...] esse desenvolvimento aí, na minha concepção, ele é sustentável nesse aspecto.

A esse respeito, Pimenta e Frugoli (2004) salientam que é interessante ver o turismo aliado ao desenvolvimento econômico, “para além de um modelo industrial e tecnológico”, pensamento esse que figura “na mentalidade dos homens públicos e no imaginário dos munícipes”. Portanto, o turismo pode ser apontado como uma forma de levar o município a uma nova forma de desenvolvimento, que não necessita da criação de indústrias ou de polos tecnológicos, no entanto, ainda dentro da lógica capitalista.

Desponta-se aí um novo panorama que tira o foco da relação desenvolvimento – crescimento – industrialização – tecnologia. São apontadas formas alternativas de valorização local, que representa uma forma de desenvolvimento diferente da ordem imposta a partir do avanço das teorias ligadas ao mercado financeiro. Interessante seria se houvesse a soma de esforços no sentido de promover as características que se destacam no município, que o tornam distinto dos demais, para que possa efetivar um modelo de desenvolvimento específico, sem modelos pré-determinados e respeitando as suas particularidades. Pimenta e Frugoli quando discutem a possibilidade de cidades menores, que ficam ao entorno de grandes centros industriais ou tecnológicos, apostarem naquilo que as tornam diferenciadas, apontam o caminho do turismo, afirmam que:

Equivale dizermos que tal reprodução pode ser relativizada ou vitalizada pela valorização das condições históricas, naturais, sociais e culturais em que os municípios constituíram seus modelos de desenvolvimento, ou seja, os municípios devem evitar o modelo ou o espelho e apostar nas suas especificidades (PIMENTA, FRUGOLI, 2004, p. 196).

Portanto, apostar nas especificidades, parece ser a forma de valorização local, tendo como pano de fundo o turismo, desde que haja por parte dos administradores públicos o interesse de tal promoção. Promoção essa que demanda amplo conhecimento das características locais, capacidade de visão além da lógica empregada pelo mercado financeiro, vontade política de empreender tempo, planejamento, organização e investimentos para que a prática possa tornar-se real.

Uma outra questão ressaltada pela entrevistada 3 associa o desenvolvimento à capacidade de agregar e promover os diversos agentes sociais, no sentido de coletividade, de pensamento de cooperação entre eles. Segundo ela,

essas iniciativas de coletividade, de cooperativismo, tanto dos artesãos quanto dos catadores (de recicláveis) e que era a visão da administração para ajudar a promover o desenvolvimento e mais oportunidade pra esse tipo de trabalho que já havia isoladamente e o fato de criar associação viabiliza mais o desenvolvimento [...]

A capacidade de organização e estruturação do pensamento coletivo são características inerentes à configuração de pleno desenvolvimento, entendido aqui como possibilidade de se buscar novas alternativas de vida, bem como a qualidade desta. Para isso a preocupação com a criação da identidade de grupo, que planeja e se organiza foi premente por parte da administração pública, que tinha como fundamento a valorização desse quesito enquanto formador de opiniões e como forma de garantir a sua permanência, mesmo quando houvesse mudança na estrutura administrativa do município. O grupo assim organizado criaria vínculos fortes e teria condições de buscar novas alternativas e ampliar a sua valorização e desenvolvimento, garantindo assim, uma melhor qualidade de vida.

Lopes (2013) debate a questão do que seriam as minorias sociais e como democracia e direitos são meios pelos quais se pode fazer o caminho de uma existência feliz e não fins em si mesmos. Sua análise vai além quando traz características a serem refletidas em relação à desterritorialização dos direitos, que além de serem garantidos em escala local, devem avançar de forma que alcancem a universalização, sem com isso, perderem a sua identidade. Portanto, pensar em formação de grupo, com capacidade de pensamento coletivo local, é buscar também a conscientização mais ampla, para que o grupo seja preparado para embates em níveis mais amplos, garantindo a conquista de direitos e a autonomia necessária para a tomada de decisões.

A questão dos direitos das minorias, na contemporaneidade, deve ser pensada sob e sobre bases conceituais e concretas relacionadas aos estudos sobre desigualdades sociais, políticas públicas, cidadania e agenciamentos culturais (LOPES, 2013, p.72).

Também dentro das concepções acerca de desenvolvimento, as entrevistas possibilitaram detectar que a busca por uma identidade vai sendo construída aos poucos e perpassa a ideia de que se deve ultrapassar, na visão de gestores passados, a imagem de “Capital Nacional do Pé de Moleque” e alcançar parâmetros considerados superiores, tendo em vista a construção de uma identidade cultural. Já os atuais gestores reafirmam o fortalecimento da nomeação de Piranguinho, enquanto a “Capital Nacional do Pé de Moleque” ou a cidade do pé de moleque.

O entrevistado 1 destaca que o doce identifica Piranguinho, ele diz: “Em qualquer lugar do estado de Minas que você vá, falou que é de Piranguinho, a primeira pergunta é o doce!”

Para o entrevistado 2, o pé de moleque também é o grande responsável pela fama de Piranguinho em outras regiões, é portanto, algo que caracteriza o município, dá-lhe visibilidade fora de suas fronteiras físicas. Identidade atrelada à atividade econômica possível, condizente com as características locais. O doce ainda é, segundo ele, gerador de riqueza, responsável pela sobrevivência de várias famílias e pelo emprego de várias pessoas.

Mas a característica nossa dentro desse lado pra gente poder destacar é o nosso próprio nome, né? Que levou o pé de moleque, que levou à nossa fama, ao nosso conhecimento e que não deixou de ser geração de riqueza...

Já os entrevistados 3 e 4 declararam que a intenção era romper a barreira da ligação da cidade ao doce e ampliar isso para outro estágio, considerado por eles, superior à identificação de Piranguinho como a cidade do pé de moleque, elevando a cidade a um patamar cultural. Portanto, havia interesse em fomentar e desenvolver os aspectos culturais do município, que com isso, tornar-se-ia ainda mais conhecido.

Dentro dessa ideia de não só projetar Piranguinho enquanto a “Capital do pé de moleque”, mas um povo que também procura desenvolver a sua cultura e que tem expressões de sensibilidade e de diferentes artes e eu acho que a gente conseguiu avançar bastante nesse sentido. [...] a gente não queria ser conhecido só pelo pé de moleque. O pé de moleque já nos fazia conhecidos, a gente queria explorar isso também, aproveitar isso e tornar isso cada vez maior, mas também conhecido por uma cidade cultural e eu acho que a gente deixou esse marco (Entrevistada 3).

Carvalho (2013, p. 49) salienta que vista a partir “do pensamento complexo, a cultura é um circuito que envolve ordem-desordem-interação-organização composto por códigos, padrões-modelo, modalidades de existência, saberes”. Porém, o que se entende por cultura não é passível de sistematização, pois a indeterminação e aleatoriedade são componentes presentes e impedem que a visão seja reducionista e generalizante.

O mesmo autor (p. 50) complementa a sua linha de raciocínio quando diz que “a cultura é sempre instrumento de cidadania democrática agenciado e, por vezes, recalcado em todas as esferas da vida”. Há, portanto, uma articulação entre a realidade local nos aspectos econômicos, sociais e ideológicos ao sistema social global.

Ele destaca a necessidade de abertura no sentimento de pertencimento, que pode tornar-se elemento gerador de intolerâncias. Dada a importância da construção do sujeito participativo, consciente de seu papel no meio em que vive, o autor salienta que os elementos identitários que unem não devem ser utilizados como forma de segregação. São importantes enquanto elos e identificação, porém devem ser passíveis de abertura e interação, para que a

comunidade seja capaz de transpor os limites físicos impostos, agindo de forma a comprometer-se com aspectos mais amplos que seu entorno.

O Comum exige que o reconhecimento se volte à construção de sujeitos plenos imbuídos da necessidade cosmopolítica de um mundo sócio-histórico comum; implica transcender o âmbito fechado e sacralizado da pólis com seus mitos de fundação e consolidação. O pertencimento fechado engendra intolerâncias. É preciso abri-lo, bifurcá-lo para que a comunidade não se feche nela mesma (CARVALHO, 2013, p. 53).

A ideia de formação de identidade e de pertencimento a nível local está presente nas falas dos entrevistados na pesquisa, denotando aí a preocupação com os aspectos formadores e integradores de uma sociedade em contínua construção.

Reconhecimento e identificação são aspectos integradores dos objetivos estabelecidos por esses administradores, que vão além em suas análises e discussões em relação à formação de identidade e fortalecimento do sentimento de pertencimento, o que denota o compromisso do sujeito político a nível local, capaz de transferir isso a um nível global.

A identificação da pequena cidade a partir de um só elemento constitutivo de sua cultura não era vista como foco e sim a ampliação dessa identidade, tendo como ponto de partida a cultura e o “sentir-se parte”, ou seja, pertencer ao local, fazer parte dele. Em contrapartida, na visão dos administradores, foi possível conquistar o reconhecimento na região, não só por um produto, mas também por outros aspectos constitutivos da sociedade local e do lugar e principalmente por seus aspectos políticos democráticos.

O entrevistado 4 reintera a ideia ao dizer:

a gente não queria que a cidade ficasse simplesmente uma cidadezinha perto da pista, que fosse conhecida só pelo pé de moleque. A gente queria fazer um diferencial [...] A cidade passou a ser reconhecida na região, ela era conhecida pelo pé de moleque, mas depois passou a ser respeitada [...]

A partir dos discursos expostos pode-se salientar que o desenvolvimento na visão desses administradores públicos é permeado por vários aspectos constitutivos, quais sejam, busca por qualidade de vida, atrelada ao fortalecimento e à valorização da cultura e a construção de uma identidade local como forma de fortalecer o sujeito político, o cidadão participante, bem como a noção de pertencimento. Esses aspectos constituem a base para o desenvolvimento em seu sentido amplo, distanciando-o de uma visão apenas atrelada ao crescimento econômico.

4.1.2. Desenvolvimento e ampliação de loteamentos: O crescimento urbano em foco

Nas indagações dos entrevistados destacou-se também o fato dos vários loteamentos que estão sendo feitos no município. Esses foram apontados como pontos fortes do município, que, segundo eles, oferece uma boa qualidade de vida e por isso tem recebido inúmeros novos moradores e tem sido alvo da procura de outros que pretendem lá estabelecerem morada.

O crescimento urbano ganha destaque entre os entrevistados que o relacionam também ao desenvolvimento local e ponto que merece ser apontado enquanto tal.

Pode-se perceber isso através das falas descritas a seguir.

o que nós vemos em Piranguinho, um “boom”, podemos dizer assim de crescimento, de imobiliário, de loteamentos, nada mais é do que pessoas que vêm morar em Piranguinho, mas que continuam trabalhando nos seus locais tipo Itajubá. A grande parte das pessoas que hoje compra lotes em Piranguinho e está construindo, elas estão vindo de fora, pra morar em Piranguinho, mas para continuar trabalhando, produzindo riqueza lá. Mas pra que morar em Piranguinho? Porque a qualidade de vida aqui eu avalio como sendo boa. Por isso estão vindo pra cá (Entrevistado 2).

Salamoni (2008) traz em seu trabalho a discussão a respeito desse tipo de crescimento denominado crescimento por extensão, que tem se constituído como a forma mais comumente encontradas nas cidades, responsável pela “expansão de fronteiras urbanas, por meio do agenciamento de novas áreas.

Esses loteamentos que podem ser implantados tanto pela iniciativa privada quanto pelo poder público, representam a ampliação “de uma nova porção do tecido urbano junto ao preexistente, introduzindo novos espaços de circulação e permanência à cidade” (SALAMONI, 2008, p, 16). Esses loteamentos contam com instrumentos legais para regulamentar esse parcelamento do solo urbano.

Também o entrevistado 4, destaca o aumento do número de loteamentos, que ele denomina crescimento urbano, enquanto algo que merece destaque, devido à sua importância. Ele diz:

Agora, uma coisa que pode também marcar isso aí de forma clara é o crescimento urbano de Piranguinho. O tanto de loteamento que começou a surgir. [...] Em paralelo, se as pessoas estão abrindo esses loteamentos porque enxergam que a cidade tem viabilidade, que ela é atrativa [...] Então, quem é que vai investir tanto num espaço de uma cidade tão simples, se ela não oferece minimamente as condições urbanas de qualidade de vida, atrativas para que alguém resolva morar em nossa cidade?

Tendo-se a compreensão da dinâmica responsável pelo surgimento de loteamentos, pode-se estudar os arranjos espaciais e suas implicações diretas ou indiretas na estrutura urbana já definida, buscando a compreensão de como a disponibilidade e anexação de novas áreas junto ao tecido urbano pode provocar a modificação deste, bem como analisar possíveis consequências e como isso incide na apropriação do espaço.

O reconhecimento do espaço, do que acontece nele e para que é utilizado, de acordo com Lefebvre (1991), possibilita um movimento dialético, pois “a análise revelará as contradições” ali existentes. Soja (1993, p. 58) reitera que é interessante analisar “toda a gama de relações fundamentais entre o espaço, o tempo e o ser social, em todos os níveis de abstração”. Para ele, tendo-se como fundamentação os estudos de Lefebvre, Foucault e Berger, “é mais o espaço do que o tempo que oculta as coisas de nós, de que a desmistificação da espacialidade e de sua velada instrumentação do poder é a chave para dar um sentido prático, político e teórico à era contemporânea”.

Salamoni (2008, p. 55) explicita que assim como em outras situações, “ao crescimento urbano também se pode aplicar o binômio causa e efeito, derivado de vários processos, simultâneos ou não”. Ele está diretamente ligado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista ao configurar-se enquanto espaço produzido, atendendo às demandas do sistema.

Porém, a falta de planejamento do meio urbano pode configurar-se como problema estrutural na posteridade. Essa realidade implica no processo de tomada de decisões, resultado de análise e planejamento que tenham objetivos claramente definidos em relação ao crescimento urbano e suas consequências.

A definição de crescimento urbano por extensão está, segundo Rigatti (2002, p. 03), ligada ao “processo de incorporação de áreas ainda não urbanas para o uso urbano”. Salamoni (2008, p. 46) salienta que esse tipo de crescimento pode ser observado em “loteamentos, condomínios horizontais, conjuntos habitacionais e ocupações irregulares, como favelas”. O mesmo autor diz que esta justaposição de uma porção de tecido urbano ao que já existe, não necessariamente articula-se com o entorno.

Dois motivos podem ser apontados para o crescimento urbano por extensão: o crescimento advindo da especulação imobiliária, que é um fenômeno que deixou de ser próprio de grandes centros e também ganhou força em cidades menores e a implantação de conjuntos habitacionais através do poder público, muitas vezes destinados a bairros periféricos.

Não há no município estudado, por parte dos administradores públicos, uma preocupação negativa em relação à especulação imobiliária. A incorporação de novos loteamentos através da iniciativa privada é vista de forma positiva, pois é relacionada à possibilidade de desenvolvimento ligado à expansão urbana.

Portanto, esses aspectos integradores do processo de expansão demandam a criação de projetos bem estruturados de modo a viabilizá-los, sem perder de vista o bem-estar social e a qualidade de vida. Em municípios pequenos, onde não há a obrigatoriedade de um Plano Diretor, essa ideia deveria ganhar impulso, para que as “benesses” da especulação não sejam atrativas a ponto de eliminarem a reflexão crítica do processo que pode levar ou fortalecer a segregação social.

Tendo em vista que o processo de transformação urbana é contínuo, que segundo Salamoni (2008, p. 49), “nesse processo há uma disposição espacial da sociedade em um movimento também contínuo sobre o território e que a distribuição espacial dos habitantes pode ser capturada em seus diversos instantes para uma busca da lógica de cada momento”, pode-se afirmar que há interação entre a sociedade e o ambiente ao seu redor.

Para Castells (2000) a cidade é o que a sociedade decidirá historicamente, está implícita aí a ideia, de acordo com Soja (1993) de que o espaço urbano é fruto de um processo cultural, estando intrinsecamente relacionado à história e à cultura da sociedade na qual se insere.

4.3. Democracia: A participação popular em questão

Entre os entrevistados ficou clara a ideia de que a participação popular nos processos decisórios é de suma importância, sendo por isso valorizada enquanto construtora de uma nova sociedade baseada em ideais democráticos.

A administração é caracterizada como colegiada, tendo-se como ponto de partida a tomada de decisões, que são feitas após discussões, defesa de pontos de vista diversos, análises das consequências. Por isso mesmo é defendida como a melhor forma de gerir as questões políticas no município. A entrevistada 3 destaca que cada secretário tinha voz e vez, nos processos de decisão e ainda reforça a ideia de que esta prática era reproduzida dentro de

cada secretaria, ela afirma “a gente tinha vez, tinha voz e conseguia se fazer presente, sem dúvida, dentro de cada secretaria era essa dinâmica também que foi levada”.

Os entrevistados destacaram a forma colegiada de se fazer política de forma bastante positiva, o que de acordo com a opinião deles, imprimia e imprime um caráter democrático à administração, bem como ajuda na tomada de decisões, que sendo partilhada, ganha a força necessária para seu desfecho.

O entrevistado 1, por exemplo, destaca que “todas as decisões aqui são colegiadas. Não tomamos decisão alguma individual.”

O entrevistado 2, também se refere a essa característica e se utiliza do mesmo adjetivo em relação à administração. Ele diz:

Eu tenho feito uma administração juntamente colegiada, com os meus secretários [...] Hoje nós temos uma cooperação, uma cumplicidade, vamos assim chamar, no sentido de cumplicidade em busca de algo maior, somos cúmplices para executar um trabalho bem feito.

Em relação ao destaque que se poderia dar à administração da cidade, no período em que foi prefeito, o entrevistado 4 disse que

O diferencial foi a participação em relação à população e uma espécie de administração colegiada [...] Colegiada no seguinte: cada secretário tinha a sua função, prefeito tinha a sua função, mas a decisão era conjunta, por isso que às vezes a gente [...] A gente debatia as ideias lá, até um convencer o outro, num sentido da melhor ideia, não no sentido porque é a minha ideia.

A formação dos funcionários da prefeitura, enquanto grupo também foi destacada como fato relevante e justificada através do argumento de que quando o grupo que estava na administração, por não fazer parte de um quadro permanente na instituição, saísse, teria seu trabalho de coletividade em continuidade a partir dos funcionários concursados. A ideia de que a capacidade de tomar decisões em conjunto, dialogar, defender pontos de vista e assumir as responsabilidades pelo andamento dos diversos projetos permaneceria entre os que ficariam na instituição, porque têm um vínculo permanente com ela. A entrevistada 3 reflete:

[...] a gente entendia que naquele momento a gente tava gerenciando a secretaria, mas que em algum momento a gente não estaria mais e as ideias e o que permeavam as diretrizes colocadas não podiam ir embora com a gente, elas tinham que permanecer com quem ficasse, então os secretários tinham também como obrigação, como item, como objetivo, formar pessoas que pudessem dar continuidade a esse modo de fazer, que a gente tava colocando. E um modo de fazer que passava por... Pela questão da participação, de ouvir, de dar sempre essa oportunidade.

Para o entrevistado 4, esse “jeito de fazer” política foi o ponto forte de sua administração, porque havia a preocupação com a participação de todo o grupo envolvido na administração, mas também estendia-se aos outros funcionários e à população como um todo. Segundo ele,

[...] o tempo todo havia uma preocupação com o aspecto participativo, uma participação onde a gente chamava as pessoas para as diferentes reuniões, né? A gente tentava ser participativo dentro do gabinete, dentro das secretarias, dentro do conjunto dos cargos que faziam parte da equipe de trabalho do governo, e nós fazíamos especialmente o orçamento participativo, que foi aqui em Piranguinho uma inovação completa [...] penso que esse foi o diferencial, o como foi feito, com a participação e com a população, de forma colegiada e internamente.

O entrevistado 1 também realça esse ponto, em que Piranguinho tem se destacado na região Sul de Minas, pelo seu modo de “fazer política”, pois segundo ele, o pensamento gira em torno do coletivo e não das individualidades.

Destaca-se nesse cenário, a participação popular a partir dos Orçamentos Participativos, realizados anualmente, convocando a população a decidir junto à administração quais obras devem ser privilegiadas no município, tendo-se como premissa que o município é pequeno, ficando por isso, limitado em algumas decisões. Os entrevistados destacaram o Orçamento Participativo como marca importante das administrações do ex-prefeito e do atual. O entrevistado 1 relata que em 2005 iniciou-se

o orçamento participativo, dando poder de decisão de parte do orçamento para a população decidir o que seria implantado em cada bairro. Isso vem continuando até agora, todo ano quando vai fazer o orçamento, nós fazemos reuniões em localidades, nos bairros rurais, na cidade, nos distritos, tudo isso é conversado com a população ou quando não dá pra definir verbas ou recursos para aquela localidade, mas a gente mostra pra população local o que tá sendo feito, onde está sendo aplicado o dinheiro público.

O entrevistado 2 destaca o Orçamento Participativo como “proposta, no sentido de valorização daquilo que o cidadão, que a população também pensa ou reivindica”, para ele, esse é um atributo que traz uma forma diferenciada de se fazer política, porém reclama que ainda não há “uma participação maciça” por parte da população e que a visão de quem participa desse tipo de atividade nem sempre é coletiva, há ainda um olhar individualizado por parte das pessoas em suas reivindicações, quando se preocupam com problemas próximos e não os do município como um todo.

Partindo da premissa que a democracia deve garantir os direitos universais do homem e do cidadão, Chauí (2000) conclui que a sociedade não está estruturada para essa garantia. Uma sociedade que se desenvolveu em torno da liberdade do mercado e que, nos últimos anos, vive o ápice do mercado financeiro, não garante ou mostra interesse em garantir que esses direitos de liberdade, de igualdade e justiça, sejam destinados a todos.

O entrevistado 1 também destaca essa questão quando salienta que “a sociedade não está preparada ainda para a democratização que houve, não está preparada para participar com afinco na administração pública”. Ele diz isso porque percebe a dificuldade de participação mais efetiva, visando a coletividade.

A modernidade ocidental, para Bauman (1998, p.23) está marcada pelo desenvolvimento das forças espontâneas da economia de mercado capitalista, do poder administrativo do Estado moderno sobre a autonomia dos cidadãos e também sobre a solidariedade e a justiça social, agindo assim de maneira negativa.

Dessa forma, o mercado, principalmente o financeiro, lança as regras para a vida em sociedade e ainda determina os caminhos que seriam traçados por sociedades denominadas democráticas. O autor traz um importante questionamento em relação à possibilidade de desenvolvimento de um pensamento que privilegie o conjunto, num mundo tão individualista, que trata a cada indivíduo como único, como se não houvesse ligação com os demais.

Bauman (1998) destaca “a idéia do ‘bem comum’” que não significaria o

sacrifício da liberdade individual, em benefício dos genuínos ou supostos ‘interesses do todo’, mas a idéia de que a liberdade de todo indivíduo, e o livre desfrute dessa liberdade, requer a liberdade de todos; e que a liberdade de cada um precisa estar assegurada e garantida pelos esforços conjuntos de todos (BAUMAN, 1998, p. 255).

Portanto, para Bauman a liberdade de todos está condicionada à liberdade de cada um e vice-versa, só assim será possível uma forma de se praticar e viver a política em sua essência, ou seja, como a prática do bem comum, ideia tão difundida e que só será possibilitada quando o verdadeiro sentido de democracia se fizer real. Pois esse sistema de governo só é possibilitado a partir da participação consciente e efetiva dos cidadãos que a ele se propõem.

A construção da ideia de município e de coletividade aliada à participação aparecem nas falas da entrevistada 3, quando ela diz que:

Fomos nos bairros, com o orçamento participativo, também permeava o ano todo e a cada ano a gente se ligava à questão: Piranguinho é um município de todos e é um município de todos que a gente tem que construir e pra construir, nós precisamos estar falando disso, então vamos discutir isso.

Para ela é essencial, a discussão a respeito desse processo, a compreensão do que forma o município e a importância da participação e construção conjunta dessas ideias.

A participação popular foi ganhando qualidade com o tempo, à medida que as pessoas iam compreendendo os objetivos dos Orçamentos Participativos e percebendo a importância de se ter um olhar coletivo, mas também dentro das possibilidades que o município poderia oferecer. O entrevistado 4 destaca que o ganho foi além da atitude política, da participação, foi se estabelecendo um processo de formação, ele relata que:

A visão de conjunto, ela foi amadurecendo a cada orçamento [...] No primeiro orçamento, a coisa era muito própria, cada um via só o que estava à frente do seu bairro, até porque havia muitos problemas no começo, muita coisa a ser resolvida [...] as pessoas demandavam coisas muito próximas à sua realidade e algumas coisas que elas pediam que o município não tinha condição de atender em hipótese nenhuma [...] a questão da participação não estava só no ato político, participativo em relação ao orçamento em si, mas estava em todos os cantos [...]

A qualidade esperada é a que se relaciona à capacidade de se vivenciar o verdadeiro significado de comunidade, oportunizando às pessoas a experiência da empatia através da participação efetiva nos processos decisórios, isso abstraído como ganho social, pois garante o exercício da coletividade, da cidadania.

Os relatos dos entrevistados demonstram o caráter coletivo que se quer reforçar em suas falas, quando afirmam que não tomam sequer uma decisão de forma individualizada, que valorizam a participação popular e salientam as ações que têm como objetivo a formação da população nesse sentido e até mesmo do grupo que compõe a equipe de administração.

Considerações Finais

Este trabalho teve como pretensão analisar as diretrizes de políticas públicas para o desenvolvimento de uma forma endógena, particularizada, se comparada aos padrões já estabelecidos histórica, social e culturalmente e se essas políticas teriam potencial de formar um conjunto articulado de práticas sustentáveis no município de Piranguinho, especificamente sobre os discursos e a prática da administração municipal, a partir de estudo de caso. O recorte temporário foi estabelecido entre os anos 2005 a 2013.

A pergunta norteadora da pesquisa versa a respeito das possibilidades e limites de se criar formas endógenas de desenvolvimento em um município pequeno, mesmo diante dos apelos do mundo contemporâneo, que de forma generalizante e simplificadora reduz essas possibilidades a práticas convencionais, estipuladas como padrões a serem copiados.

Os desdobramentos da pergunta levam à análise dos resultados das entrevistas, que apontam que os temas desenvolvimento e sustentabilidade não têm conceitos muito claros para esses administradores. A sua visão a esse respeito não é bem delimitada e aparece, muitas vezes, enquanto sinônima de crescimento econômico apenas, ou seja, há a busca pelo alinhamento às visões já preestabelecidas do mundo capitalista contemporâneo.

Essa ideia de desenvolvimento alinha-se à premissa de que para desenvolver-se é necessário crescer economicamente, de forma a possibilitar a urbanização, a industrialização e o crescimento comercial. Portanto, essa forma de desenvolvimento não seria condizente com as características de um pequeno município, situado entre dois polos considerados industriais e tecnológicos (Santa Rita do Sapucaí e Itajubá, ambas situadas em Minas Gerais).

Essa lógica contraria a hipótese inicial do trabalho de que haveria a possibilidade de Piranguinho contrapor-se a esse tipo de desenvolvimento mais próximo do crescimento econômico, propondo novas formas de desenvolver-se aliando a sustentabilidade e a qualidade de vida como parâmetros para a plenitude do processo, com planejamento e organização, garantindo com isso, uma urbanização mais eficiente e humana.

Na fala dos entrevistados é possível perceber a relação que estabelecem entre qualidade de vida e desenvolvimento sustentável. Para eles, a sustentabilidade só será efetivada no município, tendo-se em vista a qualidade, tantas vezes destacada em seus discursos. Esses processos estão relacionados às obrigações institucionais da administração pública. São fruto de adequações legais para se alcançar o desenvolvimento com

sustentabilidade. Os discursos levantados a partir das entrevistas revelam a preocupação desses gestores em relação à garantia de serviços públicos de qualidade, bem como a necessidade na manutenção das práticas que se mostram efetivas nesse sentido, como educação, saúde, obras e a coleta seletiva que foi implantada nesse período e tem se fortalecido. Porém, o trabalho científico tem como finalidade questionar as intenções, tensioná-las para que sejam compreendidas para além do que foi dito.

O gestor público cumpre o papel político de utilizar a fala a seu favor, muitas vezes repetindo teses já elaboradas que sustentam a administração, quais sejam os processos participativos, decisórios e organizacionais dentro da democracia.

Vale salientar que a pesquisa não procura um consenso conceitual, mesmo porque esse seria impossível, tendo-se em vista a diversidade das opiniões a respeito da definição do que se entende por desenvolvimento. Esse pode ser denominado no plural, “desenvolvimentos”, dada a diversidade de situações em que é discutido.

Em contraposição a isso, os administradores públicos do município estudado demonstram em seu discurso, a preocupação com a qualidade de vida da população, que estaria atrelada ao fortalecimento e à valorização da cultura e construção da identidade local, como possibilidade de fortalecimento do sujeito político, enquanto cidadão participante e o desenvolvimento da noção de pertencimento. No entanto, as ações que priorizariam essa realidade não são efetivadas, por falta de sistematização nesse campo. O avanço para além de propostas predeterminadas pelas políticas públicas sugeridas em âmbito federal ou estadual precisam ganhar forma, a partir das características locais e assim serem desenvolvidas.

A pesquisa foi determinante na compreensão da visão dos gestores da administração pública a respeito das concepções de poder local e suas nuances, suas implicações reais no cotidiano político, social e econômico do município em questão.

Foi constatado que os entrevistados citaram a participação popular como aspecto determinante enquanto instrumento democrático, como forma de legitimação do governo, no processo de tomada de decisões e encaminhamentos de políticas públicas. Há um consenso entre esses administradores e autoridades municipais responsáveis por essa temática, que a participação popular é extremamente necessária para a criação e manutenção de políticas públicas eficientes que garantam o desenvolvimento sustentável no município, apesar de não haver uma sistematização delas.

Na fala dos entrevistados, mesmo que de forma tímida ou como “chavão”¹⁰, demonstra que a formação de conselhos populares torna-se condicionante fundamental no processo, visto que estes, mesmo que estejam atrelados à obrigatoriedade de formação, já que aliam possibilidade de verbas públicas e sua continuidade ao bom funcionamento de tais conselhos. Ao mesmo tempo “obrigam” a participação de outros setores que não os diretamente ligados à administração pública. Isso de uma forma ou de outra, acaba por permitir a troca de ideias, experiências, discussão e decisão. Além disso, a transparência das ações praticadas e seu atrelamento às práticas democráticas, ainda em construção não só em nosso país, como no restante do mundo.

Portanto, os conselhos municipais cumprem o imperativo de representarem espaços de participação, discussão e deliberação, tornando-se assim, espaços privilegiados para o exercício da cidadania, condição fundamental no processo democrático de gerenciamento e definição de políticas públicas, bem como no controle exercido pela sociedade sobre as ações governamentais.

O Orçamento Participativo é citado como forma efetiva de participação na administração pública, mesmo que não dê aos participantes o poder deliberativo, possibilite o contato com a problemática enfrentada pelos administradores na gestão pública, além de impor transparência às contas públicas, permitindo aos participantes, a experimentação da prática que se divide entre o que é traçado como objetivo e o que é possível ser realizado, dentro dos limites orçamentários.

A população ali presente, ou melhor, a sua representatividade é levada a refletir e agir tendo como base os limites entre o que se deseja e o que é possível ser realizado. Além da experiência da negociação, argumentação capacidade crítica e até mesmo a prática da solidariedade quando, já ocorrido algumas vezes, grupos abrem mão de seus interesses “particulares” em prol de outra comunidade, que naquele momento, estaria mais necessitada de uma ação ou obra.

Apesar do Orçamento Participativo ser prática comum em muitos municípios brasileiros, após as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte, não é uma prática universalizada. Há uma dificuldade por parte dos gestores públicos em promovê-lo, até mesmo devido às características autoritárias e excludentes, que durante tanto tempo povoaram

¹⁰ A palavra Chavão aqui empregada dá o sentido de reprodução de uma ideia ou conceito, com significado mais próximo do senso comum.

a formação política do Brasil. No imaginário de muitos administradores essa participação popular seria desnecessária ou até considerada como aspecto desarticulador das práticas políticas de tais gestores, pois daria ao povo uma “arma” de análise das contas públicas e investimentos possíveis, como também como instrumento de politização que pode levar ao fortalecimento da Democracia.

A Democracia no ponto de vista de políticos autoritários é considerada prejudicial às suas práticas, pois dá à população o poder político de decisão, bem como instrumentos de cobrança das práticas por eles exercidas.

Tanto a formação dos conselhos municipais ou dos processos do orçamento com participação popular podem ser apenas aparentes, se os responsáveis pela administração pública assim o determinarem.

Através da pesquisa foi possível constatar que no município estudado, no período determinado (entre 2005 e 2013), esse processo de participação popular ganhou destaque e fortaleceu-se ano a ano. Possibilitou também a verificação de que em Piranguinho a participação social nas decisões políticas tem sido praticada como forma de democratização do poder instituído e o processo de formação dos cidadãos enquanto atores no processo também tem ganhado destaque, nas últimas administrações públicas. Maricato (2002) defende a ideia da participação social, que entre seus principais objetivos, destaca que é necessário dar “voz aos que nunca a tiveram”, fazendo com que surjam aí, os diferentes interesses sociais.

Todos os entrevistados destacaram a importância do Orçamento Participativo e da administração colegiada, que privilegiam a participação e o envolvimento nos processos políticos de decisões.

O processo de investigação possibilitou também se pode perceber que esse processo não é tranquilo, pois à primeira vista, há um interesse por parte da população, em particularizar as questões que deveriam permanecer no campo mais amplo, ou seja, o que engloba a sociedade como um todo, tendo em vista os interesses da coletividade.

Foi possível detectar, através das falas coletadas nas entrevistas, a visão democrática e o interesse em investir também na formação crítica e política da população do município.

Outro aspecto determinante é o fortalecimento de uma identidade local, tendo um aspecto cultural, ou seja, a produção do pé de moleque, seu modo de fazer enquanto aspecto integrador identitário. Essa construção é lenta e vai se integrando ao imaginário popular, à

medida que a população sente-se afetada por tal aspecto e com isso, os vínculos com a cidade são consolidados.

Também buscou-se a compreensão de como o município de Piranguinho insere-se no contexto da região Sul de Minas, se há algum destaque a ele atribuído ou suas dificuldades de inserção nessa realidade.

Por meio da fala dos gestores pesquisados evidencia-se a ideia de que Piranguinho, apesar de ser um município de pequeno porte, destaca-se no cenário político e social da região em questão, por oferecer boa qualidade de vida aos munícipes. A qualidade de vida aí está diretamente atrelada ao acesso universal a bons serviços educação, saúde, esporte, lazer, saneamento básico, além da possibilidade de moradia em um lugar considerado tranquilo, dentro dos parâmetros da sociedade contemporânea, se se levar em consideração os baixos números relativos à violência, à miséria ou à fome.

Independentemente de todos os aspectos aqui discutidos, confirma-se a hipótese inicial do trabalho que destaca a ausência de planejamento específico, no município estudado, que vise ao desenvolvimento sustentável e que apresente contraposição à lógica mercadológica contemporânea, enquanto possibilidade de transformação da realidade ali vivenciada.

Confirma-se que as pequenas iniciativas da administração municipal adaptam-se à legislação vigente de proteção ambiental e às políticas públicas direcionadas a esse fim. No entanto, não há um planejamento político-administrativo, de caráter endógeno, bem articulado que destaque Piranguinho na construção de um processo de desenvolvimento sustentável.

Mesmo que em seus discursos o tema desenvolvimento esteja intimamente ligado ao que os gestores chamam de boa qualidade de vida, nas suas conceituações esses mesmos gestores aliam-no à ideia de de crescimento econômico. Desatrelar essa ligação parece tarefa bastante complexa na visão deles, pois à primeira vista, isso parece algo inalcançável, visto que a realidade econômica imposta pelo mercado em um país capitalista, tem alcance indeterminado em todos os âmbitos da sociedade e em todos os lugares por ele atingidos.

Tomando-se a ideia de que é possível inovar no processo de desenvolvimento, tendo como parâmetros as particularidades locais, buscando-se a sustentabilidade e a qualidade de vida, mesmo que esses aspectos estejam no campo da subjetividade, conclui-se que os paradigmas consolidados nesses aspectos precisam ser repensados e se possível, modificados após a determinação de seus aspectos integradores. Nesse patamar retoma-se a discussão de

que é essencial a participação ativa dos diversos atores sociais envolvidos, de forma crítica e intensa, com objetivos claros e bem definidos.

Definir o perfil da sociedade que se quer formar é característica essencial nesse processo que exige democratização e fortalecimento social, seja na forma de conselhos ou de movimentos populares capazes de provocarem a elucidação da realidade, sua crítica e o apontamento de novas formas de execução no campo político.

A construção da cidadania, apontada como ponto fundamental para a execução de tais processos, passa por essa mudança de paradigmas, bem como pela definição da sociedade que se quer formar e a ampliação do acesso à educação de qualidade, fundamental para a mudança, não só no campo das ideias, como também na fundamentação das ações que visem tais objetivos.

O trabalho focalizou a premissa que a cidade cidade é o lugar onde há o estreitamento das relações políticas, sociais e econômicas. É nela que a prática política pode ser experimentada mais de perto. Com isso a democracia pode ser fortalecida de forma mais coerente. A sua experimentação fica mais próxima, mais real. Assim também como processos anti-democráticos podem ser sentidos de forma mais incisiva na cidade.

Os processos históricos aqui discutidos apontam continuidades e permanências na construção do processo de conquista e consolidação da democracia, assim como todas as transformações alcançadas no decorrer de tal processo.

A pesquisa ganha um caráter relevante ao propor o olhar carregado de criticidade perante à realidade, bem como a possibilidade de se trilhar novos caminhos. E por que pesquisar um pequeno município? A resposta ganha ênfase ao se verificar que há a tendência das pesquisas serem direcionadas aos municípios de médio e grande portes. Essa realidade ocorre mesmo que se tenha os números apontando que a maioria dos municípios brasileiros se encaixariam no critério “pequeno porte”, segundo dados apresentados no decorrer do trabalho.

Tendo-se o objetivo geral como parâmetro, após as análises dos resultados da pesquisa, pode-se afirmar que, como já salientado anteriormente, as concepções dos administradores públicos acerca do tema desenvolvimento não têm uma delimitação concreta e apesar de interfirem nas ações diretas por eles praticadas, ainda não se mostram enquanto promotoras do desenvolvimento sustentável local, com ações bem determinadas e muito menos apresentam-se de forma inovadora. Enfim, essas concepções seguem a lógica da

sociedade capitalista contemporânea aliando-se à ideia que aproxima o desenvolvimento ao crescimento econômico.

Pode-se, portanto, apontar que não há projetos institucionais para o desenvolvimento sustentável no município, nem mesmo políticas públicas locais que tenham esse objetivo. Percebe-se a inserção e adequação às práticas já institucionalizadas pelo poder público a nível Federal e/ou Estadual, mas não uma especificidade local a esse respeito.

Piranguinho é um município de pequeno porte, com uma população de 8.016 habitantes e por isso não tem a obrigação da criação de um plano diretor, que é indicado a municípios que tenham população acima de 20.000 habitantes. O município também não se enquadra em nenhum dos outros critérios que visam a sua obrigatoriedade. Porém, os administradores públicos salientam a importância da sistematização de políticas públicas que visem o desenvolvimento, avaliam, portanto, que há uma falha nesse sentido.

Eles preocupam-se com a falta de empregos oferecidos no município e com a identificação de cidade dormitório, julgam necessário encontrar uma forma de geração de riqueza que possibilite a transformação dessa realidade. Ao mesmo tempo admitem a dificuldade em mudar essa realidade, devido às particularidades locais.

Para Arrighi (1997), Sachs (2008), Morin e Kern (2005), a noção de desenvolvimento ultrapassa os parâmetros meramente numéricos e alcança níveis sociais, ambientais, territoriais, econômicos e políticos. Esses conceitos estiveram, todo o tempo, atrelados à análise das respostas dos entrevistados, tendo em vista a necessidade de se determinar os diversos pontos de vista sobre o assunto, para que se chegasse ao conceito de desenvolvimento que a pesquisa trata. Portanto, foi importante fortalecer o lugar do pesquisador, sua capacidade de análise e a percepção de que desenvolvimento cada pessoa estaria se referindo.

Romper com a lógica capitalista é caminho pouco provável, nem está entre os interesses dos administradores municipais, que na verdade, pensam numa adequação ao sistema, mesmo quando se tem o discurso e a prática voltados para uma sociedade mais igualitária e participativa.

Apesar dos requisitos caracterizados no início da pesquisa em relação à extensão territorial e idade cronológica de emancipação política do município, a preocupação política não está voltada para novas formas de desenvolvimento, com características próprias, o que

seria uma forma de fortalecimento local ou de apresentação de uma forma endógena de desenvolvimento frente à lógica globalizadora do mundo contemporâneo.

Destaca-se como fator importante na concepção dos administradores atuais e também dos anteriores, o grande número de loteamentos privados em pleno desenvolvimento em Piranguinho. Para eles, esses loteamentos representam expansão urbana, que possibilitará a ascensão do município no quesito desenvolvimento. Pois esse estaria atrelado ao aumento de moradias e até mesmo populacional, tornando-se um fator a mais para atrair novos moradores para a cidade.

Não há uma discussão crítica a respeito da especulação imobiliária que tem provocado ou aumento abusivo dos valores de venda de lotes, casas ou os preços de aluguéis. Essa expansão urbana é vista positivamente, pois de acordo com a interpretação desses gestores, Piranguinho oferece boa qualidade de vida e isso tem atraído a vinda de novos moradores para a cidade.

O turismo, visto como alternativa para o desenvolvimento além do industrial é uma alternativa ainda em processo de adequação e expansão, tendo festas populares como o Carnaval e a Festa do Maior Pé de Moleque do Mundo como “carros-chefes” e ainda o turismo de aventura. Esse processo foi iniciado e pela análise dos entrevistados, precisa ser ampliado.

Apointa-se que as perspectivas de incorporação de políticas públicas sustentáveis, além de não envolverem atores sociais no processo, demonstram incapacidade de apresentar aspecto integrador da transformação na organização urbanística.

Do ponto de vista teórico, ancorado nas perspectivas de Sachs, a sustentabilidade ultrapassa os limites ambientais ou de natureza. Pensar a sociedade, especificamente, o tema do desenvolvimento, implica em reconhecer todas as dinâmicas presentes em contextos político, econômico, sociocultural, circunscritos aos estilos e qualidade de vida. Implica também o entendimento de como as cidades, mesmo as de pequeno porte, se propõem em efetivar ações de desenvolvimento que contemplem essas dinâmicas.

Do ponto de vista empírico, as informações coletadas, nem sempre, apresentam o entendimento do gestor sobre as demandas pertinentes à relação desenvolvimento e sustentabilidade. Quanto menos empreendem ações concretas que caminhem no sentido de contemplar o universo de demandas presentes naquele município.

Dentro do contexto teórico privilegiado nessa pesquisa e dos resultados alcançados, pode-se apontar que os municípios de pequeno porte têm dificuldade de propor ações e políticas de desenvolvimento e sustentabilidade que ultrapassem os exemplos dos municípios denominados centrais ou nucleares. Contudo, não se pode afirmar que o gestor público não tenha clareza e intencionalidades pertinentes para propor intervenções e políticas que alcancem o desenvolvimento, nos termos pensados por Amartya Sen (2010) e Sachs (2008).

O resultado alcançado viabiliza outras pesquisas, no sentido de verificar se outros municípios de pequeno e médio porte, a partir das tendências democráticas em curso, têm a mesma conduta, no que se refere à relação desenvolvimento e sustentabilidade. Portanto, foi o resultado que esta pesquisa chegou. Não significa uma verdade absoluta e encontra-se aberta para novos questionamentos e investigações.

Tendo em vista os resultados coletados na pesquisa, é possível afirmar que as possibilidades de se criar formas endógenas de desenvolvimento local na sociedade contemporânea apresentam-se limitadas por vários fatores, podendo-se destacar entre eles, as tendências mercadológicas do sistema capitalista, que impedem que formas particularizadas de desenvolvimento ganhem ênfase e sejam efetivadas. Por conseguinte, há experiências sendo vivenciadas em alguns locais, em caráter experimental, pressupondo a abertura de um campo de discussões a esse respeito, podendo assim passar por análises críticas e servirem de modelos a outras localidades.

Dentro do processo massificador, intensificado nas últimas décadas, promover o desenvolvimento e a sustentabilidade de forma totalmente particularizada, tendo a identidade local como pano de fundo, bem como a cultura e o jeito de viver locais, parece impossível aos gestores públicos entrevistados. A busca por alternativas que façam a diferença nos vários processos que os envolvem, quais sejam, as decisões políticas públicas, a execução de obras, bem como o atendimento às necessidades básicas da população, encontram-se atreladas às concepções políticas do sistema em que se inserem. Geralmente esses gestores não veem possibilidades além das que foram preestabelecidas e submetem-se às regras já elaboradas, sem questionamentos críticos e se utilizam da força do discurso democrático como forma de legitimação de seu poder, perante à sociedade, por ele representada. Enfim, a pesquisa apresenta-se como um elemento capaz de promover a reflexão sobre as temáticas abordadas, possibilitando o avanço para outras indagações, necessárias ao fortalecimento do campo científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Cíntia. *As abordagens da sustentabilidade nas discussões sobre desenvolvimento: uma análise a partir da obra de Dinizar Becker*. Lajeado, 2008. Dissertação de Mestrado. Disponível em <http://hdl.handle.net/10737/18>. Acessado em 08/02/2013.

ALMEIDA, Joaquim Mota; RENÓ, Zaluar Martins. *Estação do Piranguinho: as origens e outros olhares*. Vol. I. Itajubá, 2008.

ALVES, Priscilla; MELO, Nágela Aparecida de; SOARES, Beatriz Ribeiro. *Cidades da Microrregião de Catalão (GO): Reflexões sobre os municípios de Corumbaíba e Ouvidor (GO)*. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/3942/2936>. Acessado em 01/11/2012.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. 3ª Ed, Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRUDA, Marcos. *O Feminino criador: socioeconomia solidária e educação*. In: ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. *Globalização, desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARRUDA, Marcos. *Globalização e América Latina: oportunidades e desafios*. Congresso Luterano Latino-Americano. (IX) Rodeio, SC: PACS, 1998.

BACELAR, W. K. de A. *As pequenas cidades no Brasil e no Triângulo Mineiro*. Encontro de Geógrafos da América Latina 10. São Paulo, 2005.

BACELAR, W. K. de A. *Pequena cidade, uma caracterização*. V Encontro de Grupos de Pesquisa “Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais”. UFSM: 2009. Disponível em: http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/2/Winston%20Bacelar_NEAT_UFU.pdf. Acessado em 27/05/2013.

BAUMAN, Zygmund. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama: revisão temática técnica Luís Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec. 1994.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOFF, Leonardo. *Ética e moral: a busca dos fundamentos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOOF, Leonardo. *Saber cuidar*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BUARQUE, Cristovam. *O pensamento em um Terceiro Mundo*. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 57 – 80.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
CMMAD, COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CARVALHO, Edgard de Assis. *Cultura e Complexidade: um trajeto antropológico*. In: PIMENTA, Carlos Alberto Máximo, MELLO, Adilson da Silva (Orgs). *Encruzilhadas da Cultura: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*. Taubaté – SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2013.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel e BORJA, Jordi. *As cidades como atores políticos*. São Paulo, *Novos Estudos CEBRAP* nº45, julho/1996. pp.152-166.

COSGROVE, D. E. *Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria*. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA JÚNIOR, Antonio Gil da. *O Orçamento Participativo na Gestão Pública*. Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 06 fev. 2014.

Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.46896&seo=1>>. Acesso em: 09 maio 2015

CUNHA, Érika Jorge Rodrigues da. *A Natureza do Espaço Urbano: Formação e transformação de territórios na cidade contemporânea*. 2008.

Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/RAAO-7EFPDL/a_natureza_do_espaco_urbano.pdf;jsessionid=40186BC4F604AE9B2143A0A7BD B9D5AA?sequence=1 Acessado em 05/11/2012. Dissertação de Mestrado.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. In: DAGNINO, E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 9-15.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 1999.

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local?* São Paulo, Brasiliense, 1994.

DOWBOR, Ladislau. *Da Globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos espaços*. *Revista Pesquisa e Debate*, PUC – SP, vol. 7, nº 1, 1996.

DUTT, Amitava e WILBER, Charles. *Economics and Ethics: an Introduction*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2010.

ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. Tese de doutorado – Presidente Prudente: [Sn], 2006.
Disponível em http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/06/06_angela.pdf Acessado em 25/05/2013.

FARIA, Helena Mendonça. *Alto e Médio Sapucaí: cenários para o planejamento ambiental*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado – Área de Concentração: Paisagem e Ambiente). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

GOITIA, Fernando Chueca. *Breve história o Urbanismo*. Lisboa-Portugal: Editora Presença, 1992. (Introdução- Lição 1).

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUATARRI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.

HAUSMAN, Daniel e MCPHERSON, Michael. *Economic Analysis Moral Philosophy and Public Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HIRSCHMAN, Albert. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986. IBGE. Cidades@. IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> . Acesso em: Maio de 2013.

IBAMA/FNMA. Programa Gestão Participativa, APA da Serra da Mantiqueira. Projeto “Fortalecimento da Gestão Participativa na APA da Serra da Mantiqueira” (CD ROOM), 2003.

IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2014. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/36MYW> . Acessado em 10/01/2015.

JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. *Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente – SP*. Dissertação de Mestrado – UNESP – 2011.

Disponível em http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/11/ms/paulo.pdf Acesso em: Setembro de 2012.

LACAZE, Jean-Paul. *Os métodos do urbanismo*. São Paulo: Papirus, 1993.

LEIS, Héctor Ricardo. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1972.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LESBAUPIN, Ivo. *Por novas concepções de desenvolvimento*. Disponível em: http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_01.php?cd_news=3411&cd_language=1
Acesso em 26/01/2012.

LOPES, José Rogério. *Cultura de Poucos e Direitos de Muitos: Análise da assimetria entre ação social, direitos e cultura na contemporaneidade*. In: PIMENTA, Carlos Alberto Máximo, MELLO, Adilson da Silva (Orgs). *Encruzilhadas da Cultura: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*. Taubaté – SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2013.

MANZINI, E. J. *A entrevista na pesquisa social*. Didática, São Paulo, v.26/27, p.149-158, 1990/1991.

MARCONATTO, Diego A. Bittencourt, et al. *Saindo da trincheira do desenvolvimento sustentável: uma nova perspectiva para a análise e a decisão em sustentabilidade*. Revista de Administração Mackenzie, 2013, vol. 14 (1), p. 15.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana*. 2ª ed. Petrópolis, RJ Vozes, 2002.

MAWHINNEY, Mark. *Desenvolvimento sustentável: uma introdução ao debate ecológico*. São Paulo: Loyola, 2002.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NUNES, Débora. *Por uma pedagogia da participação popular*. In: Organizações e Sociedade. V. 6, n. 16. Salvador: EAUFBFA, 2006.

PATO, Christy Ganzert. *Economia política do desenvolvimento sustentável*. Área 8. Sessões Ordinárias do XVII Encontro Nacional de Economia Política. SEP, 2012.

PEQUENO, Renato. *Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências*. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008*. *Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/275.htm> Acessado em 05/11/2012.

PEREIRA, Thiago Henrique Valério. *Identidade e singularidade em pequenas cidades: O caso de Piraju – SP*.

Disponível em: http://www.uesb.br/eventos/simposio_cidades/anais/artigos/eixo3/3d.pdf. Acessado em 05/05/2014.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; FRUGOLI, Rosa Maria. *Turismo no Litoral Norte paulista: perspectivas e possibilidades*. In: RODRIGUES, Jorge Luiz Knupp (org.). *Turismo o negócio do novo milênio*. Taubaté – SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo Pimenta. *Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Vol. 10, nº 3. 2014.

POLANYI, Karl. *A grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, cap. 4, 5 e 6. Prefeitura de Brazópolis. Disponível em: <http://www.brazopolis.mg.gov.br/index.php>. Acessado em 10/10/2012.

RATTNER, Henrique. *Desenvolvimento sustentável – tendências e perspectivas*. In: MAGALHÃES, L. E. (coord). *A questão ambiental*. São Paulo: Terragraph, 1994, p. 33 – 46.

REIS FILHO, Nestor Goulart e MEDRANO, Ricardo Hernán. *Urbanização e Urbanismo no Brasil*. Notas de aulas. In: *REVISTA DE ESTUDOS SOBRE A URBANIZAÇÃO, ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO*. Série Urbanização e Urbanismo. Nº 19. FAU USP. São Paulo, maio-junho de 2007.

RENÓ, Zaluar Martins; LIMA, Rosana Meire; Passaro, Rosimeyre Maria dos Santos. *Piranguinho: tempos e lugares da cidadania*. Vol. II. Itajubá, 2011.

RIGATTI, Décio. *Loteamentos, expansão e estrutura urbana*. Paisagem e Ambiente, [S.l.], n. 15, p. 35-69, dez. 2002. ISSN 0104-6098. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40195>. Acessado em: 18/08/2014.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Problemática Ambiental = Agenda Política Espaço, território, classes sociais*. Publicado no Boletim Paulista de Geografia – “Perspectiva Crítica” - nº 83- dezembro de 2005- p.91 a 110. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB-SP.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. *Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?* Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002011000100006&script=sci_arttext Acessado em 07/09/2012.

RUSCHEINSKY, Aloísio. *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SACHS, Ignacy. *Em busca de novas estratégias de desenvolvimento*. Estudos Avançados, vol. 9, nº 25. São Paulo. Set/Dez. 1995.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALAMONI, Gian Franco. *O crescimento urbano por extensão e suas repercussões morfológicas em estruturas urbanas: O caso de Santa Maria - RS*. Dissertação de Mestrado – UFRGS – 2008. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/15287> . Acessado em 01/08/2014.

SALMON, Anne e CATTANI, David. *Ética econômica*. In: Pedro HESPANHA et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina, 2009.

SANTOS, Milton. *Manual de Geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: ensaios*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. Edusp: São Paulo – SP, 2005. 176p. ISBN 85-314-0860-1.

SANTOS, Milton. *Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SILVA, Edna Lúcia da. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação/ Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes*. 3ª ed rev. Atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Gustavo Tavares da. *Participação Cidadã: Novos Conceitos e Metodologias*. Fundação Konrad Adenauer. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004.

SEN, Amartya. *A ideia de Justiça*. São Paulo: Cia das Letras, 2012. Introdução.

SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

SOARES, Beatriz R.; MELO, Nágela A. *Reflexões sobre pequenas cidades em área de modernização agrícola*. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: 2005.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Trad. Marcos Aarão Reis. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução [da 2ª ed. inglesa] Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Cidade: Lugar e Geografia da Existência*. Disponível em:

http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/GEOGRAFIA_DA_EXISTENCIA_TEXTO_MARIA_ADELIA.pdf Acessado em 15/01/2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 8ª Ed. Bertrand. Brasil: Rio de Janeiro, 2011.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TOMMASINO, Humberto; FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. *La crisis ambiental contemporânea*. In: FOLADORI, Guillermo; ESTADES, Pierrri Naína (Coordenadores). *Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. Universidad Autónoma de Zacatecas. México: Miguel Ángel Porruá, 2005.

VILLAÇA, Flávio. *Perspectivas do Planejamento Urbano no Brasil de Hoje*. Campo Grande, 2000. Disponível em http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/campo_gde.pdf. Acessado em 28/05/2013.

VEIGA, J. E. *Meio ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: Senac, 2006.

Veiga, J. E. *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2ª Ed. Autores Associados: Campinas-SP, 2003.

YIN, Robert k. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/> Portal de Periódicos da Capes. Acessado em diversas datas.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

ARENTH, Hannah. *A condição humana*. 10ª Ed, RJ: Forense, Universitária, 2004.

EUFRÁSIO, Mario A. *estrutura Urbana e Ecologia Humana: a escola sociológica de Chicago (1915 – 1940)*. Curso de Pós-graduação em Sociologia da USP/Editora 34: São Paulo, 1999.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. Vol. 1, 10ª Ed, São Paulo: Publifolha, 2000.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. Vol. 2, 10ª Ed, São Paulo: Publifolha, 2000.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ª Ed, São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

ANEXOS

Anexo A

Termo de Consentimento



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei 10.435 - 24/04/2002
Instituto de Engenharia da Produção e Gestão

Termo de consentimento livre e esclarecido

A Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), através de seu Programa de Mestrado em *Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*, vem através deste documento requerer a permissão para a pesquisa a respeito das concepções de desenvolvimento na prefeitura do município de Piranguinho - MG. Os objetivos de tais informações é atender ao desenvolvimento de uma pesquisa de campo para a elaboração da dissertação.

Para isso, solicitamos a autorização desta instituição para a triagem de colaboradores e aplicação de nossos instrumentos de coleta de dados. O material e o contato interpessoal não oferecerão riscos de qualquer ordem aos colaboradores e à instituição. Todos os dados são confidenciais e usados sem a identificação do colaborador e da instituição.

Quaisquer dúvidas que persistirem sobre o projeto poderão ser livremente esclarecidas, bastando entrar em contato conosco no telefone abaixo mencionado. Contamos com sua compreensão e agradecemos sua atenção e colaboração.

Entrevistado (a)

Elizabete Aparecida Bitencour Bernardes
Mestranda

Carlos Alberto Máximo Pimenta
Orientador

Anexo B

Entrevista (gestores públicos em exercício e ex-gestores públicos)

DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE: O CASO DE PIRANGUINHO - MG

Entrevista

Pesquisadora: Elizabethe Aparecida Bitencour Bernardes

Local:

Entrevistado:

Data:

1. Ao se fazer uma análise do período em que você esteve à frente da administração municipal de Piranguinho, o que poderia ser destacado como ponto forte?
2. Qual era a ideia de poder local que norteava as suas concepções à frente da administração municipal?
3. Na sua concepção, como você definiria desenvolvimento aliado à ideia de sustentabilidade?
4. Como as questões “desenvolvimento e sustentabilidade” eram tratadas em seu período de administração do município de Piranguinho?
5. É possível, na atual conjuntura, que Piranguinho apresente um modelo diferenciado de desenvolvimento, frente à realidade capitalista?
6. Houve a implementação de políticas públicas com o objetivo de levar o município ao desenvolvimento aliado à sustentabilidade?
7. Havia, durante sua gestão, a busca por formas particularizadas de se buscar a valorização local, em detrimento a uma sociedade que tenta massificar, globalizar?
8. Você acha que há a possibilidade de se pensar o desenvolvimento local de uma forma diferenciada, tendo-se como objetivo a qualidade de vida? Como seria?

9. Como a população piranguinhense participa do processo de decisões políticas? Quais são os pontos positivos e os pontos negativos dessa forma de participação?

10. Existia/existe uma preocupação em se destacar o município a partir de uma identidade construída? Explique-a.

Anexo C

TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS

A. Transcrição de entrevista

Entrevista realizada no dia 19 de março de 2014, na Secretaria de Governo da Prefeitura Municipal de Piranguinho.

Entrevista filmada, com duração de 00:40:19 h.

No primeiro momento a entrevista estava marcada para as 10 horas, porém houve um imprevisto e o entrevistado 1, necessitou adiá-la para o período da tarde, a partir das 13h do mesmo dia.

Entrevistadora: E

Entrevistado: Entrevistado 1

E:

_ Entrevista com o Secretário de Governo, Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Piranguinho, PJIR. Eu gostaria, primeiro (ele faz um gesto pedindo tempo, levanta-se e fecha as portas para garantir que não seremos interrompidos)... Primeiramente eu gostaria que você fizesse uma fala sobre a sua formação e qual o seu papel aqui dentro da secretaria, por favor.

ENTREVISTADO 1

_ A minha formação é técnica, sou técnico em Eletrônica, trabalhei 19 anos na área de Eletrônica, 2009 eu fui convidado pelo Prefeito A., para assumir o setor de fiscalização da Prefeitura Municipal de Piranguinho, para exercer o trabalho de fiscalização tanto tributária quanto a de fiscalização mesmo, alvará de funcionamento, é... (toca o celular e ele pede licença para atendê-lo)... Em 2009, como eu estava te falando, em 2009, fui convidado pelo prefeito A., para assumir o setor de fiscalização. Nesse setor a gente fez levantamento das demandas de arrecadação para o município, porque a receita própria do município era muito baixa. O pessoal não pagava alvará, o IPTU, “todos atrasados”, a gente fez um planejamento. Começamos a executar as cobranças de IPTU em atraso e aí, surgiu a oportunidade de..., houve o afastamento de um secretário, como trabalho da gente em desenvolvimento estava sendo satisfatório para o município, ele me convidou para assumir a secretaria de Governo, Desenvolvimento e Turismo, hoje a secretaria mudou o nome (E: _ Ah, é?), em 2013, ela mudou o nome, ela passou para secretaria de Governo e Agricultura (E: Ah, é Governo e

Agricultura?), é, em 2013, uma lei aprovada pela Câmara e a gente mudou o organograma administrativo.

E:

_ O objetivo é compreender a concepção de desenvolvimento que um município pequeno tem, a gente já conversou um dia bem informalmente e eu anotei tudo, já serve como uma base de entrevista para mim também, só que hoje é oficial, depois terei que fazer a transcrição. Na sua concepção como você definiria o desenvolvimento aliado à ideia de sustentabilidade?

ENTREVISTADO 1

_ Então, essa é uma discussão que a gente sempre faz. Eu faço parte do CODEMA. A realidade do município hoje, em termos de sustentabilidade. Você tem que fazer um planejamento, por exemplo, esses novos loteamentos, a gente está exigindo área verde, área de umas calçadas maiores. Isso, a sustentabilidade por exemplo, é você ter uma mobilidade, vamos falar assim, mobilidade urbana, porque uma cidade aqui nossa, de Piranguinho, por exemplo, a avenida, hoje a avenida é toda a parte comercial de nossa cidade e você não tem estacionamento, as calçadas de pedestres são todas estreitas, e nos novos projetos de loteamento, a gente vem exigindo, as partes, vamos falar assim, a parte institucional para o município, que é 35% de toda a área útil que o loteador ou empreendedor vai utilizar no município. E dentro desse projeto a gente vem cobrando que eles façam arborização adequada e, toda a área, por exemplo, dentro do lote, cada loteador tem usado uma norma, por exemplo, que nós não temos um plano diretor, que regeria todo o desenvolvimento do município, aí por isso que fica meio.... A gente tem que seguir a Constituição Federal, dentro dos trabalhos que a gente tem feito, de organização. E desde que eu assumi a secretaria, não veio mais nenhum loteamento sem infraestrutura. Porque aí esses ônus de infraestrutura, ficariam todos para o município. O proprietário simplesmente abria ruas, cria-se um núcleo urbano, sem nenhuma infraestrutura, aí a gente está exigindo isso tudo hoje.

E:

_ Agora então tem que vir deles?

ENTREVISTADO 1

_ Deles. Do proprietário, toda infraestrutura, registrada em cartório de registro de imóveis, com matrículas independentes, água, luz, esgoto, tudo por conta do proprietário,

E:

_ Certo, então não fica mais para o município.

ENTREVISTADO 1

_ Não, é umas das coisas que eu acabei de estar lá (no loteamento) com o prefeito, olhando como está sendo o trabalho deles lá, a qualidade do sistema de esgoto, a pluvial, meio-fio, tudo isso, a gente está vendo lá.

E:

_ Em questão a arborização tem um mínimo necessário?

_ Não

E:

_ Como é?

ENTREVISTADO 1

_ Nós não temos essa legislação. Dentro do projeto, vamos falar assim, o empreendedor entra com um projeto aqui, a gente faz a análise... De 35% daquela área que ele tá querendo fazer o loteamento, 35% é área pública, entre ruas, áreas institucionais e jardinagem, área verde, normalmente aquelas áreas que não “dá” para fazer construções, é o que fica como área verde, aí nessa área ele tem que fazer gramado, arborização, deixar a drenagem toda certinha, de jeito que não venha afetar outras residências.

E:

_ Como as questões de desenvolvimento e sustentabilidade são tratadas pelos gestores públicos no município? Você falou que já há uma discussão, mas como isso é tratado?

ENTREVISTADO 1

_ Então, depende do ponto de vista que você analisa do que é sustentabilidade.

E:

_ Eu tenho até uma pergunta em relação a isso, o que seria essa ideia?

ENTREVISTADO 1

_ O que seria sustentabilidade? Vamos falar assim têm muitas cidades que a gente vê matérias aí, aproveitam água do solo (ah não água do solo), aproveita água da chuva, a iluminação é solar, por quê? Porque lá é totalmente uma realidade, mas se você deixa essas áreas de impermeabilização, nossa cidade quase toda é bloquete, não é asfalto, o único

loteamento que está surgindo com asfalto é aqui (acima da Av. Alferes Renó), porque o asfalto eu não acho ele muito bom, não porque ele não seja bom, pra desenvolvimento de veículos... Ele é impermeável, tudo que chove, ali não tem filtragem de nada e o bloquete é o contrário, ele tem uma porcentagem, que naqueles entr.... ele tem uma fenda que dá para fazer a filtração.

E:

_ Certo, na sua opinião, é possível na atual conjuntura que a gente vive, mundial mesmo, a gente pensa, Piranguinho está incluindo num estado, numa instância maior, depois num país e no mundo, então, dentro dessa conjuntura toda que a gente vive, é possível que Piranguinho apresente um modelo diferenciado de desenvolvimento, frente à realidade capitalista? A gente vive num país que é capitalista, né? Um mundo ocidental em que predomina o capitalismo, aqui é uma cidade pequena, mas há essa preocupação, é possível apresentar um modelo diferente de desenvolvimento do que o modelo capitalista?

ENTREVISTADO 1

_ Hoje, se você for analisar friamente, é difícil, não é impossível, mas você tem que fazer um trabalho pra atingir a longo prazo. E outra, o município hoje, ele tá num patamar, que se você burocratizar, o objetivo nosso é atingir dez mil habitantes. Aqui você tem uma administração tranquila? Não importa quem esteja na administração. Se o município não atingir dez mil habitantes, com os trabalhos, com os serviços que o município vem oferecendo, com a qualidade de educação, qualidade de saúde, se você burocratizar para o investidor, exigir dele, vamos falar assim, que no terreno de 300 metros quadrados, 30% ele não possa é... Construir, impermeabilizar, vai ficar inviável para ele investir, ele vai procurar, queira ou não, ele vai procurar um outro município que não tenha muita burocracia. Mas isso é um trabalho pra você atingir a longo prazo, começar a conscientizar, ... trabalhos, por exemplo, Vista Verde, já é um trabalho partindo para o sustentável, porque lá as áreas são maiores, eles já têm um terreno em que possa construir lá duzentos metros de construção e ele tem lá, o restante oitenta metros quadrados que dá pra ele fazer jardinagem, dá pra fazer sustentabilidade, dá pra aproveitar água pluvial para horta, jardinagem, isso também você tem que partir do investidor. O município vai recomendar... Nós, do município temos que pensar já no plano diretor, isso vai ter que ser um trabalho feito com a sociedade.

O município trabalha por diretrizes, você fica complicado, todo plano que você vá fazer, tem que ter participação da sociedade. E nós sempre partimos da premissa que todo mundo tem que participar. Que quando você monta um conselho, na primeira reunião todo mundo vai, mas quando começa o desenvolvimento, fica só a parte administrativa. É a realidade mesmo! É conselho de Saúde, é conselho de Educação, é Conselho Tutelar, desculpe, do CMDCA, posso criar vários conselhos, mas no fundo, no fundo, acaba ficando só quem está na administração.

E:

_ Há uma exigência que tenha participação de outras pessoas, mas acaba não acontecendo efetivamente? Mesmo que seja através de uma lei que obrigue a participação?

ENTREVISTADO 1

_ A lei tem, mas a sociedade não tá preparada ainda, eu acho, isso é ponto de vista meu, pra essa, vamos dizer assim, democratização que houve, não tá preparada para participar mesmo com afinco, na administração pública. Porque quando você parte para o lado da crítica, às vezes critica sem saber o que está acontecendo e depois quando você explica pra ele: “Oh, vamos fazer sustentabilidade aqui, por isso, por isso, por isso...” (balança a cabeça como quem diz, é isso que ocorre).

Nós temos vários exemplos aqui .. que o desenvolvimento pensado, nós não teríamos problemas aqui próximos à avenida, né? Construções às margens de rio, não preservando a legislação, isso tem muito... Isso aí, eu vejo isso como sustentabilidade, porque assim, não é sustentabilidade, você ser auto-sustentável no poder econômico, vamos falar assim, economia, mas assim um padrão de vida que você viva bem naquela área em que você está.

E:

_ Qual é a ideia de poder local que perpassa as concepções de quem está no momento, em uma posição de comando na administração pública do município? Que ideia que se tem de poder local? Que concepção? O que é poder local para quem está aqui na administração e qual a influência desse poder local, politicamente falando, mas dentro do município, isso é pensado?

ENTREVISTADO 1

_ Nós temos uma equipe, nós não pensamos... Por exemplo, qualquer decisão que a secretaria vá tomar, nós fazemos isso em conjunto, seja secretaria da Educação, da Saúde, sempre em conjunto, pensando no bem-estar da população. Nunca foi uma decisão ou do prefeito (celular toca...) ou do secretário (pede licença para atender e depois continua). Antes da gente parar a conversa, eu tava falando, todas as decisões aqui “é” colegiada, nós não tomamos decisão nenhuma, qualquer que seja a decisão, a gente marca. Nós temos.... da parte daqui da administração, reunião de quinze em quinze dias. É pra ver como tá indo a secretaria, o que tá ocorrendo no município, quais decisões vamos tomar, tudo isso! Não tomamos decisão alguma individual.

E:

_ Há políticas públicas implementadas com o objetivo de levar o município ao desenvolvimento aliado à sustentabilidade?

ENTREVISTADO 1 (sorri):

_ É como eu disse pra você, o que é, qual é a visão de sustentabilidade? Eu vejo a sustentabilidade, é um município estar bem, vamos falar assim, bem mesmo, com a população sentindo bem, se você não tem uma população satisfeita com serviço público de saúde, de educação ou de transporte, de mobilidade urbana, tudo isso... Eu acho que o município não é sustentável e tem o outro lado, vamos falar assim, do poder econômico... Se você não pensar também no município do lado econômico, fica inviável de você praticar as políticas públicas, independente se ela é, partindo para um lado da sustentabilidade... Sustentabilidade do ponto de vista de sustentabilidade mesmo em que você reaproveite tudo aquilo que é gerado no próprio município, reverta ou de uma forma ou de outra em benefícios, que você descarte o mínimo possível de rejeitos, vamos falar assim, a partir do lado da limpeza urbana, é... Você não consegue administrar, você também tem que pensar no sistema econômico, esse é o grande... Hoje quem administra uma cidade pequena, porque nós sobrevivemos aqui em Piranguinho, queira ou não, é quando com o Fundo de Participação dos Municípios, que é o FPM. Que é... Um município com quatro mil habitantes, dois mil habitantes recebem igual ao município tem que oito mil, nove mil habitantes. Que eu acho que isso é... Ninguém vê... Políticos das esferas maiores teriam que rever isso. Porque eu acho que esse, esses métodos utilizados não estão corretos, no meu ponto de vista não é correto, porque você beneficia quem tem menos habitantes, porque aí você vai fazer... per capita e é complicado pra administrar, porque você hoje tem diretrizes, né? Porque você tem que aplicar 25% na Educação, Piranguinho tá aplicando em torno de 30 na, na Educação. Na Saúde, de hoje a lei é de 15%, normalmente tá aplicando 21%, já ultrapassou 50% de recursos do município estão sendo aplicados em Educação e Saúde. E o restante é pra gente administrar o município num todo e cuidar também das outras entidades, vamos falar assim, das outras secretarias.

E:

_ Há formas particulares de buscar a valorização local, em detrimento a uma sociedade que tenta massificar, globalizar? Se aqui há uma forma de valorizar aquilo que é local, porque a tendência da globalização é massificar, quer dizer formar um grupo só, como se não tivéssemos diferenças. Há essa preocupação dentro da administração de mostrar particularidades?

ENTREVISTADO 1

_ Sim, nós aqui, como administração, sempre pensamos no que o município tem de melhor e tentamos divulgar aquilo que compete ao município divulgar. Por exemplo, a Festa do Pé de Moleque a gente considera a festa o carro chefe da administração, do lado do turismo que hoje, não está mais fazendo parte da minha secretaria, mas nós trabalhamos sim o turismo aqui, com os patrimônios públicos, cuidamos, temos os, como é que vou te dizer, os conselhos do patrimônio cultural do município. Temos que valorizar aquilo que é nosso, o município pensa assim, nós administradores pensamos assim, apesar que o município nosso, dentro da capacidade que o município pode oferecer, porque se você oferece uma coisa muito..., que não tá no seu poder de competência, de compartilhar, vamos dizer assim, dar aquilo que o empresário está exigindo, mas no mínimo que a administração possa fazer, a gente tem feito sim.

E:

_ Vou casando com uma outra pergunta, que eu acho que você pode já falar antes de chegar nas outras. Eu estava perguntando aqui na última, se há uma preocupação em se destacar o município a partir de uma identidade construída. Aí, você já estava até dizendo que esse lance de é... expor a cidade... é... identificar a cidade como Capital Nacional do Pé de Moleque, né? Isso é uma identidade que vai sendo construída aos poucos, você poderia esclarecer um pouquinho mais como foi feito esse processo, porque até pouco tempo atrás, antes da administração do ex-prefeito Adoniran, isso ainda não era muito firme, tinha sim a fama do pé de moleque, tal, mas essa identidade foi construída e reconstruída, reforçada nos últimos anos.

ENTREVISTADO 1

_ Sim. Até comentando sobre o que você estava falando sobre a festa do pé de moleque, anteriormente a festa do pé de moleque... Tinha a festa! Mas era cada um individual, foi um trabalho difícil, porque cada produtor tem uma técnica, uma maneira de produzir o seu doce, hoje, com a administração do Adoniran, a gente veio conversando com os produtores, mostrando pra eles que se eles estiverem unidos, divulgando mais o produto, todos vamos ganhar. Aí depois teve um curso com o SEBRAE, mostrando pra eles a higiene, a limpeza, a embalagem, a apresentação do produto, que aí foi um trabalho que foi feito, teve a ideia de surgir a festa do “Maior pé de moleque do Mundo” em 2005. Aí surgiu lá com, aí todos participaram, mas é um trabalho difícil de conscientização mesmo, trabalho devagarzinho, colocando na mente da população (corrige), dos produtores que temos produto a se trabalhar e que temos que divulgar, tanto o nome do município, quanto o nome de cada produtor. Eu até assim quando eu vou pra Belo Horizonte, é um negócio muito engraçado, a gente chega lá, escuta assim... Piranguinho, cadê o meu doce? Essa é a pergunta, não pergunta se tá tudo bem, mas cadê meu doce?! É muito... É em qualquer lugar do estado de Minas que você vá, falou que é de Piranguinho, a primeira pergunta é o doce! (Sorri)

E:

_ Então essa identidade, está ficando, está se fixando!

ENTREVISTADO 1

_ Está ficando, o deputado Durval Ângelo fez uma lei estadual declarando a produção artesanal do pé de moleque como patrimônio cultural do Estado de Minas.

E:

_ Certo. E a população corresponde a essa identidade? Você, assim na sua percepção, você acha que a população piranguinhense se identifica com a cidade dessa forma? Ah, eu moro na cidade do pé de moleque ou na capital nacional do pé de moleque?

ENTREVISTADO 1

_ No meu ponto de vista eu creio que sim, mas não como deveria ser. Deveria sim, dizer mais, né? Dizer: Eu sou de Piranguinho, capital nacional do pé de moleque, divulgar mais também. Creio que grande parte da população já está bem (pausa... fica tentando encontrar a palavra... A entrevistadora diz: absorvendo?)... É, absorvendo, divulgando, isso é... Além disso quantas famílias utilizam desse produto pra sobrevivência? E quantos empregos “é” gerado, gerou, aumentou com a produção do pé de moleque?

E:

_ Certo. Você acha que há possibilidade de se pensar o desenvolvimento local de uma forma diferenciada, tendo-se como objetivo a qualidade de vida? Como seria isso? Você já me falou um pouquinho, que você pensa a sustentabilidade aliada à qualidade de vida. Você quer esclarecer um pouquinho mais isso?

ENTREVISTADO 1

_ O que eu falei de nosso município, hoje por estarmos próximos, vamos falar assim, de polos tecnológicos mesmo, tanto Santa Rita do Sapucaí com o Vale da Eletrônica e Itajubá... Estamos a dez quilômetros de Itajubá. Itajubá hoje pelo conhecimento, convivência, contato com gente da prefeitura.... Tudo muito amarrado, para criar um novo loteamento, eles estão burocratizando demais... Eu não sei se eles não querem que a cidade desenvolva ou têm outros objetivos. Nós aqui, como estamos assim, precisando que o município dê um salto, mas estamos sim, pensando na qualidade de vida, porque.. Se a população aumentar pra dez mil, os problemas também aumentarão, mais escolas, mais gente nos postos de saúde, tem que melhorar as vias públicas de mobilidade, tudo isso tem que ser conversado, porque antes, eu não posso falar, porque não participei de outras administrações, estou desde 2009 na administração, participei como vereador de 2004 a 2008, mas você não tem uma vida administrativa, é totalmente diferente, o legislativo do executivo, a visão que tem quando você está no legislativo é uma, quando você está na administração é totalmente diferente,

porque lá você fala pode fazer isso, pode fazer aquilo, de onde você, de que maneira você vai fazer aquilo, você tem que fazer leis, tem que fazer tudo, mas de que maneira, recursos? De onde você vai retirar os recursos? Ou recurso próprio ou por verbas e emendas parlamentares.

E:

_ Então, o administrador tem que ter um olhar além do que vem escrito na lei e/ou determinado por outros, né?

ENTREVISTADO 1

_ Sim!

E:

_ Então você está me dizendo que quando você está na administração, começa a ver diferente algumas questões?

ENTREVISTADO 1

_ Sim! Porque você, por exemplo... Oh, vou fazer uma rua, uma pavimentação, a lei permite e o recurso? De onde virá? Como vou pagar? Entendeu? Às vezes você faz um planejamento, você tem um recurso e demora pra sair, por quê? Porque tem um trâmite burocrático, tem licitação que você tem que fazer, você tem que esperar ser divulgado, publicado, tem um termo, aí tem um tempo pra que isso ocorra, às vezes você faz um planejamento, depende de verbas de outros estadual ou federal, libera-se uma parte no início, depois fica demorando quem ganhou a licitação, tudo isso é um olhar, uma visão, que você tem que ter, enquanto administrador, porque senão você não consegue administrar.

E:

_ E como a população piranguinhense participa do processo de decisões políticas? Quais são os pontos positivos e os negativos dessa forma de participação?

ENTREVISTADO 1

_ Então, 2004 quando o... Estou falando assim, porque já estou na administração na realidade, há doze anos, está indo pra doze, oito com dois, pra dez anos, fazendo parte da administração, (celular toca, pede licença para atender)... Como eu estava falando, 2005 é... O Adoniran, o prefeito Adoniran começou a implantar o orçamento participativo, dando é... Poder de decisão de parte do orçamento para a população decidir o que seria implantado em cada bairro. Isso vem continuando até agora, todo ano quando vai fazer o orçamento, nós fazemos reuniões em localidades, nos bairros rurais, na cidade, nos distritos, tudo isso é conversado com a população ou quando não dá pra definir verbas ou recursos para aquela

localidade, mas a gente mostra pra população local o que tá sendo feito, onde está sendo aplicado o dinheiro público.

E:

_ E como é que você avalia essa participação? Há pontos positivos e negativos? Positivos você já falou, a participação das pessoas, há também pontos negativos? Como você avalia que acontece o processo?

ENTREVISTADO 1

_ O ponto negativo que vejo é... Eu acho que a população tinha que tá mais é... Ligada, participando, porque nas reuniões tem que ter mais gente, no meu ponto de vista, a população tinha que tá mais concentrada, ligada, tirar, esquecer o lado político, que eu vejo numa cidade pequena, a picuinha política... “Ah, não vou não porque é partido tal e meu partido é aquele...” Vamos pensar na população, esquece... Na hora da disputa da eleição, vamos partir para a disputa, mostrar os pontos positivos de tal partido e ponto negativo... Vamos mostrar! Um debate de ideias pra desenvolver o município e não questões políticas de... pessoal. Eu acho que o administrador que parte do ponto de vista, de política, vamos falar assim, mesquinha, pequena, mentalidade de você manter o eleitor nos seus poderes, eu acho que tá totalmente errado, essa visão, no meu ponto de vista, não cabe mais. Questão do nosso país, dos jovens... E a população hoje está muito informada, o mundo hoje é outro, hoje você fez uma coisa hoje, cinco minutos depois já tá sabendo, por isso que a população... Nossos administradores têm que estar muito ligados do que tá ocorrendo no dia a dia

E:

_ E nessas discussões do orçamento participativo, você nota alguma preocupação das pessoas com a relação desenvolvimento? Assim, se as pessoas colocam que tipo de desenvolvimento elas querem para o município? Como elas enxergam isso para Piranguinho? (Ele sorri)

ENTREVISTADO 1

_ Olha, eu vejo esse ponto de vista, eu vejo meio estranho, você vai achar muito estranho o que eu vou falar (sorri)... Uma cidade pequena, eu vejo uma coisa, o lado pessoal de cada um, sinceramente nessas reuniões, tem gente que tá interessada no coletivo, mas tem alguns que vão na reunião, ou é a sua rua ou é o seu bairro, mas ninguém pensa... Alguns já não estão pensando mais no coletivo, é uma visão que eu acho que tem que mudar isso, o que é que vamos fazer que possa atender o máximo de gente possível?... Oh, uma escola num bairro tal vai atender cem pessoas, mas pra que isso ocorra, eu tenho que deixar de calçar uma rua tal... “Ah não, mas pra mim não tá bom, não! Porque eu vou ficar sem aquele calçamento!” Mas esquece que o filho dele tá na escola, é esse... É essa mentalidade de

sociedade que tem que mudar, esquecer que o... “Oh, deixei de fazer uma coisa pra mim, já vou partir para o ataque, não vou pensar na sociedade, não vou pensar no coletivo como um todo”... É isso que temos que pensar, começar a trabalhar mesmo. O que a gente tem feito, divulgado, mostrado... “Oh gente, a gente está fazendo isso, por isso, por isso, por isso... Tá deixando de fazer isso, por isso, por isso, por isso.” Porque vários fatores, se eu deixar de aplicar o recurso na educação, quantas crianças vão... Olha hoje, a educação e a saúde é o foco principal e não... Dinheiro é de menos, não tem coisa melhor do que você deixar educação e saúde, é o que eu acho que a administração, o poder público teria que pensar muito, é a parte de infraestrutura, vamos falar assim, esses três fatores eu acho que é fundamental pra sociedade, porque uma sociedade que tem estudo, informação, ela supera qualquer dificuldade.

E:

_ Então, a gente está num município considerado pequeno, bem pequeno, na região Sul de Minas, que tem vários outros municípios também pequenos, né? Piranguinho consegue se diferenciar de outros municípios de mesmo porte, aqui no Sul de Minas? Por que você pensa assim?

ENTREVISTADO 1

_ Eu vejo o seguinte, Piranguinho vem sendo destacado em todo o Sul de Minas, reconhecido mesmo, pela maneira de fazer política, porque é o seguinte, quando você pensa no coletivo, toma uma decisão (corrige) não toma uma decisão individualizada, porque quanto mais você tem um grupo te apoiando, trocando ideias, as ideias, apesar que tem dificuldade, porque às vezes você não concorda com isso, não concorda com aquilo, mas no fundo a gente tenta concentrar o máximo de ideias pra tomar uma decisão, fazer uma divulgação, ou até mesmo um projeto para o município e isso é, melhor uso dos recursos públicos, para benefício da população. Por isso que eu vejo que o município de Piranguinho tem se destacado no cenário político do Sul de Minas.

E:

_ Apesar de estar entre cidades maiores e como você disse, que são consideradas polos tecnológicos, mas você julga então que, apesar disso ou mesmo assim, Piranguinho acaba se caracterizando de uma forma diferente, não fica na sombra desses outros?

ENTREVISTADO 1:

_ Não ficamos, porque é o seguinte, temos que pensar que o município tem uma vida própria, os administradores têm que pensar que têm que fazer o máximo de aproveitamento dos recursos... Às vezes, a gente toma decisões, que a gente sabe que politicamente é ruim, mas tomamos.

E:

_ Por exemplo?

ENTREVISTADO 1

_ Carnaval. (Balança a cabeça, meio sorriso...) Foi muito difícil. Não foi só o prefeito que tomou essa decisão, foi o grupo.

E:

_ Certo.

ENTREVISTADO 1

_ O motivo eu não vou entrar em detalhes, mas foi um exemplo de decisão que a gente teve que tomar, doeu, tá doendo até hoje, mas acho que foi necessário.

E:

_ Então agora Paulo, você poderia fazer as suas considerações finais dentro de tudo isso que a gente conversou aqui, sintase à vontade pra falar, pra completar o que você já disse até o momento, para encerrar a nossa entrevista.

ENTREVISTADO 1

_ Pra mim está sendo uma satisfação participar de uma entrevista dessa, que nunca esperava, porém o que eu vejo é o seguinte, é uma preocupação interessante, se todos tivessem pensado no município de Piranguinho desde ele iniciou, eu acho que nós estaríamos sendo destaque ainda mais no cenário nacional, no cenário estadual, vamos falar assim, porque eu acho que Piranguinho hoje, não é só em Belo Horizonte onde você vai, que você é reconhecido não, até mesmo em Brasília, quando você vai lá, você fala que é de Piranguinho, o pé de moleque é o carro chefe nosso, porém eles lembram de Piranguinho... “Ahhh, a cidade lá perto de Itajubá, que faz aquele doce...” Isso deu um destaque pra Piranguinho, isso é muito importante! Se todos pensassem um pouquinho mais, esquecendo o lado pessoal, eu creio que no município de Piranguinho... Porque se você tomar decisão como administrador, não é fácil, dói e por que eu falo que dói? Se você pensar: “Ah, se você fizer isso hoje, você vai perder votos.” Eu tomo decisão aqui... Tomamos decisões, sem pensar por esse lado de voto, temos sim que fazer..., agradar o máximo a população, mas tem coisa que vai doer na população, nós sabemos, tem decisões que você toma como administrador que é... (balança a cabeça)... Que é como eu falei pra você, quando eu assumi aqui pra fazer as cobranças de IPTU em 2009, não

foi fácil, foi uma decisão que era pra ter sido tomada lá em 2006, porque a lei de responsabilidade fiscal diz que você tem que fazer acontecer a cobrança judicial daqueles que não honrem com seus compromissos com o município. E aí é bem puxado, mas nós estamos aí pensando no futuro, porque eu não quero ver o meu município parado, porque eu tenho filhos, eu quero ver o município se desenvolvendo, vamos falar assim... Não desenvolvendo pro lado da indústria, porque o município de Piranguinho tá muito perto... As características do município de Piranguinho, não é pro lado da industrial, é mais mesmo, moradia, que você fique aqui, vamos falar assim, dentro dos seus padrões de vida, pra você morar e trabalhar nas outras cidades, que é a realidade nossa, nós como administradores temos que pensar assim, trazer pequenas indústrias, pra que a cidade tenha um padrão de vida legal pra que você more aqui, sem aquela turbulência de uma cidade grande.

E:

_ Gostaria de agradecer a sua participação. Vai ser muito importante para o meu trabalho essa sua participação aqui e das demais pessoas que eu entrevistarei e o que eu mais posso fazer é agradecer mesmo. E garanto pra você que será de muita valia tudo o que você me disse aqui.

ENTREVISTADO 1

_ Espero que seja!

E:

_ É, está me fazendo refletir sobre o que eu tenho estudado nesses últimos dois anos em relação ao desenvolvimento e eu pensei em Piranguinho, porque é o lugar onde eu vivo, minha preocupação é... Tá, a cidade é pequena, é uma cidade jovem, se a gente for analisar historicamente, é muito jovem... E o que me intrigou foi isso... Uma cidade pequena, jovem, pensa diferente das outras? Ou ela vai só copiando, indo no fluxo, né? Há uma tendência, às vezes, de uma cópia de outros modelos (ele concorda)... E muitos modelos aí que a gente sabe que nem sempre deram certo, então pensei assim... Vou pesquisar isso, a minha cidade, essa concepção dentro de uma pequena cidade.

ENTREVISTADO 1

_ Tem um outro ponto que não toquei aqui, eu vejo... A única coisa que a gente toma muito cuidado aqui é a questão ambiental. Não vou partir para o lado da sustentabilidade, porque eu vejo que é o seguinte: hoje nós temos que preocupar com a questão ambiental, que está uma questão séria... Os rios, as florestas, as áreas de preservação, onde se tem um loteamento ou alguma outra coisa, qual é o dano? Temos canalizado muito isso. Qual é o impacto? Por “mais pequena” que ela seja, o que está ocorrendo no município, está preservando as margens de rio? A legislação que permite isso, aquilo, isso nós temos que tomar o máximo de cuidado. Se isso tivesse sido feito quando o município começou, o Ribeirão de Piranguinho, não tinha sido praticamente invadido... Dentro do rio, vamos falar

assim, dentro do rio. Nós não teríamos parte da enchente que temos... Porque não é de hoje, não é o que está sendo feito hoje que está prejudicando a avenida (Av. JK), é as construções passadas que foram construídas às margens do rio.

E:

_ As consequências vêm já de um tempo atrás e estão piorando.

ENTREVISTADO 1

_ Você mora há muito mais tempo do que eu aqui... Observa o que estou dizendo... As intervenções que ocorreram nas margens do Ribeirão Piranguinho (Ribeirão dos Porcos)... É o que acarretou.

E:

_ E acaba sendo alvo de crítica.

ENTREVISTADO 1

_ Alvo de crítica, mas estamos vendo onde que é o... A raiz do problema.

E:

_ E há uma solução pra isso?

ENTREVISTADO 1

_ Por exemplo, você citou a avenida JK... Que às vezes... Vira uma questão bem complicada... Há uma possibilidade ainda de pensar nisso?

ENTREVISTADO 1

_ O que tem feito aqui... É que a gente não tem deixado mais construções às margens, na legislação permitida, você tem que fazer um recuo de quinze metros das margens. Se tivesse feito isso no leito todo, você teria um fluxo maior de água. Tem vários trechos aí, que não têm. Não deixaram. Mesmo que fosse rua, deveria ter deixado.

E:

_ E esses trechos já não há mais como interferir, por que as construções já estão ali?

Entrevistado 1

_ Não. A não ser que desaproprie ou faça alguma coisa, mas é difícil. No que está, que a gente tem feito é limpar o rio, é manter o leito do rio. O que compete ao município é isso.

E:

_ P, então muito obrigada, viu pela sua participação. Aí se a gente precisar de mais alguma coisa, pedirei socorro.

ENTREVISTADO 1

_ Estou à disposição!

B. Transcrição de entrevista

Entrevista realizada no dia 20 de março de 2014, no Gabinete do Prefeito, na Prefeitura Municipal de Piranguinho.

Entrevista filmada, com duração de 00:48:30 h.

No primeiro momento a entrevista estava marcada para as 15 horas, porém houve um imprevisto e o entrevistado 2, necessitou adiá-la para as 16 horas, na mesma data.

Entrevistadora: E

Entrevistado: Entrevistado 2

E:

_ Entrevista com o prefeito de Piranguinho, senhor ENTREVISTADO 2. O senhor poderia começar falando sobre a sua formação, sobre a sua trajetória até vir a ser prefeito (ele ri e comenta: “Tem bateria aí, porque vai demorar umas dez horas. A entrevistadora ri também e diz: _ Nossa Senhora!”) Assim, em linhas gerais, qual é a sua formação e a sua trajetória até vir a ser prefeito Municipal de Piranguinho.

ENTREVISTADO 2:

_ Então, eu sou funcionário do Correio, né? Só há vinte e nove anos, fiz agora dia 11 de março e como serviço, né, como meio de vida sou funcionário do Correio, meu primeiro emprego. E a minha formação escolar, sou professor de História (ri), formado... Formei em 93, fiz História e depois fiz um complemento para Geografia também, né? Então sou professor formado em História e Geografia. Trabalhei como professor durante, acho que nove anos, oito ou nove anos, mas aí depois não deu mais por questão de tempo. É... 2001, eu passei a ser vereador, fui eleito em 2000, de 2001 pra cá comecei a ter vida ativa na política. Antes, apenas militava, era filiado a partido, mas vida ativa na política, mesmo de ação, de atividades assim, foi a partir de 2001 como vereador, 2001, reeleito em 2004, né? 2005 e em 2008... 2005, o Adoniran veio a ser prefeito de Piranguinho, do nosso grupo, do partido...

2008, eu não saí candidato e vim a ser secretário do ex-prefeito, né? Com o objetivo, lógico, a gente já tinha uma previsão, a gente já tinha uma programação, né? Pra, pra substituir o Adoniran depois do segundo mandato dele, então existia um certo consenso dentro do partido e aí, em 2008, eu fui para ser secretário do prefeito aqui, exatamente pra conhecer também como que é que era o poder executivo, antes era o poder legislativo, né, era outro lado, agora com poder executivo, eu fiquei secretário dele de governo dois anos e secretário de promoção social, dois anos. E depois, como já estava mais ou menos previsto, né? Mas o de ser eleito e dar continuidade à administração... Que de 2005 pra cá teve uma mudança aqui em Piranguinho, a gente reconhece. Não só nós reconhecemos que fizemos parte e fazemos parte na atualidade de um governo um pouco diferente dos outros. A gente reconhece, até mesmo a oposição reconhece que foi um trabalho, uma administração diferente, bonita, importante pro município, né? O município de Piranguinho teve um crescimento, um ganho, vamos dizer, de tudo, né? Em obras, em ações, em projetos que foram colocados, que fizeram diferença, fizeram uma marca nossa aqui na administração passada e a gente tem o objetivo de dar continuidade, aliás, é nossa obrigação (ri)... O projeto nosso de continuar dando essa continuidade nesse tipo de administração que a gente implementou, né? Implantou, implementou aqui desde 2005, então hoje como prefeito... Eu sinto essa obrigatoriedade, mesmo porque, obrigatoriedade porque é um projeto que deu certo, que fez uma diferença na vida da nossa população, na vida da cidade, na vida do município, né? Quantas coisas que passaram a fazer, que desde 2005 passaram a existir, e com a nossa administração, 2013 pra cá, também não tem sido diferente. Nós implementamos algumas ações que até então também... A administração passada, do Adoniran, não tinha... a gente colocou na área da Saúde, na área da Educação, alguns projetos, na área do esporte, escolinha de futebol, cultura. Enfim, nós vemos um aprimoramento, algo mais que mesmo tendo feito bastante, nós estamos fazendo algumas coisas além, né? Fora o corriqueiro mesmo, nosso, da administração que é comum, mas enfim, essa é a história que nos levou até o atual momento... De ser hoje aí o responsável pela administração da prefeitura. Eu não vejo assim, o prefeito como o “Deus” lá em cima, né? O único que pensa... Eu tenho feito uma administração juntamente colegiada, com os meus secretários, sabe? É... Dou total liberdade para os secretários e aí eu uso até um termo assim, que pode ser que alguns prefeitos nem gostam, mas eu prefiro, eu gosto desse termo, né? Que cada secretário é um mini-prefeito, sabe? É onde que as decisões, a preocupação de dirigir a sua secretaria, tem toda liberdade, precisa fazer e aí (dá risada, porque entra um secretário pedindo sua assinatura) a gente tem feito dessa forma, nessa parceria, porque eu vejo que a responsabilidade é de todos, é lógico que pra mim aqui, a assinatura, o... Vamos assim dizer, a finalização do trabalho acaba acontecendo aqui na minha mesa, na minha cadeira, na minha caneta, mas quem decide, quem executa no sentido de quem fazer, como melhorar, como ampliar, qual a responsabilidade da secretaria para com o povo, é o próprio secretário, né? Porque, óbvio, não tem como o prefeito estar em todos os locais, para implementar as ações importantes que têm que ser implementadas nas secretarias, óbvio que isso não existe, não tem como. Por isso, que eu já na minha fala com eles... Assim quando eu os chamei, eu colocava essa ideia, né? Da, da... Do secretário ser esse responsável, ou seja, hoje nós temos uma cooperação, uma cumplicidade, vamos assim chamar, no sentido

de cumplicidade em busca de algo maior, sermos cúmplices para executar um trabalho bem feito. Então esse trabalho, essa junção nossa aqui, entre o prefeito e os secretários, eu vejo como muito necessária, positiva e tem procurado fazer isso e eles têm sentido também essa facilidade. Têm toda liberdade de vir, discutir os assuntos... Da gente tomar as decisões, que a gente tem tomado em conjunto. Então é... Eu avalio como sendo bom! E é um jeito que eu sempre pensei que tem que ser, junto com os secretários dessa forma, as nossas decisões... E outra, as decisões, elas são tomadas aqui e o resultado vai para cada secretaria, por isso que eu vejo que o secretário é esse mini-prefeito, né? Porque é lá que ele vai executar... Ele tem a independência dele pra ver o que é melhor, o que é mais fácil, o que é mais importante, qual é a prioridade que tem que ser dada ali, nós trabalhamos dentro da administração, você trabalha com... Você pensa em fazer alguma coisa, mas aí dentro daquilo que você pensou às vezes, você tem que ver... “Ah, temos recurso pra fazer? Temos recursos tanto financeiros quanto recursos pessoais?”... “Ah, vamos implementar o projeto tal e aí, temos condições de fazer nesse sentido?”... Então, acho que essa avaliação, vem pra nós, dentro da administração como um todo, mas cada secretário tem ali a sua... O seu papel, a sua responsabilidade. Essa é a forma, o jeito que nós estamos tocando a nossa administração. Aqui no caso, o poder é Executivo, é onde que nós temos essa responsabilidade da administração do município, mas também temos uma parceria muito grande, muito boa com a Câmara Municipal, onde que mesmo tendo assim, vereadores de outros partidos, que não são da nossa base, não foram eleitos coligados com a gente, mas que a gente... Eu procuro ter esse bom relacionamento com a Câmara, aliás eu já fui acho que quatro ou cinco vezes lá na Câmara, pedi o espaço da Câmara para conversar com eles, para explicar alguns assuntos, alguns projetos que a gente lançou, fazer uma prestação de contas... Nós fizemos lá... No caso nosso da viagem que fizemos pra China, nós fizemos essa prestação de contas pra eles, né? Então, eu avalio como sendo muito positivo, né? Pelo menos na minha parte é. E a gente vê é lógico as opiniões dos vereadores, a gente sabe que há as questões políticas, os partidos políticos que é... São diferenciados... O modo de pensar, as visões políticas, partidárias são diferentes. Eu sempre procuro levar o lado, a questão do município, que eu tenho que dar uma satisfação daquilo que tem que ser feito para o povo. Até nos meus discursos eu costumo falar, né? A nossa parceria executivo – legislativo é pra cuidar do povo, é pra cuidar do município. Isso acho que tem que ser.

E:

_ Então, mesmo tendo oposição é possível esse diálogo?

ENTREVISTADO 2:

_ É possível o diálogo. Até hoje eu não tive nenhum problema assim com relação à aprovação de projetos, todos os projetos que a gente enviou foram aprovados, por isso eu avalio que sempre foi assim de fácil relacionamento. Porque eu acredito que os vereadores

também têm essa visão. É lógico que, em determinados momentos, determinados assuntos, alguns têm mais... Uns posicionamentos mais radicais, outros menos radical, mas no sentido de ir mais além do que às vezes num simples consenso, procuro avaliar posições, mas eu avalio como sendo natural, né? Mesmo porque eu já tive essa experiência, eu já vivi isso, eu fui vereador de oposição, vereador de situação, então eu já vivi os dois polos tanto sendo oposição, quanto sendo é... vereador de situação, né? Eu sei que o papel do vereador é esse... É de estar ali, é discutir os assuntos, discutir os projetos, fazer as indicações, fazer as cobranças, então pra mim é sempre positivo isso, quando isso acontece, né? Por isso que, considerando e valorizando o trabalho no legislativo, eu já fui várias vezes lá, é... Fazer explanação ou fazer uma fala, apresentar algumas informações, que eu considero importantes! E estar aberto pra eles, que queiram chamar para alguma conversa, pra outros assuntos, pra explicar outras coisas, alguns projetos que às vezes têm dúvida... Nunca me chamaram, eu que me ofereci para ir, mas se chamar também, estou aberto pra fazer isso. Então, ou seja, é... Esse lado da administração enquanto executivo, depois enquanto... É... Juntamente com o legislativo, acontece isso também, né? E uma prática que eu acho que é interessante a gente tocar no assunto, né? É... Desde o início, desde a administração do prefeito Adoniran e aí nós continuamos fazendo isso, é... Fazendo... Trazendo a população pra participar de uma forma que nós chamamos de Orçamento Participativo, isso a gente... Nós criamos, o Adoniran criou isso no início da administração, manteve em todos os anos e a gente também tem essa proposta, no sentido da valorização daquilo que o cidadão, daquilo que a população também pensa ou reivindica... Então nós temos essa forma de administrar, eu acredito que seja uma forma diferenciada das demais... Dos outros municípios do tamanho nosso ou maiores, de acordo com as nossas características, né? Eu acredito que na região nossa aqui... Brazópolis, que eu tenha conhecimento, só Brazópolis... Piranguinho e Brazópolis que fazem as reuniões do Orçamento Participativo. Esse ano, perdão, ano passado, 2013, nós fizemos dezenove reuniões, dezenove setores do município, pra chegar, pra fazer a nossa prestação de contas, mas também de ouvir a população ali e é... Fazendo algumas reivindicações, algumas cobranças, algumas colocações... Isso pra nós é o ponto de vista, porque as coisas acontecem e acontecem pra quem? É pra população, né? São eles que são os destinatários das nossas ações e aí, isso a gente... Eu acredito que o orçamento participativo serve pra isso... Embora ainda não tenhamos ainda uma participação maciça, né? A nossa população ainda não aprendeu, mesmo já há nove anos... 2005, vai fazer nove anos, temos oito anos, nove anos, esse tipo de atividade, nós não temos ainda uma, vamos assim dizer, uma consciência de participação, né? Às vezes você vai num bairro, tem lá dez, quinze, nós tivemos num bairro, que tinha quase sessenta pessoas, mas tinha bairros, que tinha dez, pouco, cinco, oito pessoas, né? É lógico, às vezes o bairro é pequeno mesmo, mas acontece de ter isso.

E:

_ E como a gente poderia definir isso... Essa participação, por exemplo? É... Nem sempre aparecem muitas pessoas, mas as que aparecem, qual a qualidade da participação?

ENTREVISTADO 2:

_ Aquele negócio, quando vai é porque quer, né? Porque não é obrigado, não é... Não foi convocado, né? Foi convidado... Então eu avalio muito, muito positivo e aí nós tivemos sim esse ano, né? E nos outros anos também, quem vai, vai participar, às vezes vai cobrar, chega ali, espera o momento pra cobrar uma ação... “Ah, a saúde, está precisando fazer uma visita, está acontecendo isso, acontecendo aquilo...” O setor rural, que às vezes, reclama das estradas rurais, que é que o nosso... A administração tem uma preocupação permanente, mas a população também tem uma cobrança permanente. Mas sempre tem... Então, ou seja, eu avalio como sendo positivo, né? A partir do momento que você cobra ou que você dá ideia, ou que você elogia, você tá participando, né? Se você tá cobrando é porque a sua visão, é que aquilo tá precisando de uma ação, de uma reação, vamos assim dizer, por parte da administração. Eu avalio como muito positivo isso, né? Porque tá me ajudando a levar ou melhorar os serviços que eu tenho prestado, levar onde não tem e melhorar onde já tem. Igual na zona rural... Fala às vezes da estrada rural ou que precisa ter mais é atendimento médico, então eu avalio como sendo positivo.

E:

_ E dentro dessa participação, as pessoas apresentam um olhar assim para o coletivo? Ou ainda é muito pensada a questão individual ou mais próxima de quem está pedindo?

ENTREVISTADO 2:

_ Eu acredito que tem que equiparar, não é tanto assim essa visão coletiva... Dessa sim, da visão coletiva, de uma cobrança às vezes, pra uma comunidade, no sentido de ter um espaço onde todos podem usar, melhorar esse espaço pra usar, mas fica muito assim... “Ah, porque em frente à minha casa, a estrada em frente à minha casa ou a rua em frente à minha casa”, sabe? Embora a rua, ela é coletiva, né? A estrada é coletiva, mas acaba ficando assim esse lado, acaba ficando... “Eu fui no médico, faltou médico...” Então, ou seja, é lógico que faltou médico, não atendeu só uma pessoa, não atendeu só aquela pessoa, atendeu outros, mas a gente tem que perguntar... “Espere aí, faltou médico ou faltou um dia, ou a falta de médico é permanente?” Então a gente tem que levar em questionamento, por isso que eu avalio como sendo também tanto a questão particular, nós já tivemos pessoas que fizeram essa fala, mas por outro lado tem aquela pessoa que leva pro lado bom... “Eu fui bem atendido, eu quero agradecer porque fui bem atendido”... Mas aí tem uma questão também, né? Que mostra, se ela foi bem atendida, então talvez não foi só ela que foi bem atendida, talvez é um processo de bom atendimento pra todo mundo, talvez ela teve a coragem de falar, agora, a minha preocupação é assim... “Ah, eu fui mal atendido...” Saber se só ela foi mal atendida ou se esse mal atendimento se reflete pra outras pessoas, por isso essa preocupação aí, mas eu vejo e avalio como sendo dos dois lados. É mais coletivo do que individual, mas tem sim... A gente

não pode deixar de dizer que não tem o lado individual, porque tem sim, sempre tem. Tanto pra cobrança, ou às vezes, pra agradecer, tem o lado sim.

E:

_ Há um registro assim, oficial desses orçamentos? Por exemplo, isso é escrito, é registrado?

ENTREVISTADO 2:

_ Exato, exato. Em todas as reuniões de orçamento, nós temos uma pessoa, nós temos uma ata onde que a gente pede pra pessoa... Tem a assinatura, a lista de presença, tem a... É uma ata daquilo que aconteceu e apresentando até as reivindicações, né? Quando coloca os pontos necessários de alguma solicitação, de alguma cobrança, de algum pedido comunitário, até mesmo pedido pessoal, a gente anota tudo lá... Nós, nós... A gente chama de orçamento porque é dentro do nosso orçamento.... Mas nós não quisemos dentro desse ano, nós não quisemos fazer (pergunta se quero que feche as janelas por causa da chuva forte, nós nos levantamos e fechamos as janelas)... Então dentro dessa questão, como eu disse, a gente procura fazer esses registros e aquilo apresentado lá acaba... O que a gente for fazer, vai incidir sobre o nosso orçamento, por isso que a gente faz o orçamento participativo. Nós tivemos, em outros momentos, na administração passada... Nós tivemos vários tipos de reuniões de orçamento participativo. Nós tivemos momentos lá onde que a gente tinha até valores... É... “Nós temos valor X no nosso orçamento, nós podemos utilizar com essas atividades...”. Atividade tal... Aí nós chegamos até a colocar... O bairro tal vai ter o valor X para a ação aqui, só que eu acho assim, quando a gente faz essa definição, pra aquelas pessoas que não entendem, né? Porque o orçamento é fictício, ele não é real no sentido de você ter o dinheiro ali e aquele dinheiro você já vai pegar e vai usar, ele não é assim, né? E se a gente dá essa ideia, algumas pessoas que não entendem, dá a impressão que... Já teve situações, infelizmente teve isso que teve pessoas que falaram... “Ah, não, o bairro fulano de tal tem 20 000 reais para usar”. Então ele ficou aguardando pra usar esses vinte mil reais lá no bairro tal, né? Quando a gente quis por valor e aí pra que as pessoas pudessem entender, era mostrar que aquilo que fosse feito ali, às vezes um aterro na estrada, um cascalhamento, ele poderia chegar até nesse valor, às vezes podia até ultrapassar, mas dentro de um valor global que nós tínhamos para o município todo, ficava definido que naquele bairro ia ter aquele valor, lá... Exemplo: vinte mil reais. Mas não necessariamente nós iríamos levar 20 000 para aquele bairro. Porque isso não tem como fazer... Às vezes acaba pensando assim... Aí depois disso, a gente mudou esse tipo, esse tipo de reunião de orçamento participativo, esse ano nós fizemos dessa forma, né? Prestação de contas, de levar as informações de tudo o que a administração fez de trabalho e que usou o orçamento dela, né? Então eu dei a ideia assim, eu vou lá informar nossa população de que o nosso orçamento está sendo usado dessa, dessa, dessa e dessa forma, né? No que nós usamos? É lógico que nós fizemos um resumo bem grande... É... Muito difícil você apresentar tudo em curto tempo... Pra você ter uma ideia, as reuniões

duravam duas horas, uma hora e quarenta minutos, duas horas e não dava pra fazer nada... No slide, apresentando no slide, ainda era pouco tempo... Imagina se a gente for apresentar mesmo tudo, tudo, tudo, acaba por ser inviável pelo tempo que você tem com a comunidade. Você vai numa reunião, já são duas horas. Em duas horas de reunião bem grande, você já vai com a população à noite, população... A grande parte foi no setor rural, né? Das dezenove, dezesseis foram na roça, porque nós temos três setores urbanos, então você chega ali, a pessoa já está cansada, já trabalhou, então não tem jeito de fazer uma reunião prolongada, nem de estender muito, os assuntos são muitos, então a gente acabou filtrando, mostrando mais assim, os pontos mais positivos, mais relevantes, de maiores investimentos, de maiores ações que o município fez, dentro da questão orçamentária e aí, ao mesmo tempo, naquele momento ali, a comunidade tinha esse lado de apresentar as reivindicações que às vezes eram coletivas, e às vezes não eram tão coletivas assim, mas que apresentavam também.

E:

_ Então eu acho que a gente podia até emendar a sua fala a respeito da participação com essa ideia de poder local. Há uma questão que eu fiz que pergunta: qual seria a ideia de poder local que perpassa as concepções de quem está no momento, em uma posição de comando, na administração pública do município? Você já até falou um pouco no início sobre essa questão, falando das decisões colegiadas e agora da participação popular também. Gostaria de esclarecer um pouquinho mais? Qual é a concepção de poder local?

ENTREVISTADO 2:

_ Eu, às vezes, nós temos muita gente que tem a visão do... Acho que veem o prefeito e acham que o prefeito é “Deus”, né? Nós temos muito disso na população nossa ainda, não por, por... Tem a questão do respeito, lógico que tem, mas nós temos muito essa visão, né? É o maioral, é o grandão, é o que está acima de tudo, né? Eu acho quando as pessoas têm isso, por respeito, ou por cultura, acaba distanciando aí e isso é ruim, porque as pessoas às vezes ficam com essa dificuldade, quando você sente afastado, ou longe de alguém, você tem dificuldade de falar, tem dificuldade de cobrar. Deus me livre, um negócio desses, eu não quero, não tenho essa visão, sabe? Mas essa visão de poder pra mim é essa, por isso eu valorizo muito, até porque a gente foi assim, cresceu nessa visão, né? Acompanhando a participação de movimentos populares, partido político, visão da igreja, movimento religioso popular e lendo, conhecendo, a gente levou mais pra esse conhecimento, então eu particularmente, a minha formação acabou ajudando nisso, essa visão assim, uma coisa mais natural, mais popular, estar no meio do povo, não no sentido de ser populista, mas de ter aquela facilidade das pessoas de irem até você, de conhecer, né? Eu acho que eu tenho essa concepção, essa visão aí, aliás, essa prática porque pra mim, é assim que eu sou, assim que eu faço, assim que eu vivo.

E:

_ Eu penso que uma outra pergunta aqui, caberia também na continuidade do que a gente está conversando. Há formas particulares de buscar a valorização local em detrimento a uma sociedade que tenta massificar, globalizar?

ENTREVISTADO 2:

_ Então, eu acho que chega até a complementar um pouco isso que a gente falou, chega a ser, né? Porque se a gente tem essa prática mais assim, mais acessível, mais chegando até às pessoas, através Eu citei o orçamento participativo, mas a gente tem várias outras reuniões, tem as reuniões dos conselhos, ou seja, os conselhos também são uma forma de participação dentro da administração, né? Então, com essa prática eu acho que ela se torna um pouco diferenciada dessa massificação, ou dessa globalização assim em que trata, eu acredito assim, que trata de forma mais impessoal, né? A forma como nós trabalhamos, dessa forma de você estar indo nos bairros, fazendo reunião, participando dessas reuniões das associações, quando tem, é... Valorizando as reuniões dos conselhos e ouvindo os conselhos públicos e populares que a gente tem dentro de cada secretaria. Isso é uma forma... Eu acredito, um pouco diferenciada, né? Onde você tem uma cidade, às vezes uma cidade grande, onde não tem essa facilidade de fazer ou até mesmo cidade ou município grande que não tem facilidade de fazer ou os municípios pequenos, mas que não “faz” isso, que é uma grande parte, que não faz... Eu conheço, conheço um monte de prefeito da minha região, da nossa região aqui, que a gente tem contato, tem convívio e é um pouco diferente disso que acontece aqui, até nas conversas, né? Acaba acontecendo, “tem” prefeitos que têm dificuldades de fazer uma reunião no bairro... Já “tem” prefeitos que têm mais facilidade... O orçamento participativo que eu conheço é só mesmo Brazópolis e Piranguinho, mas tem prefeitos que fazem reuniões, fazem outros tipos de avaliação, “vai no” bairro ouvir as pessoas, não dentro do nome orçamento participativo, mas vai. Mas eu conheço muitos prefeitos que não. É ele que tá lá no gabinete, é ele que decide, né? Até por fala, conversa de pessoas, a gente chega a conhecer... No dia a dia, no relacionamento, a característica que passou a ser normal agora para nós, é o convívio entre vários prefeitos, isso facilitou a gente ver e avaliar, né? Porque na conversa do, do, do encontro ali que você tem para vários motivos, seja num encontro e uma associação, na AMASP, na reunião de municípios, seja no encontro dos partidos, seja no encontro de diversão, você acaba conhecendo, conversando com as pessoas e vendo a forma que a pessoa pensa, no jeito que ela tá fazendo lá no seu município, né? Aí hoje a gente tem aí relacionamento com dez, quinze, vinte prefeitos, quase que todo mês e a gente tá sentindo é isso. Então, eu acredito que a nossa administração aqui, ela tem uma característica um pouco diferente de outras administrações, né? Não digo melhor, mas diferente de outras administrações, na forma de governar, na forma de atuar, na forma de executar os trabalhos, então eu acredito que tenha sim, de acordo com isso que você falou aí.

E:

_ Certo! É... Meu trabalho gira em torno da questão do desenvolvimento de cidade pequena. Então eu peguei é... Qual seria a concepção de desenvolvimento numa cidade de pequeno porte? Piranguinho é uma cidade de pequeno porte, né? E essa concepção de desenvolvimento aliada à concepção de sustentabilidade também. Então uma questão que eu avaliei é... Piranguinho é um município pequeno e muito jovem... O que me intriga? Há uma diferença no pensar desenvolvimento aqui? Ou a tendência é seguir o que é colocado até por essa ideia de mundo globalizado mesmo? Dá a impressão que há uma ideia geral pra todos, mas aí a minha pergunta é... Há uma concepção diferenciada no município pequeno? Qual seria essa concepção de desenvolvimento aliada à ideia de sustentabilidade?

ENTREVISTADO 2:

_ Então, é... Quando a gente fala de desenvolvimento... O município pequeno... Ele, ele tem poucas condições de ajudar no desenvolvimento... O que seria ajudar no desenvolvimento? (Ele pergunta)... Ah, vamos criar um... (Piranguinho não tem)... Vamos criar um distrito industrial, pra que venha indústrias pra cá, pra fazer... Pra ajudar no desenvolvimento... A gente liga desenvolvimento com riqueza, com geração de riqueza... Desenvolvimento com geração de riqueza, aí pro município pequeno, igual Piranguinho, hoje Piranguinho não tem... Um distrito industrial onde possa oferecer ali galpões ou implementar uma ação, que venha indústrias, dentro dessa ação essas indústrias podem fazer, gerar riqueza, gerar desenvolvimento, nós não temos isso, mas a questão do desenvolvimento junto da sustentabilidade, eu vejo que algumas ações nossas acabam ajudando. Eu vejo isso, né? É, um exemplo, Piranguinho hoje tem, implantou já na administração passada e hoje nós estamos melhorando ainda mais, a questão da coleta seletiva, né? Que eu acho que vem de acordo com o desenvolvimento e ligado à sustentabilidade, onde que nós queremos preservar a natureza, queremos desenvolver, mas preservando a natureza levando o lado social, o lado social também sendo atendido, não sendo uma coisa que suga as pessoas, tiram a riqueza, mas não dá nada em troca, né? Eu não sei se a gente pode dar essa visão assim dentro dessa questão do desenvolvimento, mas pra nós, eu avalio como sendo um desenvolvimento assim característico nosso, de município pequeno mesmo e de município de Piranguinho, porque às vezes tem um município pequeno igual ao nosso, pequeno no sentido de tamanho, que às vezes tem oportunidade, tem condições, tem espaço geográfico, que favoreça “vim” mais indústrias ou que tenha recurso, que possa aplicar mais, porque nós temos uma característica, acho que é importante. Da nossa associação da AMASP, Piranguinho é o segundo município maior, primeiro é Itajubá, segundo é Piranguinho, de número de população, terceiro, Delfim Moreira, nós temos mais população do que Delfim Moreira. Mas somos o dobro da população de São José do Alegre, né? Somos três vezes mais a população de Wenceslau Braz, são municípios iguais ao nosso e aí, talvez esses municípios um pouco menores do que o nosso, tenham mais condições de oferecer espaço ou condições no sentido financeiro de aplicar recursos para que indústrias possam “vim”, porque sobra mais dinheiro, porque o valor que nós recebemos do governo federal, o FPM, o município de Piranguinho.. O valor que Piranguinho recebe é o mesmo valor que Wenceslau Braz recebe... É 0.6% do FPM, esse é um

cálculo que eles fazem lá, ou seja, Piranguinho hoje, no censo de 2010, nós tínhamos 8.016 habitantes, hoje deve estar com 8.200 mais ou menos (acena com a mão), eu creio, 8.000, Wenceslau Braz tem acho que 3.000, não sei, é mais ou menos isso. E o recurso que vem pra Piranguinho, vem pra Wenceslau Braz, então supostamente, sobra-se mais dinheiro em Wenceslau Braz, porque nós temos mais população pra ser cuidada, temos mais equipes do PSF, porque temos mais população, temos mais transporte escolar porque temos mais alunos, temos mais gastos com professores, com funcionários, porque tem que atender mais, então obviamente que vai sobrar menos dinheiro para ser investido assim na facilidade de recurso, de áreas para que indústrias venham, então às vezes pode acontecer isso. Mas Piranguinho na característica mesmo, nessa dificuldade de ter geograficamente falando, Piranguinho não tem um espaço assim geograficamente, geografia nossa não ajuda muito, nós estamos dentro de um vale, né? Próximo à cidade nós não temos assim é... Espaço específico pra fazer um, um distrito industrial, pra favorecer a vinda de indústrias pra gerar riqueza e desenvolvimento, nós não temos espaço pra isso. Não temos condições de comprar e não tem espaço pra ser comprado, porque a nossa geografia não ajuda, não favorece tanto. Mas aquilo que nós temos, eu acredito que tenham algumas coisas voltadas para a questão do desenvolvimento sustentável... A valorização das pessoas... Eu acredito hoje, é... Aquilo que gera riqueza aqui... As indústrias de pé de moleque, que é uma característica nossa, as pequenas indústrias, que nós temos aqui, fábricas de, nós temos hoje fábrica de produtos eletrônicos, né, que, que, eu acredito que é voltado pra essa visão, temos uma empresa que se instalou recentemente... A Minastrac que tem essa visão, sabe? De trabalhar com a questão da sustentabilidade, está começando agora, mas conheci, estive lá visitando eles, eles apresentaram esse conceito, as pessoas inclusive, os sócios... Tem um sócio que é formado dentro dessa área de economia, tudo, tem essa visão, mas nós, o poder público, ajudando o desenvolvimento voltado para a questão da sustentabilidade, eu acredito, nós temos pouca influência, né? Mas naquilo que nós fazemos eu acredito que tenha ajudado, que é a questão da reciclagem, da coleta seletiva, que nós implantamos até pro município todo. É uma geração de renda, a reciclagem gera renda, tanto para quem coleta, como também para o próprio município, que deixa de pagar uma taxa onde que nós colocamos o lixo, né? No aterro sanitário, tem a questão da, da, acho do CODEMA nosso hoje, é um órgão que ajuda na questão da sustentabilidade (pede licença e atende o telefone).

E:

_ Há a possibilidade de se pensar o desenvolvimento local de uma forma diferenciada, tendo-se como objetivo a qualidade de vida? Como seria isso?

ENTREVISTADO 2:

_ Eu vejo essa questão nossa do desenvolvimento como forma de, o desenvolver como forma das pessoas, é... Receberem oportunidade ou receberem algo q vai ajudar elas nesse

desenvolvimento, que a questão de crescimento econômico, desenvolvimento da vida no todo, né? É... Hoje a nossa administração tem essa visão e nós já tínhamos antes, até mesmo como secretário... Eu fui secretário eu desenvolvi algumas ações, algumas atividades dentro da secretaria que buscavam essa qualidade de vida, dentro desse desenvolvimento e dentro dessa qualidade de vida. Quando eu fui secretário de governo, nós implantamos um serviço, que agora nós vamos retomar, só não tenho uma pessoa pra fazer, mas nós tínhamos um trabalho voltado para o desenvolvimento rural sustentável, o DRS e aí, esse desenvolvimento sustentável rural dentro da secretaria de governo, eu pude implementar um trabalho com os proprietários rurais, buscando dar apoio juntamente com a parceira com uma faculdade de Itajubá de Veterinária, nós levávamos veterinários para dar atendimento aos produtores, sabe? Uma coisa que eu fazia, até mesmo particular, eu pegava o carro, pegava o veterinário lá, levava, mas porque às vezes faltava gente, era bastante alunos, professores, médicos, nós tínhamos essa visão de dar esse apoio, né? Como secretário de promoção social depois, a gente procurou implantar também essas atividades lá no setor da, da promoção social, levando atividades nos bairros, nós tomamos até o DRS, Desenvolvimento Rural Sustentável, que era uma parceria entre a administração que nós fizemos, o Banco do Brasil, a FEPI, o Sindicato Rural e essa parceria. O lado de lá encerrou e aí, nós não conseguimos... Na minha administração eu não consegui ainda levar esse mesmo tipo de atividade pro setor rural, porque na administração passada tinha eu, esse ano eu não tive, eu tenho ainda que arrumar uma pessoa pra poder estar fazendo isso, né? Tínhamos também o engenheiro agrônomo, que dava um apoio, que era o Alexandre, que não está mais com a gente, né? A gente pode fazer, mas dentro da questão da qualidade de vida, eu avalio que o que o poder público pode fazer e a gente pode oferecer para esse crescimento, pra esse desenvolvimento voltado pra qualidade de vida, é nós oferecermos esse serviço, atendimentos, que complementam isso, que facilita essa qualidade de vida, eu acredito, né? Onde que a gente tem um melhor atendimento na saúde... Esse ano nós implantamos o NASF, que pra mim é melhoria na qualidade de vida, sabe? Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Nós contratamos cinco profissionais, esses profissionais hoje estão trabalhando com a população... É fisioterapia, atividade física, promoção social, assistência social, nutricionista e psicólogo. Você oferecendo isso para a população, de forma... A população tendo acesso a isso, isso pra mim, é qualidade de vida. É o que o município pode oferecer, né? É... Melhorando o atendimento voltado pra questão da saúde, na educação a gente tem os trabalhos, os projetos sociais, perdão, os projetos de artes escolares dentro da escola, que vêm oferecer aos alunos não só a formação pedagógica... Não é uma obrigação pra fazer, mas também é uma formação voltada pra outras áreas, formação pessoal, eu acredito que isso pra mim, vem a melhorar a qualidade de vida e na nossa administração a gente ampliou isso, aumentando o número de profissionais, colocando professores de Educação Física que até agora não tinha, colocamos, aumentamos o número de coordenadores, diretores, ou seja, ampliamos o atendimento na área da educação pra fazer com que nossos alunos e os pais dos nossos alunos também, através de seus filhos, possam receber algo mais e aí, com isso, tá aumentando, tá ampliando a qualidade de vida. Eu vejo isso no setor da promoção social também, onde os grupos... É... Aumentaram esses grupos de convivência e as atividades oferecidas a eles dentro da questão da saúde, mas tem o convívio,

né? Inclusive o Julio tem um trabalho que eu considero muito importante aí nessa questão da interação, né? Do grupo de interação. Levando atividade física, ampliando essa vontade de melhorar a questão da saúde, que também é atividade física, isto é uma saúde... Pra mim, isso é qualidade de vida, sabe? Eu entendo como sendo qualidade de vida. O município não tem assim recursos pra gerar riqueza enquanto crescimento, de riqueza, de geração de riqueza pros munícipes, mas tem ofertado para esses munícipes oportunidades de ... na sua prática, na seu dia a dia estar melhorando a qualidade de vida, né? Eu avaliei como sendo bastante positivo isso. Na área de saúde, perdão (balança a cabeça) na área de esporte, nós criamos uma escolinha de futebol para as crianças, que eu considero muito importante também, crianças de sete a dezessete anos, crianças e adolescentes, né (corrige)? De sete a dezessete anos nós trabalhamos... E o ano passado que foi criado, esse ano tá retomando já essa semana, mas ano passado, nós tínhamos em torno de mais ou menos cinquenta crianças e adolescentes mais ou menos ali na faixa... Meninas e meninos que recebiam esse atendimento... Até então nunca existiu isso aqui, de forma oficial, é... De forma diária, permanente... Por isso o nome... Escolinha de Futebol Permanente, porque até então antes nós tínhamos os voluntários, que iam trabalhar com as nossas crianças, ensinar futebol, era uma atividade física que gera questão de saúde também e aí esse ano nós colocamos, contratamos um professor específico pra isso, pra trabalhar a questão do futebol, mas também trabalhar a disciplina, a vivência social... Nós pedimos a ele pra que trabalhasse essa visão também e aí, tivemos, graças a Deus essa... A... Concretização desse trabalho, na realização de uma competição esportiva, onde nós convidamos seis cidades, foi muito bonito... a Copa Interação. Fechou o trabalho da escolinha, realizando uma copa. Então, essas ações que falei da saúde, da educação, da promoção social, da cultura, né? Do esporte, que a gente tem... Pra mim é... Eu vejo como oferecendo e ampliando essa qualidade de vida, começando com as nossas crianças, nossos adolescentes e pegando também os adultos, né? Não é geração de riqueza, que a família possa ampliar a renda financeira, material, mas está dando a ele a oportunidade no sentido da educação, da saúde, da prática esportiva. Aí praça esportiva nós temos também ... dos adultos, do Move Mente, do grupo Interação, que o Julio cuida e até desses movimentos aí dessas atividades... Então eu avalio como sendo responsabilidade do município isso que a gente tem executado na qualidade de vida e como objetivo também, como prática e objetivo nosso de permanecer com isso, né? Aliás, nos nossos planejamentos, a gente coloca essas ações como sendo prioritárias pra poder desenvolver. Nesse ano, quando nós fomos fazer o planejamento... E o projeto de Artes, vamos continuar? Como é que é? Porque isso tem um custo, né?

E:

_ Sim.

ENTREVISTADO 2:

_ O projeto de Arte tem um custo, os professores têm um custo. Então, como o recurso é pequeno, nós vamos ter que, às vezes tirar de um lugar pra colocar no outro, pra poder executar as obras. Eu avalio como qualidade de vida e geração também, um pouco de geração de riqueza, como eu mesmo tinha falado lá atrás, a coleta seletiva, né, hoje. Hoje ela pra nós aqui tem uma importância muito grande. No entanto, a gente tá até melhorando o local onde nós vamos colocar o funcionamento da reciclagem. Estamos criando um novo ambiente, levando energia que até então eu não tinha pra ir pra lá alguns equipamentos, que consideramos bastante importantes, né? Prensa, Esteira, balança eletrônica, caminhão para reciclagem, que a gente conseguiu junto da FUNASA obter esse recurso, vai chegar agora e nós vamos oferecer isso pra nossa população. Eu acredito que vai ajudar, vai melhorar, vai ampliar... Tem a coleta seletiva, né? Nós implantamos coleta seletiva rural... Eu acho que essa questão do lado sustentável também, de crescimento sustentável. Enfim a qualidade de vida que eu vejo é voltada pra isso, aí eu.. a administração pública, o poder público, tem a oportunidade.. Nós temos oferecido isso para os nossos municípios. Para nossa população aí

E:

_ E a última pergunta é... Se há uma preocupação em se destacar o município a partir de uma identidade construída?

ENTREVISTADO 2:

_ Piranguinho hoje, nós temos uma identidade, né? Que já há algum tempo nós viemos é... E estamos ainda em construção ainda, mas a gente vem construindo, né? Eu acho que isso serve de destaque, sim, eu acho... Acho não, é a realidade... Piranguinho se destacou na nossa região aí, tanto pela questão da qualidade de vida, né? Como nós falamos anteriormente, Piranguinho não é um centro de desenvolvimento econômico, né? Hoje nós trabalhamos voltados é... A nossa vida dentro de Piranguinho, nós temos assim... Bastante pessoas que hoje moram em Piranguinho, porém trabalham e produzem riqueza em outras empresas que estão fora de Piranguinho, no caso a grande parte em Itajubá, né? Mas as pessoas vêm morar em Piranguinho porque sentem o ambiente aqui, o espaço agradável, com facilidade, eu acho que podemos dizer com qualidade de vida, né? Com segurança... O que nós ofertamos a eles, dentro da questão da saúde, da educação, como eu já disse, satisfazem as suas famílias, então buscam a qualidade de vida em Piranguinho, senão poderiam continuar morando em Itajubá, né? E hoje, o que nós vemos em Piranguinho, um “boom”, podemos dizer assim de crescimento, de imobiliário, de loteamentos, nada mais é do que pessoas que vão “vim” morar em Piranguinho, mas que continuam trabalhando nos seus locais tipo Itajubá, né? A grande parte das pessoas que hoje compram lotes em Piranguinho e estão construindo, elas estão vindo de fora, pra morar em Piranguinho, mas para continuar trabalhando, produzindo riqueza lá. Mas pra que morar em Piranguinho? Porque a qualidade de vida aqui eu avalio como sendo boa. Por isso estão vindo pra cá.

Mas a característica nossa dentro desse lado pra gente poder destacar é o nosso próprio nome, né? Que levou o pé de moleque, que levou à nossa fama, ao nosso conhecimento e que não deixou de ser geração de riqueza... Nós podemos citar, é, é... Há uns oito, dez anos atrás, a produção do pé de moleque de Piranguinho era cada um pra si, né? Tinha cada um fazendo a sua produção na sua barraca, até mesmo com disputa ou rivalidade entre si, né? Com a entrada da administração anterior, prefeito Adoniran, houve a criação do núcleo de produtores de pé de moleque, onde se juntaram através da administração, que chamou essas pessoas para conversarem, juntou e criou o núcleo de produtores. E através do núcleo, chamou o SEBRAE pra dar instruções, pra informar, pra dar conhecimento, pra melhorar a produção. De 2005, 2004 pra cá, oito, nove, dez anos, o crescimento, a melhora na produção do pé de moleque nosso gerou muito mais riqueza, né? Tinha até então, na época nós tínhamos lá um produtor que tinha dois ou três funcionários, hoje tem produtor que tem vinte funcionários, produzindo enormemente, uma quantidade de pés de moleque. E o pé de moleque pra nós, é a nossa característica, é a marca nossa de Piranguinho, na fama, mas também na produção, né? Por quê? Nós queremos valorizar aqueles que produzem pra manter o nome de Piranguinho, valorizar no apoio que a administração dá, né? Na própria organização que eu acabei de falar pra você e nas festividades que a gente faz, comemorando a festa do pé de moleque, ou seja, fazendo marketing para que esse doce possa ser cada vez mais conhecido, cada vez mais conhecido, ele possa ser cada vez mais consumido, né? E ao consumir cada vez mais, está produzindo mais riqueza, gerando mais recurso para o município, mais emprego. Então, né? Eu acho que essa característica nossa, ela pode ser destacada, né?

E:

_ Sim, como uma identidade.

ENTREVISTADO 2:

_ Como uma identidade nossa, né? Eu acho que é a maior identidade, Piranguinho, não deixa de ser. E isso foi fortalecido, né? Ela foi criada há bastante tempo atrás, mas vem sendo fortalecido ultimamente, né? Nós criamos uma festa pra divulgar o nome, né? Criamos um marketing, não deixa de ser marketing, né? A festa do Maior Pé de Moleque do Mundo e tenha mais consumo, produção, que levou Piranguinho na região ou nacionalmente, ou internacionalmente. Eu levei pé de moleque lá pra China (ri).

E:

_ Olha (ri também)

ENTREVISTADO 2:

_ Não podia, mas levei.

E:

_ Então, eu gostaria de agradecer a sua participação na entrevista, né? Vai ser de muita valia pra mim, o meu trabalho precisa disso. Foi muito importante essa fala, porque vou juntar a sua fala com a de outras pessoas e fazer uma análise disso. Então, é um trabalho científico, eu preciso dessa colaboração. Muito obrigada, viu?

ENTREVISTADO 2:

_ Isso aí é tranquilo (sorri).

C. Transcrição de entrevista

Entrevista realizada no dia 08 de maio de 2014, na casa do entrevistado 3. Essa entrevista conta a participação da entrevistada 4.

Entrevista filmada, com duração de 01:22:35 h.

A entrevista foi feita em dupla, pois, segundo a entrevistada 4, sempre houve uma equipe trabalhando junto, uma equipe que pensando em conjunto, as questões relativas à administração municipal, tomava decisões coletivas. Essa equipe já estava organizada antes mesmo da campanha eleitoral.

Entrevistadora: E

Entrevistado: Entrevistado 3

Entrevistada: Entrevistada 4

E:

_ Entrevista com o ex-prefeito de Piranguinho e a ex-secretária municipal de Educação. Em um primeiro momento eu gostaria que vocês falassem um pouco da sua formação, certo? A formação de vocês até chegarem ao ponto da gestão municipal, certo? E no caso da entrevistada 4, seria até chegar à Secretaria Municipal de Educação, que no início era uma secretaria bem mais ampla, só depois que houve a separação é que ela ficou somente como secretaria de Educação. Então, gostaria que se sentissem livres para poder dizerem um pouco sobre a formação de vocês.

ENTREVISTADA 4:

_ Eu começo? Primeiro as damas?

ENTREVISTADO 3:

_ É, a voz das mulheres.

ENTREVISTADA 4:

_ Então, eu sou professora de Matemática, eu fiz Colegial, não fiz Magistério, depois entrei pro Magistério, né? Gostei da ideia e fiquei. No quesito, assim, profissão. A minha formação vem de grupos de comunidades, desde a adolescência já fazia parte do Clubinho lá na igreja, depois de movimentos de juventude, depois inventamos uma equipe que nós chamávamos de “Equipe de Serviço” que fazia um trabalho na área rural, né? E esse trabalho era ligado às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), então era a Teologia da Libertação, a proposta da Igreja, pra organizar a sociedade. Então, no ponto de vista da Igreja, o Viver Bem vem através da organização social com oportunidades, espaço, voz, pra todo mundo. E daí a gente tinha um grupo de mulheres, um grupo de estudo, um grupo de organização nos bairros, um círculo bíblico que a gente rezava toda semana, nas comunidades, nos bairros, nos bairros da cidade, então era um tempo de leitura e oração, eu acho que é isso que me forma, né? E sempre uma preocupação de que os espaços ou as ações onde a gente tá trabalhando tem que oferecer oportunidades diferentes daquelas que já existem, então você tem que estar sempre se preocupando, com uma visão até maior com a cultura da comunidade, então, as origens da gente vêm desse trabalho na comunidade, na igreja, né? Acho que é isso. Ah, é claro e dentro do partido também! Nessa questão da organização social, chegou um tempo que a gente entendeu que não só na escola, no sindicato, na igreja, a gente ia conseguir avançar e isso fazia parte de um contexto de país, tinha começado um partido em 82, o Partido dos Trabalhadores, todo o grupo nosso aqui em Piranguinho já era de certa forma assim, simpatizante, mas só que a gente só conseguiu estruturar o Partido dos Trabalhadores no qual a gente está e que administrou a cidade durante esse tempo e está administrando a cidade, em 87. Antes disso, a gente entrou pro partido PMDB, que era a oposição local, era o espaço que a gente tinha, a brecha que a gente aproveitou no momento, né? Um grupo de jovens que fez essa opção de ter uma participação direta dessa forma.

ENTREVISTADO 3:

_ Minha formação, ela acontece, olhando o lado de escola, formação escolar... Também fiz Ensino Médio não Magistério, (ri e A L também ri e concorda), mas até foi um curso técnico. O Ensino Médio meu foi de curso técnico, depois entrei para o seminário, fiz o curso de Filosofia, no 3º grau, depois na sequência Teologia também, uma segunda faculdade, aí, uma segunda formação, no seminário, formação de padre. Depois, posteriormente, fiz um curso de História, licenciatura, fiz um curso de especialização em Filosofia, na Universidade de Juiz de Fora e tive, é... Algumas entradas no mestrado também, mas não consegui... Isso em termos de formação acadêmica. Hoje, como o trabalho nosso, é o trabalho de professor, uma vez que sou profissional nessa área e servidor do estado de Minas Gerais. Também nessa área de educação, nós trabalhamos também na cooperativa (COOPEP – Cooperativa dos Profissionais da Educação de Piranguinho). Nós criamos inclusive, consideramos, tanto a Lúcia, quanto eu

quanto os colegas todos, como parte de nossa formação, né? Uma experiência prática de vida cooperada, cooperativismo na área educacional, né? Uma escola que está funcionando, que trabalha com várias pessoas, vários alunos já se formaram, etc. Isso na área acadêmica ou educacional, na área social, vamos dizer assim, a formação também paralela a isso, nós tivemos desde a juventude, um envolvimento, né? Coletivo, social, não tanto na minha adolescência e começo da juventude porque nessa época trabalhei muito, principalmente, acho que faz parte também da formação, né? Desde os 10 anos, né? Trabalhando em comércio, como todo moleque da minha idade, da minha época, né? Certamente trabalhou como engraxate, como balconista, como outros tipos de pequenos serviços. Que de fato atrapalhavam um pouco a formação enquanto complementação maior, mas dava também uma responsabilidade, que a gente sente hoje que muitos não têm em relação a esse período da vida, né? De sentir o valor do custo das coisas, a dificuldade de ganhar o recurso, sobre aquilo que se gasta. Depois, dentro do campo da igreja, no campo da formação religiosa, apesar de ser uma formação voltada para a vida sacerdotal, a... Vamos dizer assim, o... A ideologia presente lá, levava a gente para uma prática social muito forte, então a militância foi construída aí, tanto na vida comunitária, aqui de Piranguinho, daquela época, através da prática da igreja, aqui em Piranguinho, como a Lúcia já citou, mas lá no seminário, a tendência do grupo de estudantes que éramos naquela época, era de uma igreja também voltada para um compromisso social muito forte, depois assumimos trabalhos pastorais, tudo nessa linha de engajamento, social, solidário, com participação popular, com organização coletiva, apesar da igreja ser teocrática e centralizadora no seu comando, mas a gente trabalhava no sentido de comunidade, né? Aquela visão das Comunidades Eclesiais de Base, etc. Então, tudo isso aí, ajudou numa formação de visão de mundo, ao lado da formação de educação, como conhecimento científico, também a formação de uma visão social. E paralelo a tudo isso, além dos serviços religiosos, a gente também teve uma formação de atividades, digamos assim, voluntárias, como a Associação Cultural Artevida, né? A própria formação da nossa cooperativa, outros trabalhos, né?... Vários outros trabalhos que somados nos deram aí, uma experiência inicial de como trabalhar com o povo, de como fazer uma gestão participativa, de certa forma. E nesse processo também, vale ressaltar que o partido político também esteve presente na caminhada da gente... No meu caso, uma vez estando no seminário e não podendo, digamos, naquela época, né? Já fazer uma militância de filiado, a militância na prática existia, né? A gente ajudou... Eu ajudei a participar de algumas reuniões, em alguns lugares, né? Na formação do partido e em Piranguinho, praticamente vim ingressar no partido posteriormente, depois de já ter sido filiado no Partido dos Trabalhadores em Itajubá, onde fui presidente do partido lá, em um período, também assumi uma candidatura na época pra ajudar né? Na década de 90, né? Então, toda essa experiência foi sendo somada e aqui em Piranguinho depois, posteriormente a gente entrou aí na disputa eleitoral a partir do ano 2000, né? Já com objetivo de eleger algum vereador e na segunda vez, realmente com a intenção de ser eleito como de fato fomos e pudemos aí estabelecer uma experiência de administração política, institucional, né? Tentar viver nela, aquilo que a gente viveu nos outros movimentos, né? Nos movimentos sociais e pastorais de uma forma assim digamos voluntária e mais livre, agora em outros aspectos, dentro da própria institucionalidade política.

E:

_ Ao se fazer uma análise do período em que você esteve à frente da administração municipal de Piranguinho, o que poderia ser destacado como ponto forte? Na sua opinião e na opinião da entrevistada também.

ENTREVISTADO 3:

_ Bom, na minha opinião, eu penso que foi a maneira de fazer o trabalho. Acho que desde o primeiro dia em que nós assumimos, aliás, desde as nossas campanhas eleitorais anteriores, principalmente na campanha que foi vitoriosa, nós fizemos já uma campanha participativa, é... A gente ia para os bairros, reunia as pessoas, discutia os problemas daquele setor, né? Claro, que dentro de uma disputa política, dentro de um período de campanha, muitas vezes essa conversa fica... Podia parecer para o ouvinte, para o eleitor, um pouco meio oportunista, dando a impressão que a gente queria fazer um populismo e tal. Mas nessa experiência nós conseguimos assim, até para surpresa minha, não sei se a Lúcia lembra com clareza disso, né? Nós conseguimos várias sugestões, muitas... Enfim, foi bastante participado, acho que foi bastante participado, em vários lugares nós conseguimos reunir pessoas que nós nem imaginávamos que poderiam estar presentes, né? Eu lembro do Olegário, a gente chegou... Naquela época Olegário era um distrito assim bastante controlado pela política anterior, né? A gente sentou lá naquela quadra lá, naqueles bancos, que não eram muitos, mas todos foram lotados, com as pessoas ouvindo a gente, falando dando sugestão. Aquilo foi muito surpreendente, né? E mesmo que depois nós perdemos a eleição lá no Olegário, mas a diferença não foi tanta assim, né? Mas já foi uma grande vitória, perder por pouco lá, porque a gente deveria perder lá por muito, né? Numa diferença muito grande, que inclusive nos deu a vitória no conjunto da soma do município. Mas essa participação vem da campanha. Eu acho que a nossa administração, por mais que cada um de nós tenha uma falha no procedimento, mesmo até falando mais do que fazendo, mas nós o tempo todo... Penso, pelo menos eu tinha em minha cabeça essa impressão é que o tempo todo havia uma preocupação com o aspecto participativo, uma participação onde a gente chamava as pessoas para as diferentes reuniões, né? É... A gente tentava ser participativo dentro do gabinete, dentro das secretarias, dentro do conjunto dos cargos que faziam parte da equipe de trabalho do governo, e nós fazíamos especialmente o orçamento participativo, que foi aqui em Piranguinho uma inovação completa, né? Foi uma primeira experiência, que foi muito exitosa, durante os sete anos das duas administrações nós fizemos todo ano, um tipo de atividade do orçamento participativo, mudando, às vezes, as características dele, as reuniões, por exemplo, mas sempre chamando atenção para essa oportunidade da população participar. E aí, com isso, vários trabalhos que foram implantados, várias atividades no campo da cultura, da própria educação, da saúde... Todos esses trabalhos, de alguma forma, tinha a participação de pessoas envolvidas naquele setor. Então acho que o diferencial, é... Não foi... Eu já falei essa frase muitas vezes... Não foi o que fizemos ou o tanto que fizemos, mas foi o como fizemos,

né? Que talvez com muita imperfeição, com bastante dificuldade em acertar certas... Até tornar mais plena essa participação, mas foi muito participativo, isso não se nega, né? A gente conseguiu fazer aí, ao longo dos oito anos, um trabalho que chamou a atenção das pessoas, né? Hoje eu vejo alguns textos, algumas falas várias do passado e a gente vê ali as pessoas expressando, dando opinião de como era importante poder ser ouvido e poder ter algum tipo de solução, sendo atendida a partir de sugestões ou de participação da própria população. E com isso, eu penso que nós conseguimos assim, dar um atendimento geral e em todo âmbito daquilo que órgão público poderia fazer, a prefeitura nos seus diversos tentáculos aí, da educação, da saúde, da parte social, da cultura, enfim, vários aspectos da administração, eu penso que nós tivemos muitos acertos, né? Em todos os âmbitos... Falhas sim, sempre ocorreram, mas eu penso que nós conseguimos, numa forma global assim, fazer uma administração que tinha resultado em todos os aspectos, né? Claro que em uns mais, em outros menos, mas de modo geral em todos os pontos que a administração podia demandar, podia agir para atendimento. Então, penso que esse foi o diferencial, o como foi feito, com a participação e com a população, de forma colegiada e internamente. Às vezes, o papel do prefeito era de concentrar um pouco algumas decisões e tal, mas a consulta era sempre feita e as decisões eram sempre discutidas e muitas vezes, né?... Várias vezes os secretários, é... Vamos dizer assim, firmavam assim, posição que superava a posição do prefeito. Às vezes, era o prefeito que superava a posição dos secretários, mas não no sentido de disputa de quem é que vai mandar nessa situação, mas no sentido de chegar na melhor decisão, na decisão que pudesse ter um resultado prático e também político, uma vez que a gente tinha que cuidar da manutenção da administração enquanto uma ferramenta política, que deveria continuar em nossas mãos, na medida em que entendíamos que isso seria o melhor, né? Dentro do interesse da municipalidade, pra não perder as oportunidades de um Brasil que estava mudando, de um novo governo democrático, popular, que estava sendo estabelecido e que a gente tinha que ter essa parceria e fazer a nossa parte aqui, na parte do município.

ENTREVISTADA 4:

_ Então, eu concordo, né? Ele falou num olhar assim mais geral da administração, é claro, ele era o prefeito, então eu posso estar confirmando isso que ele falou, enquanto secretária. Foi uma administração colegiada.

ENTREVISTADO 3:

_ E agora não tem perigo de ser exonerada, pode falar o que quiser, que não tem perigo de ser exonerada - brinca ele (eles riem).

ENTREVISTADA 4:

_ Embora isso nunca tenha sido barreira para nenhum de nós que formávamos o grupo da administração no tempo dele, essa questão medo de ser exonerado ou ele ter uma

preocupação de ter que exonerar a gente porque a gente tava se (ele diz: “avançando” e ri), se diferenciando no meio do caminho, (ele continua rindo), as diferenças sempre foram no campo de discussão de ideias, pra que pudesse avançar, né? Não quer dizer que a gente era sempre um concordando com o outro, a ideia não era essa! Se tinha uma ideia diferente, ainda mais eu, teimosa, como sou, né? Então quando não conseguia, enquanto não chegava ao último argumento que eu queria falar, eu não parava de falar, não parava de defender as minhas ideias, então o grupo era muito assim, as pessoas pensavam por si e agregavam valores nas discussões, no campo das ideias, no decidir no que fazer, no que seria melhor, no olhar da gente, né? Então a gente tinha vez, tinha voz e conseguia se fazer presente, sem dúvida, dentro de cada secretaria era essa dinâmica também que foi levada e sempre com uma preocupação, a gente entendia que naquele momento a gente tava gerenciando a secretaria, mas que em algum momento a gente não estaria mais e as ideias e o que permeavam as diretrizes colocadas não podiam ir embora com a gente, elas tinham que permanecer com quem ficasse, então os secretários tinham também como obrigação, como item, como objetivo, formar pessoas que pudessem dar continuidade a esse modo de fazer, que a gente tava colocando. E um modo de fazer que passava por... Pela questão da participação, de ouvir, de dar sempre essa oportunidade, pela... Dentro das escolas, de que cada escola tinha que ser considerada e tinha que ter o seu espaço e tinha que ter a sua autonomia, né? Porque cada uma participava de um núcleo, de um bairro e agregava pessoas diferentes, embora todas de Piranguinho, com algumas diferenças e que a escola também tinha que atender a essa necessidade. Então... Participativa, nesse sentido, participativa no sentido de reconhecer que as pessoas são diferentes, que cada um é um, né? E que cada comunidade tem as suas... Os seus detalhes, as suas especificações, não sei como definir melhor isso, mas essa era uma visão que a gente tinha. Então... As suas necessidades, os seus anseios, o que tava precisando naquele momento, né? Como ele falou, a gente sempre teve um olhar assim diferenciado pelo Olegário, porque o Olegário demandava esse olhar, né? Um distrito que já tinha sido tão à frente até da sede do município, mas estava assim tão deixado, sem opção, parecia assim, aquela coisa encurralada, né? Com um nó engasgado e pelo contrário, pensamos vamos sacudir esse bairro aqui que tem potencial, né? Como o Adoniran colocou, muitas vezes na escola, em outras reuniões que a gente fez e que foi dada a oportunidade pro pessoal falar, num momento falava e de repente não podiam continuar, às vezes, voltando para as reuniões que a gente propunha em outros tempos, né? Então, Olegário demandava isso, chamava a atenção por conta disso... E meio abandonado, né? Estava um bairro feio, não tinha as condições lá... Calçamento, atendimento de posto, escola... Tudo assim, desleixado, como outras partes também do município e pelo contrário, é um núcleo urbano, um distrito e hoje é outra, é... Outro jeito do fazer lá, né? Dentro da escola, eu posso garantir que a gente conseguiu que lá hoje tenha uma equipe que responde pelo Olegário com o maior prazer de responder pelo Olegário. E era uma rotatividade de professores muito grande, no começo, ninguém queria ir pra lá, pela dificuldade de acesso, pela dificuldade de trabalho, né? Pelo... Pelo que Olegário apresentava e pelo contrário, né? Então, dentro dessa ideia de participar, de colocar, de apresentar as necessidades, o que a comunidade queria, e ainda mais, a importância de que tinha que formar pessoas naquela comunidade, que pudessem dar

continuidade a um jeito de fazer, que era esse jeito participativo. Então, eu acho que esse foi um ganho muito grande para a comunidade local de Piranguinho, né? Eu acho... Fazer a discussão avançar e, é... Qualquer reunião que passa hoje ou fazer uma análise do funcionamento da secretaria de educação no município, que era a secretaria da qual eu era responsável, eu acho que é perceptível essa mudança, no jeito de fazer. Hoje eu já não to lá... É... o quarto ou terceiro ano, quarto ano que eu deixei a secretaria e outro grupo tá lá na frente, outro grupo entre aspas, é continuidade, né? E dentro das escolas as coisas funcionam no mesmo... Na mesma... Como é que se diz? No mesmo ritmo da condução das coisas, né? Isso também acontece nas outras secretarias, então eu acho um grande ganho, uma marca da administração foi isso, ser participativa e formativa também, né? As pessoas que por ali passavam aprendiam esse jeito do fazer.

ENTREVISTADO 3, dando continuidade:

_ Eu penso que uma coisa que a gente tinha sempre preocupação era de formação, né? (ENTREVISTADA 4 concorda dizendo: Exatamente!) Eu mesmo atendia pessoas no gabinete, que iam pedir coisas ou solicitar situações a serem solucionadas, eu tirava a nota de empenho e mostrava pra pessoa, nisso eu perdia tempo entre aspas, né? Um prefeito ficar dando aula, parece que tá perdendo tempo, mas eu pegava a nota de empenho e mostrava para as pessoas, quantos que assinavam a nota de empenho, de onde vinha o recurso, as dotações orçamentárias e que o prefeito não tinha legalidade pra certos custeios, pra certas despesas e que se o prefeito fizesse isso, ele estaria de certa forma lesando o patrimônio. E se ele atendesse aquela situação ali indevida, a pessoa ainda iria sair dali sabendo que o prefeito podia sempre dar um jeitinho e favorecer quem ele quisesse, do jeito que ele quisesse. Então com isso, eu penso que, por muitas vezes, principalmente no primeiro mandato, eu fiz esse tipo de informação, né? Ali, pontualmente, com aquele cidadão ou cidadã que se sentava ali, solicitando algum tipo de ajuda e a pessoa saía muitas vezes agradecendo pela atenção que eu dava, pela explicação, né? Talvez até no fundo, não tava muito contente, porque não tinha ganho, recebido o que pretendia, mas eu tenho certeza que eles aprendiam que a coisa era séria e que o prefeito e a administração não estavam brincando, né? Eu só queria complementar, não sei se eu falei, mas assim... O diferencial foi a participação em relação à população e uma espécie de administração colegiada internamente, né? Não sei se eu usei essa palavra, mas eu penso que era uma preocupação que eu tinha... De ser uma coisa colegiada. Colegiada no seguinte: cada secretário tinha a sua função, prefeito tinha a sua função, mas a decisão era conjunta, por isso que às vezes a gente, né? A gente debatia as ideias lá, até um convencer o outro, num sentido da melhor ideia, não no sentido porque é a minha ideia. (ENTREVISTADA 4 completa: Não era uma disputa de ideias. Ele concorda.) Então, a gente sempre se reunia na reunião de secretários, a gente não reunia muitas as outras funções, mas os secretários, cada um no seu jeito de fazer, nas suas secretarias, mas sempre a gente reunia todos os cargos possíveis, que eram cargos assim da parte da equipe de governo e pelo menos uma vez por semestre ou até duas conforme a época, né? Outras vezes a gente fazia até lá um encontro mais elaborado e tentava mostrar o objetivo geral da administração, tentava alertar a

toda a equipe para os rumos do trabalho que fazíamos e com isso eu acho que de fato, isso fez a diferença na forma em que administramos a cidade.

E:

_ Então, eu tinha até uma pergunta aqui que era em relação a essa participação que vocês dois já até adiantaram, que seria o ponto positivo, o ponto forte da administração, que é a ideia de uma participação tanto popular, quanto as decisões sendo ali colegiadas do grupo que estava à frente. Aí, uma questão que me vem agora é se... A qualidade dessa participação, por exemplo, nos orçamentos participativos, as pessoas conseguiam ter uma visão assim do geral, desde o início ou então no decorrer desse processo ou ainda havia ainda esta questão de se pensar.... Ah, no meu local, na minha rua, no meu bairro... Vocês percebiam isso? Como isso era tratado? Por exemplo, há uma participação, mas ao mesmo tempo essa participação dava conta do olhar mais atento a toda a comunidade, a todo município ou não?

ENTREVISTADO 3:

_ Então, a metodologia que a gente tinha nas reuniões de orçamento participativo, ela era variável, cada ano a gente adotava uma forma até em relação às possibilidades, às dificuldades que a gente enfrentava a cada ano orçamentário da administração. E tem uma experiência lá que a gente... Que eu recordo, a Lúcia vai recordar também, onde a gente colocava prioridades gerais e prioridades locais, né? No primeiro ano foi assim bem claro, né? Depois teve um segundo ano que nós colocamos prioridades gerais e prioridades locais novamente (locais, nos bairros, gerais aquelas que atendiam o município como um todo, por exemplo: adquirir um ônibus escolar, isso era interesse de todos os cantos do município. Mas, às vezes, fazia aquela ponte lá naquele bairro, por exemplo). Então, é... Nós, na época, colocamos em valores, determinamos valores que até foi uma experiência assim, é... Vamos dizer assim, bastante... Podíamos avaliar que não foi tão feliz assim, no ponto de vista de colocar valores, mas foi muito feliz do ponto de vista pedagógico, porque chegou um momento em que os valores... Tal bairro precisava de muito em um determinado ponto e o outro precisava de outro, só que de tal bairro era mais prioritário, mais necessário e o pessoal chegou a se juntar e abrir mão do valor do seu bairro para o interesse do bairro vizinho, né? Então foi assim uma discussão, eu me lembro da discussão, que ferveu lá durante os grupos, na plenária que fizemos. A gente fazia o orçamento, reunia no bairro, o bairro apontava pessoas, que a gente chamava de delegados, que seriam representativos daquele bairro e depois fazíamos uma plenária de fechamento do orçamento, onde todos os delegados se reuniam ali e a gente tentava fechar um valor ou as propostas prioritárias do orçamento. A visão de conjunto, ela foi amadurecendo a cada orçamento... No primeiro orçamento, a coisa era muito própria, cada um via só o que estava à frente do seu bairro, até porque havia muitos problemas no começo, muita coisa a ser resolvida, ruas pra calçar, problema de lixeira, problema de arrumar uma estrada, disso, daquilo, então, resultado, as pessoas demandavam coisas muito próximas à sua realidade e algumas coisas que eles pediam que o município não

tinha condição de atender em hipótese nenhuma, por exemplo, aquela ideia de que deveria ter médico aqui em Piranguinho, vinte e quatro horas no posto municipal. E a gente sabia que isso era inviável, por causa do orçamento da cidade que era pequeno, isso não era só colocar um médico, era toda uma estrutura de saúde que a gente tinha que fazer e que o município não daria conta e considerando a proximidade com Itajubá e com toda a infraestrutura de saúde, de atendimento do SUS, etc. Daria pra mais ou menos a gente fazer uma coisa meia boca aqui em Piranguinho, sendo que na hora H, o pessoal iria correr é pra Itajubá mesmo. Então, essa conscientização, essa visão dessa realidade, com o tempo foi.... O pessoal foi percebendo que não adiantava pedir esse tipo de coisa que... Aquilo que não tinha condição de ser feito, não adiantava pedir, não adiantava apresentar a proposta, porque o pessoal também tinha que ter consciência do tamanho do orçamento do município, dos valores arrecadados, às vezes a quantidade... A gente não podia pôr mais do que 10% do orçamento total para os investimentos, porque o custeio do município de todos os funcionários, de todos os insumos, enfim, tudo aquilo que se consome na manutenção da máquina administrativa, do atendimento cotidiano, como merenda escolar, remédios, etc. e tal, tudo isso já consumia 90% do orçamento municipal, aí se as demandas fossem muito exageradas, elas não seriam realizadas mesmo. Então, eu acho que nesse sentido, a população... Quem é... As pessoas da sociedade que participaram do orçamento ao longo desses anos, foram aprendendo isso... Que não é o fato que a prefeitura tá ali presente ou a administração está presente, propondo que eles deem ideia, que qualquer coisa vai ser feita. A gente sempre, eu fazia questão de sempre comparar com uma família, né? O orçamento, eu sempre repetia uma mesma história, no sentido de que, é como uma família, o pai tá lá, em tese o prefeito, né? Coordenando ali ou a mãe, no caso uma prefeita, coordenando a família, os filhos... Cada um quer uma coisa, um quer uma bicicleta, outro quer um sapato, outro quer uma geladeira, né? Mas de repente planeja-se comprar tudo isso naquele ano, porém alguém de repente fica doente lá, aí de repente não vai mais poder comprar bicicleta, nem isso, nem aquilo, porque mesmo escolhendo aquelas coisas, às vezes a administração pública é muito imponderável, de repente surgem situações que você não estava planejando, acontece e você tem que dar resposta imediata. Aí nessa hora, a questão que seja uma questão orçamentária do repasse de verbas, de recursos, seja alguma demanda própria que surge do município, que é necessário que se invista o recurso e atenda aquilo lá em primeira mão, ou seja, mesmo a manutenção dos próprios serviços cotidianos da prefeitura, então tudo isso poderia inviabilizar, em determinado momento, a aplicação do orçamento, daquilo que foi decidido no orçamento participativo. Deixando aquela prioridade pra depois, né? Vamos dizer assim. Então as pessoas iam aprendendo que o desejo é uma coisa e a condição de atendimento era outra. E isso a gente conseguiu, pelo menos com aqueles que participavam, só pra ter um registro... No primeiro ano do orçamento participativo, nós tivemos quase mil pessoas participando em todo município, né? Teve ano que teve duzentas, porque conforme a modalidade que a gente fazia, era um tanto do público que a gente atingia. Muitas vezes a gente fazia a reunião de orçamento participativo em todos os cantos do município, em todos os bairros. Tinha ano que a gente fazia nucleado e aí na nucleação não havia a possibilidade de todo mundo aparecer, né? Mas é bom lembrar que Piranguinho tem em torno de, hoje, naquele tempo não, vamos dizer assim, sete mil

habitantes, digamos aí que uns quatro mil, cinco mil com condição de participar de um orçamento participativo, mas a gente conseguiu quase mil numa das reuniões. E várias delas foram em torno de 600, 700, 500... Então, ou seja, proporcionalmente nós tivemos assim uma boa participação, né? E é bom registrar isso pra dizer que não é o povão todo que vai, aliás muitos não e não queriam nem saber. E até hoje nem sabem que existia orçamento participativo. Mas a gente fez, né? E nós temos provas disso e podemos checar esses resultados aí do trabalho que foi feito.

ENTREVISTADA 4:

_ Eu acho que é interessante também colocar dentro dessa ideia da administração, assim... Essa ideia da participação eram temas dentro das escolas, né? As escolas, enquanto estive lá, e penso continuam ainda, fazendo uma reflexão com a ideia do pertencimento, né? A gente é responsável pela construção da caminhada da gente, o tempo todo passa pelo trabalho da escola essa ideia e continua passando. Um dos temas que a gente discutiu, é a “História do meu bairro, é a minha História”. Então, é você... Eu acho que isso é formativo no sentido de trazer um gostar de ser daqui e um querer construir alguma coisa aqui, esse é o meu espaço, esse é o meu lugar, aqui eu estou vivendo o meu tempo, né? E eu acho que são essas ideias que vão ajudar a desenvolver o município.

ENTREVISTADO 3 (dando continuidade):

_ Até podíamos acrescentar aí, [...], o próprio slogan da administração (Ela concorda dizendo: “Isso!), apesar de ser meio que parafraseado do slogan do governo federal da época... “Piranguinho, um município de Todos”, estava embutida nessa ideia, a tentativa de agregar a todos nesse projeto, nesse grande mutirão de construir o município, de avançar com o município. Não é à toa, que nós no primeiro ano de mandato chamamos todos os ex-prefeitos, vamos dizer assim, adversários políticos ferrenhos da nossa administração, né? Inclusive, no segundo mandato eles todos se uniram para fazer uma candidatura que nos derrotasse, mas foram derrotados, inclusive com maior ainda espaço... Como é que é?... Eles perderam mais feio ainda do que no primeiro mandato, vamos dizer assim, né? Sem querer me gabar disso, mas nós tentamos até nisso, a gente tentou fazer uma aproximação, pra poder criar essa ideia da, da... De uma sociedade participativa e envolvida, mas obviamente que no campo da política, a gente sabe que existem interesses, existem divergências, que são naturais na democracia. Mas, voltando ao “Município de Todos” e aí a entrevistada falou da escola, a gente pode lembrar por exemplo, o próprio carnaval que a gente desenvolveu...

ENTREVISTADA 4 (interrompe):

_ Não só a escola, né?

ENTREVISTADO 3 (concorda):

_ Sim, só pra dar uma ideia. Toda a vez que a gente tinha uma discussão... A cada ano que nós fizemos o “Piranguifolia”, que é o modo como nomeamos o nosso carnaval, que a nossa administração, vamos dizer assim, motivou ou criou, né? Embora houvesse outros eventos antes disso. O “Piranguifolia” foi uma ação da administração, que nós... Das administrações que nós administramos, né? (Ri, estou repetindo isso!) Mas o “Piranguifolia” tinha a cada ano um tema e o tema, às vezes, era ligado à questão do carnaval, mas sempre puxava para a questão da cidade, dentro dos temas e nesse sentido, coincidia também com o aniversário da cidade e o aniversário da cidade não era só aquela coisa cívica, fria, a gente tentou envolver o povo, inclusive nós temos festa com o povo participando em mutirão. Primeira festa que nós fizemos nessa caminhada... Procuramos envolver as pessoas num mutirão pra fazer um bolo de aniversário, porque o aniversário era da cidade, a cidade eram todos e aí houve até uma experiência interessante, juntaram uma série de pessoas doando, através de escola, através de alguma doação, o pessoal se reuniu para confeccionar o bolo, que depois foi... (ENTREVISTADA 4 interrompe dizendo: Doando os mantimentos e o fazer, né?... Ele concorda). Quer dizer, dando sentido de participação. Nós tivemos a criação da “Festa do Maior Pé de Moleque do Mundo”, cujo objetivo foi o quê? Foi envolver a participação dos produtores, mas principalmente envolver a participação da comunidade, no resgate daquelas questões folclóricas e tal, próprias da festa junina e que dava oportunidade das pessoas se manifestarem e apresentarem as suas atividades e aí, é claro, a escola era o carro chefe, nesse sentido de mobilização e tudo. Então nós, de certa forma, a Lúcia lembrou muito bem, a questão da participação não estava só no ato político, participativo em relação ao orçamento em si, mas estava em todos os cantos, não é à toa que também na cultura a gente foi desenvolvendo... Tentamos fazer, até foi feito lá um espaço de memória, que não avançou tanto por dificuldades estruturais, mas avançou no sentido em que nós escrevemos dois livros da história de Piranguinho, foram os dois primeiros registros da história de Piranguinho de forma assim consolidada. Havia textos anteriores, textos esparsos, mas numa primeira experiência de um livro, de um material que contasse um pouco da origem do município, dos acontecimentos do município, isso foi uma atividade, com isso nós resgatamos várias espaços de memória da cidade, várias lembranças que estavam muito bem esquecidas, adormecidas e pusemos à luz do dia e tudo isso no sentido de valorizar a participação não só do presente, mas também do passado, resgatando cada vez mais um pouco das lideranças anteriores, não só lideranças, pessoas simples, etc. Nós, quantos nomes nós demos aí pra espaços públicos de pessoas comuns, até pra quebrar aquele paradigma, aquele modelo que só o coronel, só a pessoa da família “importante”, né? Todos são importantes, mas só a pessoa da família “importante”, que tem nome de rua, pessoas simples, pessoas mais humildades, trabalhadores comuns, famílias digamos, comuns da nossa municipalidade, foram agraciadas e homenageadas através de um de seus membros dando nome a pontes, ruas, espaços construídos, então tudo isso nesse viés da participação, né? E eu penso que nesse sentido é que a participação realmente fez a diferença, né? O conceito...

ENTREVISTADA 4:

_ É nesse sentido que a administração fez o seu papel de ser formativa, porque além dela propor que venha aqui, dê suas ideias, converse, a porta tá aberta, pode chegar, pode entrar na prefeitura, pode procurar todos os secretários pra conversar e se não procurou o secretário, o prefeito ia também procurar, né? Fomos nos bairros, com o orçamento participativo, também permeava o ano todo e a cada ano a gente se ligava à questão: Piranguinho é um município de todos e é um município de todos que a gente tem que construir e pra construir, nós precisamos estar falando disso, então vamos discutir isso. Como é que faz de Piranguinho ser um município de todos? É um município de todos, quando a gente vem por aqui, pensando o nosso carnaval junto. É um município de todos, quando aqui na escola se discute que a história do meu bairro, é a minha história. Ah... E se a história do meu bairro é a minha história... Um povo precisa ter a sua história, registrar sua história e projetar o seu futuro. Você faz uma leitura do agora, olhando pro seu passado e você vê que rumo que você está tomando, olhando daqui pra frente também. A importância da memória e daí o Centro de Memória, a Casa da Cultura, os programas culturais, o pé de moleque que assim, mesmo que a gente não se importasse com ele, ele já era a nossa projeção da cidade aí fora, então espera aí... As pessoas já nos conhecem pelo pé de moleque, então por que a gente não evidencia esse, essa cultura que a gente tem? Porque as pessoas... É uma produção daqui, os outros enxergam a gente por ele e a gente mesmo às vezes não se enxergava por ele. Eu acho que esse foi um ganho da administração e projetou Piranguinho muito longe com isso, coincidiu a festa do primeiro pé de moleque e uma disputa de um campeonato do EPTV, né? Que virou a cidade do pé de moleque contra a cidade do biscoito e isso levou Piranguinho bem longe daqui.

ENTREVISTADO 3:

_ Perdemos no futebol, mas ganhamos na...

ENTREVISTADA 4:

_ Mas ganhamos espaço que a gente não tinha, né?

ENTREVISTADO 3:

_ Acho que empatamos aquele jogo, não é? Perdemos por um ponto. (Os dois riem).

ENTREVISTADA 4:

_ Talvez a gente nem tenha pensado nisso... A gente nem tinha pensado que nós íamos tão longe! Mas a coisa foi fluindo, foi acontecendo, que era ler e administrar a partir do que estava. Eu acho que a gente fez muito esse exercício e isso exigiu bastante de nós. Nós

tínhamos que estar o tempo todo alerta, conversando e isso nos colocava muito próximos também, porque a gente tinha que conversar muito.

E:

_ E vocês acabaram tocando num outro assunto que eu já ia perguntar também, que é essa questão da construção de uma identidade para o município. Porque quero saber se houve essa preocupação de se construir uma identidade a nível municipal e como isso se deu. Você já até começou a falar sobre, se quiser explicar um pouquinho mais, a gente já emenda uma na outra.

ENTREVISTADA 4:

_ É, eu me lembro do entrevistado sempre falando, que a gente não queria ser conhecido só pelo pé de moleque. O pé de moleque já nos fazia conhecidos, a gente queria explorar isso também, aproveitar isso e tornar isso cada vez maior, mas também conhecido por uma cidade cultural e eu acho que a gente deixou esse marco, né? Piranguinho se projetou, tinha os grupos de teatro, o projeto “Arte na Escola” e o projeto de funcionamento da secretaria (celular dela toca, pergunto se quer que pare a gravação por alguns instantes). O projeto do carnaval, o projeto da festa do pé de moleque, do funcionamento da Casa da Cultura, o projeto de “Arte na Escola”, que também demandou projetos ligados à promoção social, ao Teatro Artevida (celular toca novamente e ela resolve atender).

ENTREVISTADO 3:

_ Aproveitando que a entrevistada teve que dar uma pausa, né? A identidade, ela já estava dando essa ideia, a gente não queria que a cidade ficasse simplesmente uma cidadezinha perto da pista, que fosse conhecida só pelo pé de moleque. A gente queria fazer um diferencial, não pra chamar a atenção por isso ou por aquilo, pra ser maior que ninguém, mas pra ser melhor pra nós mesmos, né? No ponto de vista da cultura, então nós defendíamos sempre um aprimoramento da cultura durante o período da nossa administração, foi nesse sentido que a [...] já citou, foram vários projetos desenvolvidos ao longo da administração, que procuravam dar sentido, dar condição pra que esse objetivo, digamos de fazer Piranguinho ainda melhor pra nós e pra quem nos visitasse continuasse... Agora vai continuar a Lúcia, depois eu vou continuar a falar o que eu estava pensando.

ENTREVISTADA 4:

_ Dentro dessa ideia de não só projetar Piranguinho enquanto a “Capital do pé de moleque”, mas um povo que também procura desenvolver a sua cultura e que tem expressões de sensibilidade e de diferentes artes e eu acho que a gente conseguiu avançar bastante nesse sentido.

ENTREVISTADO 3:

_ Eu gostaria de fazer um... Às vezes alguém vai ver essa gravação e vai dizer: Mas que será que esse povo fez na cidade? Porque geralmente se faz uma pergunta a um prefeito, ele já vai falar que construiu isso, fez aquilo, nós fizemos isso também, né? Então, além da participação, da cultura...

E:

_ Ah, não, mas vão ter outras perguntas ainda...

ENTREVISTADO 3:

_ Além da cultura, do lado pedagógico, nós construímos muitas quadras, calçamos muitas ruas, ampliamos escolas, dobramos praticamente a frota do município, conseguimos vários recursos para vários projetos, quer dizer, nós inovamos com vários projetos que não existiam, né? Até quando nós entramos na prefeitura, eu acho que é importante deixar claro isso, a gente não tinha um projeto de nada para seguir, para dar continuidade, não tinha. Tinha as escolas que tinham que abrir no primeiro de fevereiro, não me lembro quando foi que começaram as aulas, tinha a frota que tinha que botar para rodar pra buscar os alunos, que estava tudo em frangalhos, tinha as áreas de saúde pra atendimento, não tinha remédio, estava faltando coisa, tinha a prefeitura que tinha que abrir na segunda-feira e que não tinha telefone funcionando, não tinha papel pra impressão, não tinha material de escritório lá dentro mais, estava tudo meio falido, quer dizer nós tínhamos que dar continuidade à máquina, mas sem programa, sem projeto, sem nada e depois nós fomos criando projetos de Educação, projetos de Cultura, projetos na área de Saúde, né? Assistência Social não existia, nós praticamente construímos uma área de Ação Social dentro do município, hoje nós temos uma secretaria toda organizada, equipada, que está funcionando com vários projetos e graças ao governo federal, que incentivou os municípios, nós pudemos pegar essa oportunidade e transformar em uma ótima oportunidade para o município, no campo do social. E aí, várias outras atividades e então, eu penso que essa discussão toda de participação, de cultura, de forma de ver o mundo, de ver a administração pública, de ver a cidade como uma cidade nossa, aonde o cidadão fosse aquele que só vai lá pedir favor ao prefeito, mas fosse também o agente político da cidadania. Isso resultou em muitos benefícios para a comunidade, porque o orçamento participativo acontecia e a gente tentava atender às demandas e atendendo às demandas a gente resolvia... Resultava em obras, várias obras foram construídas e coisas que Piranguinho nunca tinha visto antes. No tempo que nós... Aí já estou fazendo a nossa propaganda, quer dizer, nós fizemos no nosso tempo, aquilo que outros administradores em tempos anteriores não conseguiram fazer na proporcionalidade que nós fizemos, na proporção que nós fizemos. Isso que eu quero dizer, né? Então, nós avançamos, o município mudou a feição. A cidade passou a ser reconhecida na região, ela era conhecida pelo pé de moleque, mas depois passou

a ser respeitada, eu acho que eu tenho esse sentimento, quantas vezes eu tive conversas com pessoas de várias cidades vizinhas e cidades um pouco maiores e mais distantes, que reconheciam, até porque Piranguinho é um lugar que quase que muita gente passa por ela, por ser numa região de passagem, é diferente de uma cidade que fica isolada, Piranguinho está no meio do caminho, todo mundo passa por aqui de certa forma, das cidades vizinhas e o pessoal percebeu o cenário do nosso município mudando nesses últimos anos que nós administramos, no crescimento na área urbana, na modificação e na qualidade das melhorias urbanas dentro do município, pode perceber o crescimento assim a olhos vistos da cidade, né? E em todos os campos de trabalho da prefeitura, a ampliação, né? Vamos lembrar que a prefeitura, toda a estrutura nossa ficava tudo dentro da prefeitura no começo, de repente nós tivemos que criar um espaço pra Secretaria de Educação, um espaço pra Secretaria de Cultura, um espaço pra Secretaria de Ação Social, quer dizer, tantas são as demandas que apareceram ou os programas que nós implementamos e tivemos que, sabe?... Pulverizar esse trabalho, pra poder atender exatamente na quantidade, na qualidade que nós nos propúnhamos fazer. Então isso mostra um exemplo, quer dizer, quando nós chegamos a única coisa que tinha, eram as escolas, o posto de saúde lá e a prefeitura lá, com tudo ali dentro da prefeitura, não é? (Ela concorda) Depois tivemos que arrumar uma estrutura bem mais complexa, bem maior, muito recurso pra atender os programas que nós mesmos inventamos e implementamos na cidade, então a mudança foi visível nesse sentido. Então, nesse sentido pra quem estiver ouvindo a nossa gravação, pode ficar tranquilo, não foi só ideia, conversa e papo e... Mentalidade que nós desenvolvemos, nós desenvolvemos obras e para os velhos políticos, muitas obras, tem bastante obras mesmo.

ENTREVISTADA 4:

_ Sem dúvida, né? Eu vou pegar pela secretaria que eu tomava conta (ri), que eu gerenciava, que era a Educação. Os espaços que a gente recebeu de escola, os espaços que o município tem hoje enquanto escola. É muito diferente! E os próprios pais, os próprios alunos é que são capazes e falam disso. Aí vai para o posto, o espaço que era a UBS de Piranguinho, o espaço que é hoje a UBS e os outros espaços que demandam para o pronto atendimento da UBS. (Adoniran reintera: Hoje são UBSs, porque antes só tinha uma) É, UBS em Piranguinho, UBS no Santa Bárbara (distrito) e tem, podemos dizer, uma UBS no Olegário, né? Porque aquela... (Adoniran completa: Um posto restaurado, né?) É aquela casa que tem lá, nossa (estala os dedos) não passa perto do era! As escolas... Não passam perto do que eram! A Almerinda dobrou (Ele diz: Duplicação da estrutura física, né?), uma escola de criança que era a Christovan e que não tinha um espaço de criança, tem um parque (Ele diz: Creche que não tinha, tem.), creche que não tinha, tem! Quadra que tinha uma, que ainda não está funcionando essa, porque deu problema, né? Não tem essa, mas quantas que têm... Tem no Beira Rio, tem lá no Santa Efigênia, tem na área rural, tem a do Olegário, que passa por melhoria constante, tem na Almerinda, (Ele reforça: Até a quadra estadual...) tem a quadra estadual, que a melhoria da quadra lá está ligada a administração desse tempo, (Adoniran reforça: A do Pinhal Redondo, Açudinho) então, se o Reizão ficou fechado por muito tempo,

outras quadras diversificaram (Ele: Até quadra de skate, nós fizemos!). Então, (Ele diz: Academias de saúde!) uma secretaria que tinha só escolas e o campo. De repente, passou a ter campo, várias escolas, Casa da Cultura, várias festas, vários programas, então não dava pra ficar fechado ali dentro, debaixo da prefeitura, tinha que ter um espaço diferenciado, pra atender a demanda criada de serviços, né? Precisava de uma estrutura nova e com isso demandaram muitas obras que estão aí, dando continuidade e atendendo novos programas que surgiram também, dentro dessa continuidade dos trabalhos da administração. A gente fala muito da educação, da saúde e da cultura, mas todos os setores passaram por muitas mudanças. Como é que vai mudar educação, saúde e cultura sem o trabalho do setor de obras que tinha que dar suporte para tudo isso? Então mexeu mesmo, sacudiu! Só não construímos uma prefeitura nova, né? (Ri e ele complementa: É, não, mas...) Mas o que precisou para atender a todos os serviços propostos...

ENTREVISTADO 3:

_ A gente preocupou mais com aquilo que era direto do interesse do povo, né? Embora a prefeitura também seja do interesse do povo, é uma casa que tem ser preservada, mas dada a quantidade de necessidades que havia, a prioridade última era arrumar a prefeitura.

ENTREVISTADA 4:

_ Sim, mas a prefeitura... O espaço que ficou lá, ficou só pro setor administrativo da prefeitura.) Acabou ganhando com isso, né? Acabou ganhando... Ganhou mais espaço para se organizar, organizou-se um departamento de compras, que não tinha e para fazer um trabalho organizado (o entrevistado diz: Projetos, né? Quer dizer, um espaço de projetos.) para projetos, outras demandas também surgiram aí, dentro daquele espaço, então a cabeça foi funcionar, demandou em reorganização do espaço pra que o que a cabeça propunha, acontecesse e isso tá aí, né? É só colocar umas imagens, que veremos.

E:

_ Qual era a ideia de poder local que norteava as concepções de quem estava à frente da administração?

ENTREVISTADO 3:

_ Eu lembro que quando fazia um discurso na campanha, eu falava que nós não estaríamos elegendo o prefeito de Piranguinho como se fosse um síndico de um prédio, né? Alguém que estivesse ali pra fazer pequenos reparos, eu usava muito essa frase dos pequenos reparos, porque era preciso que enxergasse a governança do município como um poder de governo, né? Porque o município é um ente federativo, nós fazemos parte de uma federação. Tem né, a federação, o governo federal, tem o estado e tem o município, com uma certa

autonomia e que deveria ser visto, não como a partir de que um síndico, um capataz, alguém que estivesse aqui tomando conta, pra limpar ruas, com atividades mínimas, mas fazer políticas públicas, né? Num pequeno espaço, num município pequeno, mas que tivesse uma visão de governo e essa visão de governo, na minha cabeça, nesse exercício do poder político, eu penso no poder político popular participativo, certo? Então, o poder local, no nível local, mas digamos assim, refletindo no nível local, aquilo que acontece no nível federal e no nível estadual. Então, quer dizer, nós não estamos aqui como se fossemos um apêndice, não! Nós somos uma unidade no âmbito do município, com responsabilidades próprias, com leis próprias, obviamente dependentes e unidos pela Constituição, ao Estado e à Federação, mas com uma cara própria, com uma identidade própria, uma unidade básica fundamental, porque, como diz a velha frase: “É no município que o cidadão vive, é na cidade que todos nós moramos”. Ninguém mora na federação ou no estado, mora na cidade e mais ainda, mora no bairro ou na rua ou na casa, mas o próximo ali mais administrativo, próximo do cidadão, o poder mais próximo é o poder do município. Então, o poder local, é o poder local pleno, nas suas, digamos assim, com todas as suas responsabilidades, com suas obrigações, sabendo que ele é o poder pleno mais próximo do cidadão, aquele que demanda as necessidades diante do poder público, então eu acho que isso daí foi perfeitamente, digamos, entendido por nós, enquanto equipe, enquanto prefeito, enquanto essa administração “Piranguinho, um município de todos”. Embora, muitas vezes, a gente não fazia nenhum debate claro sobre isso, né? (Ela concorda) Mas isso tá implícito no nosso modo de agir. Até porque aí eu volto lá na nossa formação, nossa visão de comunidade, nossa visão de igreja, nossa visão política, solidária, tentando ser uma coisa de convivência mais fraterna, dentro de uma visão mais, digamos, cooperada, isso requer o quê? A participação de todos, com uma consequente responsabilização de todos, né? E o poder local obviamente tinha que favorecer isso, dentro dessa concepção que nós não somos, não seríamos uma administração qualquer que ficaria só pra tapar buraco da rua, capinar ou coisas assim. A administração seria pra fazer uma política pública local.

ENTREVISTADA 4:

_ E que procurasse atender a todos, eu me lembro de você falando sempre isso. Que nós temos que atender a todos, porque o que não dá pra ser para todo mundo, tem que repensar, porque não dá pra ser só pra parte, né?

ENTREVISTADO 3:

_ Isso mesmo, era uma preocupação constante, se a gente fosse tomar uma atitude, que fosse uma atitude necessária para um segmento da sociedade, então teria que ser uma atitude ou uma solução, enfim... Uma resposta que pudesse atender a todos que estivessem nas mesmas condições, né? Eu lembro um caso ali... Surgiu uma situação nova na escola em que alguns alunos queriam carro pra ir de volta para suas casas de um determinado bairro e nós não tínhamos condição, naquele momento, porque foi uma coisa sem planejamento, por parte

do estado, do governo e da diretora da época, né? E que não comunicou com a prefeitura, de repente uns foram lá solicitar esse atendimento e a gente não tinha estrutura de carros, de gente disponível, de novos funcionários, então eu me lembro assim... “Nós só vamos poder atender vocês, se formos atender todos os outros colegas que vão pra outros bairros, se a gente for levar dois pra um bairro... Vamos pegar o Esmeril, teremos que levar os do Grotão, temos que levar o pessoal lá do Mangueiro, lá... Qualquer bairro, do Açudinho, né?” Então, nesse aspecto a gente sempre tomava atitude para o atendimento, desde que fosse possível universalizar esse atendimento, então era a preocupação que tínhamos.

E:

_ Como você definiria o desenvolvimento aliado à ideia de sustentabilidade e como essas questões eram tratadas dentro da administração municipal? Qual seria a ideia de desenvolvimento dentro de uma cidade pequena e desse desenvolvimento aliado à ideia de sustentabilidade.

ENTREVISTADO 3:

_ Então, o desenvolvimento.. A gente tinha a ideia de que havia que preocupar um pouco com o crescimento da cidade, o crescimento econômico, isso seria atrair algum tipo de empresa, enfim, nós chegamos até a fazer um estudo da área urbana do município pra ver se havia a possibilidade de um distrito industrial. Veio um pessoal da CODEMIG, um pessoal do governo especializado nesse tipo de assunto, fizeram levantamento da topografia do município, pra ver se tinha áreas com capacidade... Principalmente aqui no núcleo urbano, pra isso. Então depois a gente tentou, com isso nós vimos que não seria um caminho viável devido à dificuldade topográfica do nosso município, da nossa cidade. E a cidade seria sempre na ponta do município, nós estamos na divisa com Itajubá, aqui mesmo onde nós estamos... Duzentos metros daqui, já é Itajubá, atravessou o rio já é Itajubá, quer dizer, não tem área, o município tá na ponta, tem que fazer uma coisa tipo Brasília, levar a sede do município lá pro Santa Bárbara (ri), pra fazer uma coisa mais centralizada. Até porque o nosso município é assim, se nós fôssemos comparar, é como se fosse uma tira. Ele é estreito e alongado, né? Se ele fosse uma área mais homogênea, ele teria assim um centro convergente e a gente não tem esse centro de convergência, portanto, isso dificulta pela proximidade do rio e das montanhas, áreas mais favoráveis a uma industrialização e que fosse possível. E também o município não teria condição econômica para um investimento numa determinada área em que fosse o mais distante possível, pra promover a estrutura, enfim, a qualidade e concorrer, inclusive com as cidades maiores próximas. Aí, nós pensamos na questão do turismo, né? Quer dizer, de repente o turismo passou a ser uma opção dentro daquela política do estado de circuitos, né? Aqui, o circuito nosso, “Caminhos do Sul de Minas” passou a ser uma opção, aí na minha cabeça, na cabeça dos secretários todos havia essa ideia também de que a gente poderia ir formatando o município, ir preparando o município pra ser um município que atraísse do ponto de vista turístico, não foi à toa que o carnaval nosso foi incrementado, não foi à toa que

a festa do pé de moleque começou e logo se fortaleceu, porque a gente foi investindo nesses... Com poucos recursos, com muita criatividade, com muita dedicação dos nossos companheiros, nós tivemos então, grandes resultados, com pouco investimento, não porque a gente não queria gastar, porque não tinha pra gastar mesmo, né? Não tinha, né? A gente não tinha grandes (Ela interrompe: grandes atividades esportivas, campeonatos, o enduro...) É, justamente e também valorizando não assim com ênfase totalmente, em termos de estrutura financeira, mas dando algum tipo de suporte para os eventos maiores que a comunidade aqui, tradicionalmente vinha fazendo. Então, com isso aí, a gente conseguiu ir trabalhando a cultura e fazendo atividades com o patrimônio, etc., a gente conseguiu aí, vamos dizer, dar uma alinhavada no município pra ter um viés mais turístico. Claro que isso ainda falta muito a ser feito e é um processo permanente porque passa pela educação das pessoas, das crianças, comportamento, etc., né? Pra atrair o turista, nós temos que ter aquilo que atrai, né? Nós temos o potencial nesse sentido de eventos, de localização e outros aspectos, que falta ainda serem bem mais explorados, mas demos o início, demos o pontapé inicial e avançamos nesse sentido. Então esse desenvolvimento aí, na minha concepção ele é sustentável nesse aspecto, a gente não tem aqui um processo de industrialização, que vai depredando ou desmatamento ampliado ou uma lavoura de monocultura tipo daquelas que vai desmatando, nós não temos desse tipo de situação no nosso município, todos esses tipos de serviço dentro de uma, digamos de uma normalidade, sem trazer danos à questão da natureza, nem nada, a não ser aquilo que é o comum mesmo, da prática desse tipo de trabalho e paralelo também, nós desenvolvemos aí, eu lembrei da natureza, em termos da sustentabilidade, a questão da coleta do lixo, criamos uma coisa interessante, que é a coleta dos recicláveis. Apesar de ser muito simples e modesta, mas a meu ver foi a melhor experiência que eu consegui ver aqui na região. Eu estive em Brasília numa conferência a respeito desse assunto, tudo o que eles falaram lá, que estavam dizendo, era o que nós estávamos fazendo aqui tranquilamente e eles estavam... Vários municípios presentes, apresentando mil dificuldades pra fazer a coleta seletiva, para atender às pessoas que trabalhavam no setor. Se nós aqui, sem caminhão direito, um caminhão velho, enferrujado, com um grupo de pessoas, pequeno, em certo sentido. Espaço até emprestado, nós conseguimos ... uma coleta seletiva semanal, onde hoje, grande parte da população tem a necessidade de fazer a separação de material reciclável, e essa coleta hoje está estendida no município inteiro. Eu penso que é uma experiência pioneira aqui na nossa própria região, porque eu não vi nas cidades que eu acompanhei junto com os prefeitos que eu conversava, eu vi nenhuma cidade fazendo o que a gente fez. ... e Piranguinho fazia e nós fizemos até um tipo de pequena melhoria, na minha opinião, tinha que ser muito maior, que outras cidades nem isso fizeram em relação aos próprios agentes da coleta seletiva. É uma associação, um grupo voluntário, não voluntário, mas que assume em parceria com a prefeitura, nem isso nós vimos e nós fazíamos um trabalho grande aqui em Piranguinho para criar essa associação, esse grupo. Obviamente que a rotatividade foi grande, até porque as pessoas foram melhorando de condição econômica ou foram saindo por opções melhores, isso graças a Deus, mas de repente também a coleta se tornou uma opção econômica para quem permaneceu nesse trabalho e que hoje tá aí com mais condições ainda do que quando a gente deixou, porque está tendo toda uma possibilidade de investimento maior nessa área aí. Então

essa questão da coleta seletiva e o principal a meu ver, junto com isso, a construção do aterro sanitário. O lixo de Piranguinho era depositado no lixão e saímos da administração depositando o nosso lixo num aterro sanitário, quer dizer, um aterro não um aterro controlado, aterro sanitário, ou seja, top de linha do ponto de vista da preservação ambiental, quer dizer, não é só Piranguinho, nós fizemos um consórcio, que foi o primeiro consórcio intermunicipal do estado de Minas Gerais. Assim que criaram a lei do consórcio que possibilitava aos municípios se unirem em torno de uma demanda, nós aqui tivemos essa experiência, né? Polarizar, capitanear, não.... Chefiada, vamos dizer assim, por Itajubá, já que o lixo nosso ia pra Itajubá, no lixão e outros prefeitos juntos, eram seis cidades, nós conseguimos ali fazer essa experiência, construímos durante quatro anos construímos, formamos o consórcio e construímos a estrutura de um aterro sanitário e hoje Piranguinho deposita o seu lixo, o resíduo, que é o lixo mesmo, num aterro sanitário. E esse trabalho da coleta em paralelo fazendo a, vamos dizer assim, o aproveitamento, ampliando esse aproveitamento daquilo que é jogado fora, que na verdade não é lixo, mas é material que pode ser aproveitado. Então esse... Essa experiência aí eu acho que Piranguinho, apesar da gente não ter feito sozinho, a gente sente muita honra de ter participado disso, o município ter entrado nessa experiência que foi bastante exitosa e que dá condição hoje a Piranguinho de fazer uma coleta seletiva e colocar o seu lixo num aterro sanitário. Algo que no futuro será tão comum pra todo mundo, mas que no começo agora eu penso que nós fomos pioneiros nesse sentido, principalmente aqui no canto do Sul de Minas.

ENTREVISTADA 4:

_ Eu acho que também vale a pena nessa questão do desenvolvimento, Adoniran, estar colocando que assim, dentro da ideia que você falou, a porta pra Piranguinho seria o turismo, né? E daí a promoção do núcleo de pé de moleque, que foi uma forma de viabilizar, porque o SEBRAE esteve aqui, formação para os produtores do pé de moleque e que hoje dão outra aparência para as empresas deles, para as barracas, para as fábricas e com outro poder de conhecimento também. Então isso é promoção de desenvolvimento, né? É... A associação dos catadores, que você já falou e também a associação do artesão, foram todas essas iniciativas de coletividade, de cooperativismo, tanto dos artesãos quanto dos catadores e que era a visão da administração para ajudar a promover o desenvolvimento e mais oportunidade pra esse tipo de trabalho que já havia isoladamente e o fato de criar associação viabiliza mais o desenvolvimento dos produtores de pé de moleque enquanto núcleo, do artesão enquanto a cooperativa, a APIARTE (Associação Piranguinhense de Artesãos), que foi criada com incentivo da administração e da ACARPI (Associação de Catadores de Recicláveis de Piranguinho) também.

ENTREVISTADO 3:

_ A gente poderia até acrescentar nisso, a gente não tem assim um levantamento exato de quantos, digamos assim, postos de trabalhos foram desenvolvidos depois que nós passamos

pela prefeitura, por quê? No começo, quando nós entramos e no final se a gente fosse ver o número de comércio, o número de lojas, enfim de atividades de trabalho que Piranguinho viu aparecer ao longo desse tempo. É claro que isso não se deve somente ao trabalho da administração, se deve também à boa economia que o país nosso estava vivendo nesse contexto e continua vivendo. Agora, uma coisa que pode também marcar isso aí de forma clara é o crescimento urbano de Piranguinho. O tanto de loteamento que começou a surgir. Isso eu penso que são as circunstâncias... A economia do país, a facilidade de crédito, etc., o interesse dos proprietários em abrir suas áreas para esses loteamentos e novos bairros na cidade, vamos dizer assim. Mas também a administração que não colocou nenhuma restrição nesse sentido, de favorecer, de facilitar, de não criar problema de... (a entrevistada 4 diz: De oportunizar e não emperrar... É isso que eu estava colocando também...). Em paralelo, se as pessoas estão abrindo esses loteamentos porque enxergam que a cidade tem viabilidade, que ela é atrativa, que ela é lugar que pode vir...??? Eu faço a comparação que poucos anos atrás, Piranguinho não tinha mais do que duas mil residências na sua área urbana, olhe só, só... Quando eu saí da administração, que a nossa equipe terminou o trabalho, eu ainda fiz questão de contar mais ou menos as propostas de loteamento que tinha em Piranguinho... Eram mais de dois mil lotes, que estavam sendo produzidos, na intenção ou de fato, estavam sendo abertos ou que o proprietário tinha a intenção de abrir e que de fato foram abrindo posteriormente e que isso, a meu ver representa, como eu já disse, toda uma política nacional etc. e tal, mas representa também, aquilo que Piranguinho pode oferecer para atrair os interesses dos proprietários, dos investidores, desses novos e que venham a construir nesses loteamentos. Quem é que vai querer morar na cidade que não oferece as mínimas condições? Quem é que vai valorizar... E outra... Lotes super valorizados, considerando o tamanho da cidade, considerando certas circunstâncias... Então, quem é que vai investir tanto num espaço de uma cidade tão simples, se ela não oferece minimamente as condições urbanas de qualidade de vida, atrativas para que alguém resolva morar em nossa cidade? Sem contar ainda, as várias construções isoladas, em vários bairros da cidade, vários prédios, etc.... No conjunto a gente não tem o número aqui, mas resultado de crescimento, pelo menos na expansão urbana, isso é visível e provável, né?

E:

_ É possível, na atual conjuntura, que Piranguinho apresente um modelo diferenciado de desenvolvimento, frente à realidade capitalista? Pensando num município que é um município pequeno, jovem...

ENTREVISTADO 3:

_ Eu penso o seguinte: Não tem como fugir do sistema capitalista, num primeiro momento, né? Porque isso não é atitude de uma administração que impõe a sua coletividade, (para) isso haveria a necessidade de todo um processo de formação, de discussão, de conscientização pra que a gente pudesse convencer as pessoas de mudar o formato do

desenvolvimento. Nós aqui, quando falamos no crescimento da cidade, a gente já entendia que esse crescimento estava aliado a outras questões que levavam ao desenvolvimento, por exemplo, qualidade de vida, questão da cultura, da saúde, quer dizer, dando aí todo um aparato de qualidade de vida, para um crescimento econômico, o que atraiu e atrai gente vir para Piranguinho, na minha opinião, para sentir que aqui.... Quantas pessoas vieram.... Aqui a Saúde... muito, aqui a escola é uma beleza, quer dizer, essa qualidade de vida ela tá favorecendo que pessoas que venham de fora, quando estabelecem aqui, algum tipo de ação, de moradia, de trabalho, elas sentem vontade de ficar, porque sentem que são bem acolhidas, sentem que a cidade é agradável aos olhos delas. Temos problemas, dificuldades? Temos, mas todos os lugares têm, mas aqui alguém sentiu, vários sentiram que está melhor do que em alguns lugares que eles viveram, né? Então, nesse sentido, a gente fala que o desenvolvimento está acontecendo. Desenvolvimento, como foi que eu falei? É que seria o crescimento em termos urbanos, crescimento em termos de áreas de trabalho etc., não com indústrias mas muito no campo de turismo, do comércio, etc. Somado com a qualidade de vida, que se preocupa com a área da saúde, com a área da educação, com a área social e etc. Agora, você fugir para um campo totalmente diferente do capitalismo ou tentar ir pra uma prática mais socialista que seja, isso precisa... Isso seria mudar a concepção de vida que as pessoas têm. Nós estamos num mundo capitalista, nossa sociedade é capitalista, embora o partido nosso do qual nós somos tem uma visão socialista, do socialismo democrático, nós sabemos que as pessoas não têm essa mesma visão. E as pessoas aceitam participar, dentro de uma visão capitalista, então você convencer alguém que vai fazer um investimento da cidade... isso é uma luta, isso é uma luta, ele vai fazer um empreendimento, ele vai pensar na questão social, além daquilo que ele pode lucrar com seu empreendimento, isso é todo um trabalho que tem que ser feito e que não é um trabalho de um dia, nem de uma administração, isso é um processo de vida, as pessoas têm que criar essa concepção de vida. Então, nós temos que deixar claro isso também, que se todo mundo tivesse no município uma vontade igual à nossa, com certeza nós faríamos aqui uma cidade solidária ao máximo, né? Não sei se socialista, porque nós também não poderíamos fugir de um país, que é o Brasil como um todo, nós estamos dentro de um mercado aí, não somos uma ilha. Então, eu penso assim... Se as pessoas no município tivessem a mesma intencionalidade que nós que administramos tivemos, com certeza a gente faria uma grande revolução aqui no município, com certeza! Porque as pessoas seriam abertas às ideias, às propostas e tudo mais. Toda vez que nós fomos para o orçamento participativo, que nós fomos até à população, nós tínhamos que convencer as pessoas, tínhamos que mostrar a realidade, ir com jeito, porque as pessoas estão acostumadas ao ritmo que vinha, Piranguinho fez hoje cinquenta anos, quando nós pegamos Piranguinho tinha quarenta e dois anos, quarenta e quatro anos, como é que é? Agora perdi a conta aqui, quarenta e cinco... Não, quarenta e três, é que eu estou confundindo 2005 com quarenta e cinco. Na verdade, Piranguinho estava com quarenta e dois e ia pra quarenta e três, quer dizer, mais de quarenta anos a cidade foi no mesmo diapasão, no mesmo tom, então, ou seja, a sociedade vem com a mesma sociedade capitalista aí no processo de formação, de exploração de trabalho, de segregação, de aviltamento de todo tipo, claro que com uma cordialidade que é própria, nossa de brasileiros, mas dentro de um sistema que em si, é explorador, né? Então

não tem como mudar isso de uma hora pra outra, mas nós temos certeza que na nossa forma de administrar, nós batemos em certos pontos que chamaram a atenção da sociedade, na forma como nós administramos para todos, administramos com vontade de fazer um trabalho social, solidário, etc. Conseguimos totalmente? Claro que não! Tivemos erros? Muitos! Mas com certeza, foram muito mais os acertos.

ENTREVISTADA 4:

_ Disso que você falou, assim sintetizando, eu concordo com você também, mas eu acho que é uma marca e é uma marca da administração no tempo em que a gente esteve junto, de garantir uma boa educação, essa era uma preocupação, se isso é uma visão socialista... Garantir uma boa educação, que todos tivessem acesso a ela, garantir um bom atendimento de saúde, atendimento de saúde de qualidade e que isso fosse pra todo mundo (Ele diz: A qualidade que a gente podia oferecer!)...

E:

_ Eu penso assim... Que nem só a questão de uma ideia de uma sociedade socialista, mas assim... Nós estamos numa sociedade que ela é levada pra uma ideia de uma sociedade global, de tudo estar no mesmo ritmo, aí a questão aqui é bem dentro disso... Uma cidade pequena, ela pensa em seguir o mesmo modelo que já está pré-estabelecido ou pensa... É possível pensar de uma forma diferente?

ENTREVISTADO 3:

_ Eu já posso adiantar aqui... Nós fizemos duas coisas que marcam isso aí, resgatamos a memória da cidade pra dizer... “Aqui somos Piranguinho” e segundo, a “Festa do Maior Pé de Moleque do Mundo”, é só Piranguinho que tem, isso não globaliza nunca, então está respondida a questão.

ENTREVISTADA 4:

_ Preocupado com a questão da identidade, preocupado com a questão da promoção do humano, isso permeou, né? É teoria que eu estou falando é... Mas é a diretriz que...

ENTREVISTADO 3:

_ E sem xenofobia, porque a gente estava aberto a receber todo mundo que viesse, né? Nós não fomos adeptos da xenofobia, então nossa identidade pra nos relacionar com o outro, o outro que vem de fora, que vem morar pra cá. Então eu acho que nesse aspecto, a gente... Nós tivemos tranquilamente, consciência de nossas atitudes. Não dá pra fugir da globalização, que é a questão econômica e tal, mas nós tivemos a preocupação de resgate da identidade...

Oh, se eu resgato a nossa identidade, eu estou dizendo não pra globalização. (Ela completa: memória, um jeito de fazer...) Daqui pra cá, somos nós mesmos, não é globalização.

E:

_ Eu gostaria de agradecer a vocês pela oportunidade de entrevistá-los e se vocês quiserem fazer alguma consideração final, pra encerrar...

ENTREVISTADO 3:

_ Eu acho q foi bastante interessante essa conversa pelo Partido dos Trabalhadores, pessoas que trabalharam na nossa equipe estão à frente do município, o próprio prefeito trabalhou com a gente, contribuiu muito com a nossa equipe no período em que nós estávamos na frente da administração, mas o nosso grupo continua administrando a cidade enquanto coletivo do Partido dos Trabalhadores, sabemos que tem as dificuldades que continuam, mas estão avançando, onde eles podem avançar e eu gostaria de agradecer nesse sentido também de que... A gente resgatou um pouco da memória desses primeiros passos que demos aqui, isso é importante até para valorizarmos o que fizemos, porque a gente acaba acostumando muito com aquilo que foi feito e dá a impressão que sempre foi feito, mas não é sempre que foi feito, se nós não entrássemos não teria sido feito, isso a gente tem consciência, né? Se fosse outro grupo político, ele iria administrar com outro viés, com outra visão, com outra concepção de política e de mundo. Nós fizemos com a nossa concepção e a nossa concepção ajudou a trazer tudo isso que nós falamos, para o nosso município. Agradeço também nesse sentido e espero que a gente tenha sido bem fiel ou o mais fiel possível àquilo que foi feito, porque a gente tende a mitificar um pouco o que a gente fez no passado e falando mais, projetando mais o ideal do que o foi exatamente real, espero que a gente tenha sido mais próximo do real.

ENTREVISTADA 4:

_ Exatamente! É uma oportunidade interessante... Eu não sou professora de História, sou professora de Matemática, mas eu gosto de estar sempre fazendo memória... (Ela ri)... (Ele diz: pelo menos o real ela consegue... Contas, números...) E, como ele falou, “às vezes a gente vai porque a gente tem que fazer agora e isso não pode ficar perdido, nem na nossa história de indivíduo, nem na história da cidade” Eu acho que foi um momento... A gente foi feliz de estar em Piranguinho, nesse momento, de ter tido esse tempo, de viver o que a gente pode viver, contribuir, como a gente pode contribuir nesse momento.